



**LETÍCIA ÉRICA GONÇALVES RIBEIRO**

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ: UM ESTUDO DO PROGRAMA  
MULHERES MIL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE  
GOIÁS, CÂMPUS DE LUZIÂNIA**

Trabalho de Final de Conclusão de Curso, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração: Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientador: Professor Dr. Erlando da Silva Rêses**

**Brasília  
2013**

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ: UM ESTUDO DO PROGRAMA  
MULHERES MIL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE  
GOIÁS, CÂMPUS DE LUZIÂNIA**

**TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL**

**Letícia Érica Gonçalves Ribeiro**

**Orientador: Professor Dr. Erlando da Silva Rêses**

Aprovado em: 18 de outubro de 2013.

Banca Examinadora

---

Professor Dr. Erlando da Silva Rêses (FE/UNB)  
Presidente da Banca

---

Professora Dra. Hέλvia Leite Cruz (FE/UNB)  
Membro Titular

---

Professora Dra. Lúcia Helena Rincon Afonso (PUC/GO)  
Membro Titular

---

Professor Dr. PhD Bernardo Kipnis (FE/UNB)  
Membro Suplente

## **DEDICATÓRIA**

**A minha querida Norma Esther Negrete  
Calpiñeiro, companheira fiel nas lutas diárias.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por haver-me concedido as forças das quais necessitei para trilhar esse caminho.

A minha companheira Norma, por estar sempre ao meu lado, compartilhando comigo os momentos importantes e me ajudando nos momentos difíceis.

Agradeço a minha família, especialmente ao meu pai, o responsável pelo ser humano que sou, minha fonte de inspiração e meu exemplo de luta contra todas as formas de injustiça e opressão.

Às mulheres do Mulheres Mil, pelo carinho com que me receberam, abrindo as portas de suas casas e de seus corações. Principalmente às Flores de Ingá, por me fazerem acreditar, ainda mais, no poder transformador da Educação.

Agradeço às companheiras do Centro Popular da Mulher de Goiás, por me mostrarem o caminho do feminismo e por me fazerem acreditar em 'um mundo onde possamos viver as diferenças com direitos iguais'. Em especial à professora Lúcia Rincon.

À professora Hélvia Leite Cruz, pelo apoio, pela confiança, paciência, dedicação e orientação.

Aos professores Erlando da Silva Rêses e Bernardo Kipnis pelas contribuições aportadas a este trabalho.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História.

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar o Programa Mulheres Mil a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás (IFG), câmpus de Luziânia. O objetivo central é verificar as contribuições do programa na vida das egressas da primeira turma do curso básico de auxiliar de cozinha, formada naquela Instituição. O Programa Mulheres Mil é uma política pública inclusiva que visa proporcionar a mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, por meio de uma formação profissional e cidadã. Este estudo parte do histórico das desigualdades enfrentadas pela mulher na sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação e ao ingresso no mercado de trabalho. Pesquisas revelam que, apesar de a mulher, atualmente, superar os homens quanto ao nível de escolaridade e representar 40% da força de trabalho global, ela ainda não conseguiu superar o patamar de desigualdade, pois está inserida, em sua maioria, em trabalhos precarizados e de baixa remuneração. Para mudar essa realidade, o movimento de mulheres tem conseguido, por meio das conferências de políticas públicas, dialogar com o Governo e contribuir na elaboração de políticas para as mulheres, que visam diminuir a desigualdade de gênero, contribuir para a elevação da escolaridade, a autonomia das mulheres e o enfrentamento de toda forma de violência. Dentro deste contexto, o Programa Mulheres Mil pretende ser uma política para a igualdade de gênero, que possibilite o acesso à educação e promova a inclusão social de mulheres em situação de risco social, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas das mulheres e combatendo a violência contra a mulher. Considerando tais princípios, esse estudo busca compreender se o programa contribuiu para a melhoria da renda e da qualidade de vida das mulheres que fizeram parte da primeira turma formada pelo Programa no IFG, câmpus de Luziânia.

**Palavras-chave:** Educação. Trabalho. Gênero. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.

## ABSTRACT

This work aimed to study the Thousand Women Program from the experience of the Federal Institute of *Goiás* (IFG), campus of Luziania. The main objective was to verify the contributions of the program in the life of former students of the first class of the kitchen assistant basic course, formed in that institution. The Thousand Women Program is an inclusive public politics that aims to provide to women, in social vulnerability conditions, access to education, qualifications, employment and income through both professional and civic training. This study is from the historic inequalities faced by women in Brazilian society, especially with regard to access to education and entering in the labor market. Researches show that although woman nowadays surpasses men on the education level and represents 40 % of the global workforce, she still could not overcome the level of inequality, because she is inserted mostly in precarious work and low pay. To change this situation, the women's movement has managed, through conferences of public politics, to dialogue with the state and contribute to the development of politics for women, who aim to reduce gender inequality, to contribute to increase of schooling, women autonomy and confront of all forms of violence. Within this context, the Thousand Women Program intends to be a politics for gender equality, which provides access to education and promotes social inclusion of women in situations of social risk, contributing to the reduction of social and economic inequalities of women, fighting violence against woman. Considering these principles, this study seeks to understand whether the program contributed to improving the income and quality of life of women who are part of the first graduating class at the IFG program, campus of Luziania.

**Keywords:** Education. Work. Genre. Public Politics. Thousand Women Program.

## LISTA DE SIGLAS

- CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança
- CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
- CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
- CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CRAS - Centro de Referência em Assistência Social
- CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal
- DEAMs - Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFG - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás
- IFs - Institutos Federais
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MEC - Ministério da Educação
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PEA - População Economicamente Ativa
- PIPE - Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- PROEJA - O Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
- RIDE - Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação do Governo do Distrito Federal
- SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SINE - Sistema Nacional de Emprego
- SPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
- UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Faixa etária

Gráfico 2: Situação civil

Gráfico 3: Escolaridade

Gráfico 4: Número de filhos

Gráfico 5: Trabalhava antes de realizar o curso

Gráfico 6: Área de atuação

Gráfico 7: Trabalha atualmente

Gráfico 8: Participação na renda familiar antes o curso

Gráfico 9: Participação na renda familiar atualmente

Gráfico 10: Certificação/Renda

Gráfico 11: Por que se inscreveu no Programa Mulheres Mil?

Gráfico 12: Contribuição dos conhecimentos técnicos

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Luziânia - Gênero do responsável do domicílio

Mapa 2 : Renda média setor censitário

Mapa 3: Alfabetização

Mapa 4 : Distribuição populacional

Mapa 5: Distribuição racial

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Figura 1: Taxa de feminicídio por região

Figura 2: A RIDE e as regiões polarizadas

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto.

Quadro 2: Cursos oferecidos nos *campi* do IFG.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Empregos Formais, variação absoluta e relativa, segundo gênero e grau de instrução, em 2010 e 2011.

Tabela 2: Nº e taxas (em 100 mil mulheres) de homicídios femininos – Brasil 1980/2010.

Tabela 3: Taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres), em 84 países do mundo.

Tabela 4: % de atendimentos por violência física segundo local de ocorrência da agressão e faixa etária. Sexo feminino – Brasil, 2011.

Tabela 5: Chefes de Domicílio segundo as Classes de Renda por Sexo e Idade – Municípios do Entorno – 2003.

Tabela 6: Chefes de Domicílio segundo o Grau de Escolaridade e Trabalho, por Sexo e Faixa Etária – Municípios do Entorno – 2003.

Tabela 7: A obtenção do certificado de qualificação profissional contribuiu para seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da sua renda familiar?

Tabela 8: Estava estudando quando do ingresso no Programa Mulheres Mil?

Tabela 9: Você retomou os estudos após ingressar no Programa Mulheres Mil?

Tabela 10: Caso tenha respondido SIM, na questão acima, o Programa Mulheres Mil influenciou, de alguma forma, essa decisão?

Tabela 11: O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva na sua vida?

Tabela 12: Três contribuições consideradas mais importantes.

Tabela 13: Caso tenha respondido SIM, escolha a opção que melhor retrata a sua realidade.

Tabela 14: O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre Direitos da Mulher?

Tabela 15: Depois de ter participado do Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos?

Tabela 16: Contribuição do Programa na ampliação dos conhecimentos sobre violência doméstica.

Tabela 17: Capacidade de denunciar a violência contra a mulher.

Tabela 18: O curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil correspondeu as suas expectativas?

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
OBJETIVOS.....	17
Objetivo geral .....	17
Objetivos específicos.....	17
PARTE I	
CAPÍTULO 1. Trabalho, Educação e Gênero: um resgate histórico .....	18
CAPÍTULO 2. Políticas Públicas para mulheres no Brasil.....	27
CAPÍTULO 3. O Programa Mulheres Mil no âmbito das políticas públicas para as mulheres .....	40
PARTE II	
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA .....	62
4.1 Campo da Pesquisa .....	62
4.2 Participantes .....	63
4.3 Descrição dos Instrumentos .....	64
4.4 Procedimentos .....	65
4.5 Tratamento dos resultados .....	66
PARTE III	
CAPÍTULO 5. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	68
5.1. Análise dos questionários semiestruturados .....	68
5.2. Análise do Grupo Focal .....	99
5.3. Análise das Entrevistas .....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
APÊNDICES.....	135
Apêndice A - Carta solicitando autorização para a realização da pesquisa ao Diretor do Instituto Federal, Câmpus de Luziânia .....	136
Apêndice B - Termo de consentimento Questionário Semiestruturado.....	137
Apêndice C - Termo de consentimento Grupo Focal .....	138
Apêndice D - Termo de consentimento Entrevista .....	139
Apêndice E - Modelo do Questionário Semiestruturado.....	140
Apêndice F - Tópico-guia e Roteiro do Grupo Focal .....	143
Apêndice G - Tópico-guia e Roteiro de Entrevista .....	144
Apêndice H - Carta solicitando autorização para realização de pesquisa junto ao CRAS – Jardim Ingá/Luziânia .....	145
ANEXOS.....	146
Anexo A – Modelo de questionário socioeconômico .....	147
Anexo B – Autorização do Diretor do IFG, Câmpus de Luziânia para a realização da pesquisa junto ao Programa Mulheres Mil.....	148
Anexo C – Autorização para realização de pesquisa junto ao CRAS do Jardim Ingá/Luziânia .....	149
Anexo D - Memória fotográfica .....	150

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de tomadas de decisões sobre os temas socialmente problematizados ou como o resultado do debate entre Estado e sociedade sobre determinados problemas (OZLACK, 1982), que norteiam as ações do Estado e as relações deste com a sociedade. Por isso, quando se fala de políticas públicas, está-se falando de poder social (PARADA, 2006).

Segundo Rua (1998, p. 232), uma das características centrais das políticas públicas é “o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. Trata-se de ações do Estado voltadas para setores específicos da sociedade.

Essas ações do poder público devem responder às demandas sociais, a fim de garantir os direitos e atender às necessidades dos cidadãos, principalmente daqueles a quem, historicamente, foi negado o direito à cidadania. Mas, para que a demanda da sociedade se transforme em ações, é necessário primeiro entrar na agenda governamental, deixando de ser um “estado de coisa” e se transformando em prioridade, em “problema político”.

O ciclo da política pública inicia-se pela definição da agenda, a qual pode ser constituída, segundo Easton (1970 *apud* RUA, 1998, p. 233), pelas demandas provenientes dos amplos setores da sociedade ou de pequenos grupos. É por meio da mobilização que a sociedade civil organizada consegue chamar a atenção do governo para os problemas sociais gerais e/ou de determinados grupos, influenciando nas decisões políticas e na definição da agenda governamental (SUBIRATS, 2006).

Dentro desse contexto, as conferências de políticas são importantes instrumentos na elaboração de políticas públicas. São espaços de deliberação coletiva, um lugar de interlocução entre o Governo, representado por delegados do poder público, e a sociedade civil, representada pelos delegados eleitos nas etapas municipais e estaduais. O resultado final das conferências é a elaboração dos planos nacionais de políticas públicas.

De 2004 a 2011, foram realizadas três conferências nacionais de políticas para as mulheres, e o resultado foi a elaboração de um plano nacional. Dentre os objetivos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), estão: “promover a autonomia econômica e financeira das mulheres e promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho com inclusão social.” (BRASIL, 2008 p. 40).

O III PNPM, com vista a fortalecer a igualdade das mulheres no mundo do trabalho e sua autonomia, traz como objetivos a serem alcançados por meio das políticas públicas, dentre outros, “ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos e promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social.” (*Idem*, 2013 p. 14 e 15).

Ampliar a presença da mulher no mundo do trabalho com qualidade e igualdade de rendimentos é uma luta do movimento feminista desde a segunda metade do século XX. Os estudos de gênero revelam que a inserção da mulher e o seu crescimento no mercado de trabalho, desde os anos de 1950 até os dias atuais, têm sido marcados pelas desigualdades salariais e condições de trabalho.

De acordo com Souza Lobo (*apud* FERREIRA, 2011, p. 48), “nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a mulher ingressou no mercado de trabalho com insegurança, baixas qualificações e salários e com altas taxas de exploração.” Essa situação perdura até hoje, conforme afirma Helena Hirata (*Ibidem*, p. 49): “nos anos 1990 e 2000, os elementos tecnológicos inovadores potencializaram a participação feminina no trabalho, mas tal participação permanece na lógica dos empregos precários, temporários, terceirizados e sem garantias.”

As relações de gênero, segundo Scott (1990), são também relações de poder, porque estalecem diferenças, assimetrias e hierarquias perante os sexos. Convergindo com esse pensamento, Neves (*apud* FERREIRA, 2011 p. 45) afirma que “o gênero é definido mediante uma construção histórica e social, na qual relações complexas e de poder estão diretamente envolvidas, colocando as mulheres em posições inferiores”.

Por isso, ainda hoje, as desigualdades persistem nas diferenças salariais, as mulheres ganham em média 30% menos que o homem no exercício da mesma função e na segregação ocupacional, as mulheres estão concentradas em áreas pouco valorizadas, principalmente no setor de serviços, com baixa remuneração e pouca proteção.

É considerando essa realidade que o PNPM estipula metas a serem alcançadas, com vista a garantir às mulheres, principalmente aquelas das camadas mais desfavorecidas, sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Estas metas estão firmadas no princípio de que por meio da qualificação e da elevação da escolaridade as mulheres poderão se inserir e se estabelecer no mercado de trabalho.

Portanto, dentre as metas estipuladas no III PNPM para alcançar esses objetivos, está: “atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil); capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil).” (BRASIL, 2012 p. 15).

O Programa Mulheres Mil, citado no documento, foi instituído pela Portaria MEC/Setec nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Ele se apresenta como uma política pública, que pretende diminuir os problemas de desigualdade de gênero, de feminização da pobreza e de violência contra a mulher, por meio da qualificação profissional e cidadã de mulheres que se encontram marginalizadas, vulneráveis e excluídas do processo educacional e do mercado de trabalho.

Em agosto de 2011, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) lançaram a Chamada Pública 01/2011, a partir da qual foram selecionados 100 *campi* dos institutos federais para a implantação do programa. O objetivo do MEC/Setec é ampliar, gradativamente, o número de *campi* ofertantes do programa, a fim de formar 100 mil mulheres até 2014.

Em setembro de 2011, foram capacitados, na metodologia ARAP<sup>1</sup>, dois gestores de cada *câmpus* e, nesse mesmo mês, foi firmado o termo de cooperação

---

<sup>1</sup> O sistema ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia – é um modelo desenvolvido pelos *community colleges* canadenses e consiste em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e

entre o MEC/Setec e os institutos federais envolvidos. Na primeira etapa, o Instituto Federal de Goiás (IFG) teve três *campi* selecionados: Inhumas, Itumbiara e Luziânia, sendo este estudo realizado no câmpus de Luziânia.

Considerando que o Programa Mulheres Mil apresenta-se como uma política pública que visa combater as desigualdades de gênero, reduzir a pobreza, elevar a escolaridade e diminuir a violência contra a mulher, esta pesquisa parte do seguinte questionamento: “o Programa Mulheres Mil contribui efetivamente para o aumento da renda, a melhoria da qualidade de vida, a elevação da escolaridade e o empoderamento das mulheres atendidas por ele?”

Para responder a esta pergunta, propôs-se a aplicação de um questionário semiestruturado, a composição de um grupo focal e a realização de entrevista individualizada com as egressas. Para a obtenção dos resultados, foram comparadas as informações obtidas a partir das análises do questionário semiestruturado com as do grupo focal e da entrevista.

Este trabalho está dividido em cinco partes: a primeira consta do objetivo geral e dos objetivos específicos desse estudo. A segunda apresenta o referencial teórico, que está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo reflete sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, principalmente no que se refere ao acesso à educação e ao mundo do trabalho. O segundo faz um levantamento das políticas públicas para as mulheres no Brasil, com especial atenção àquelas que visam combater a violência de gênero, e o terceiro capítulo apresenta o Programa Mulheres Mil no âmbito das políticas públicas.

A terceira parte está composta pela metodologia que norteou a pesquisa, com a apresentação dos seus participantes e a descrição dos instrumentos que foram utilizados para sua realização.

Na quarta parte, são apresentados os dados da pesquisa e suas respectivas análises. Esta parte está composta pela análise do questionário semiestruturado que, em um primeiro momento, buscará conhecer o perfil das mulheres implicadas na pesquisa e as contribuições do Programa Mulheres Mil na vida delas. Em um

---

proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação. No contexto brasileiro, a metodologia contempla instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizam o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho. (BRASIL, 2011a)

segundo momento, por meio de perguntas discursivas, buscará compreender as expectativas dessas mulheres ao se inscreverem no programa, e se este contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida. Em seguida, são analisados o grupo focal e a entrevista.

A quinta parte consiste nas considerações finais. Fazem parte também deste trabalho a bibliografia utilizada, os apêndices e os anexos.



## **OBJETIVOS**

### Objetivo geral

Analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil na melhoria da renda e da qualidade de vida das mulheres egressas da primeira turma do curso básico em auxiliar de cozinha. Este é o objetivo primeiro desta investigação, considerando-se a importância das políticas públicas de educação e seu papel no empoderamento e na emancipação das mulheres.

### Objetivos específicos

- Conhecer o perfil socioeconômico das egressas;
- Analisar as contribuições do programa na melhoria da qualidade de vida das alunas (elevação da escolaridade/retomada dos estudos, autoestima, reconhecimento dos direitos relacionados à cidadania);
- Identificar a situação na renda familiar e/ou inserção no mundo do trabalho após a conclusão do curso.

## **CAPÍTULO 1**

### **TRABALHO, EDUCAÇÃO E GÊNERO: UM RESGATE HISTÓRICO**

Nas últimas décadas, verifica-se um avanço importante no que se refere à elevação da escolaridade das mulheres e seu ingresso no mercado de trabalho. Segundo o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial, 2011), atualmente as mulheres representam 40% da força de trabalho global e, em muitos países, sua escolaridade ultrapassa a dos homens.

Segundo o mesmo documento, nos últimos trinta anos, a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro cresceu 22%, graças, principalmente, ao aumento da escolaridade. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, referentes à situação educacional brasileira entre 1992 a 2009, quando avaliado o quesito gênero, apontam uma situação de melhoria da posição das mulheres em todos os indicadores.

Esses números são confirmados na PNAD de 2011, a qual revela que a proporção de mulheres entre 25 a 64 anos que frequentam a escola é superior à de homens em todas as regiões do país. A região Nordeste é a que apresenta um maior diferencial 3,3%, seguida da região Centro-Oeste, com uma diferença de 1,9%.

O relatório da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2011 revela que o nível de emprego da mão de obra feminina cresceu 5,93%, enquanto que a masculina foi de 4,49%. Estes dados indicam que a participação da mulher no mercado de trabalho formal passou de 41,56%, em 2010, para 41,90%, em 2011.

Quando analisados, segundo o grau de instrução, os dados indicam que houve um declínio de 48,06% para mulheres analfabetas, um aumento de 8,22% para as mulheres com Ensino Médio completo e de 8,12% para as que possuem nível de instrução superior completo. Isso reitera as afirmações de que a elevação da escolaridade tem sido um dos fatores favoráveis ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

**Tabela 1 – Brasil – Número de empregos formais, variação absoluta e relativa, segundo Gênero e Grau de escolaridade, em 2010 e 2011**

Grau de Instrução	2010			2011			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	180.705	41.546	222.251	157.447	21.577	179.024	-23.258	-19.969	-43.227	-12,87	-48,06	-19,45
Até 5º Ano Incompleto	1.230.070	336.511	1.566.581	1.259.736	363.179	1.622.915	29.666	26.668	56.334	2,41	7,92	3,60
5º Ano Completo Fundamental	1.471.011	530.537	2.001.548	1.424.222	525.215	1.949.437	-46.789	-5.322	-52.111	-3,18	-1,00	-2,60
6º a 9º Anos Fundamental	2.489.336	957.792	3.447.128	2.460.330	958.819	3.419.149	-29.006	1.027	-27.979	-1,17	0,11	-0,81
Fundamental Completo	3.959.033	1.839.880	5.798.913	3.917.741	1.801.846	5.719.587	-41.292	-38.034	-79.326	-1,04	-2,07	-1,37
Médio Incompleto	2.296.875	1.200.665	3.497.540	2.382.045	1.263.566	3.645.611	85.170	62.901	148.071	3,71	5,24	4,23
Médio Completo	10.236.461	8.206.622	18.443.083	11.136.398	8.880.924	20.017.322	899.937	674.302	1.574.239	8,79	8,22	8,54
Superior Incompleto	870.865	948.501	1.819.366	911.488	988.177	1.899.665	40.623	39.676	80.299	4,66	4,18	4,41
Superior Completo	3.018.402	4.253.543	7.271.945	3.258.952	4.598.969	7.857.921	240.550	345.426	585.976	7,97	8,12	8,06
<b>Total</b>	<b>25.752.758</b>	<b>18.315.597</b>	<b>44.068.355</b>	<b>26.908.359</b>	<b>19.402.272</b>	<b>46.310.631</b>	<b>1.155.601</b>	<b>1.086.675</b>	<b>2.242.276</b>	<b>4,49</b>	<b>5,93</b>	<b>5,09</b>

Fonte: RAIS

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Contudo, a educação feminina e sua incorporação ao mundo do trabalho, no Brasil, apresentam-se como algo recente, pois, durante séculos, a mulher esteve excluída do processo de educação, trabalho e cidadania. Conforme Ribeiro (2000 p. 80), no período colonial, as mulheres quase não tinham acesso à leitura e à escrita, pois a instrução era reservada aos filhos homens e, mesmo aquelas que viviam na Corte, “possuíam pouca leitura, destinada apenas para o livro de rezas”. E, quando no século XVIII, a mulher começou a ingressar no espaço público, este ingresso ocorreu segundo os moldes da igreja, que busca preparar a mulher para assumir seu papel de esposa e mãe, de forma obediente e submissa (ARIÈS, 1981).

Tal exclusão se deu, na cultura brasileira, devido às relações patriarcais de poder, marcadas pela hierarquia, pelas obediências e desigualdades, que colocam a mulher em posição de subordinação e de inferioridade sexual e intelectual. Segundo Saffioti (1995), no Brasil, as mulheres, juntamente com os negros pobres e as crianças, constituíam as categorias sociais subalternas. Por isso, a educação formal era prioridade para os homens, que iam à Europa receber educação, enquanto as mulheres permaneciam alheias em seu mundo, sendo restrita sua participação social.

Foi somente a partir da segunda metade do século XVIII que essa situação começou, lentamente, a se transformar, sendo o ensino primário extensivo às meninas. Na primeira metade do século XIX, as primeiras instituições de educação primária destinadas às mulheres começaram a surgir, conservando, porém, um ensino moralista, que visava educar meninas para seus futuros papéis de esposa e mãe, fortalecendo o papel de submissão da mulher. O trabalho manual e as artes domésticas constituíam as bases do currículo dessas escolas (HAHNER, 1981; ROMANELLI, 2001; GODINHO, 2006).

A educação das mulheres concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães. [...] acreditavam que o objetivo da educação feminina era a preparação para a maternidade. Basicamente, as meninas deveriam aprender a cuidar bem de suas casas, pois lhes cabia a obrigação de garantir a felicidade dos homens. Todavia, alguma educação era bem acolhida, pois se tornariam melhores mães para os filhos e melhores companheiras para os maridos. (HAHNER, 2003, p. 123-124).

Godinho (2006) afirma que a sociedade brasileira tinha uma concepção cristã e idealizada da mulher. Isso reforçava a ideia de que a educação feminina deveria ser voltada exclusivamente para a família e o desempenho de qualquer trabalho assalariado, por parte da mulher, era algo inconcebível.

A sociedade brasileira, no final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, imaginava o sexo feminino com os atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia a visão da educação como treinamento da mulher exclusivamente para o mundo privado, isto é, preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada. (GODINHO 2006, p. 17)

Com a constituição da República, no final do século XIX, criaram-se as escolas normais de nível médio, destinadas às mulheres, proporcionando a formação profissional de professoras para atuarem nas escolas primárias para meninas. Tais escolas sofreram grande discriminação e reação por parte daqueles que se opunham à profissionalização da mulher. As escolas de Ensino Superior também foram criadas nessa época, contudo, somente uma pequena parcela da população feminina tinha acesso a elas, devido à falta de recursos para custear o ensino secundário e ao preconceito social (HAHNER, 2003).

Por isso, no século XIX e início do século XX, as mulheres continuaram quase excluídas dos graus mais elevados de educação, tendo pouca representatividade nas escolas superiores até 1930. Godinho (2006, p. 18) afirma que a escolarização das meninas e jovens nos anos iniciais do século XX, a qual se estruturou nas décadas seguintes, se fez “na esteira dos ideais positivistas e republicanos”, graças, principalmente, às reivindicações do movimento feminista.

Foi o movimento feminista que alertou para a opressão e para a desigualdade social a que as mulheres estiveram até então submetidas,

possibilitando a elas maior atuação no espaço público, atuação política e social pela igualdade de direitos, de educação e de profissionalização. (GODINHO, 2006 p. 18)

Hahner (2003 *apud* BARBOSA, 2012) comenta que as primeiras defensoras dos direitos da mulher no Brasil vislumbraram que a educação era o caminho para a emancipação feminina e, por isso, o movimento feminista pressionava os formuladores de leis ao direito à educação. Segundo Barbosa (2012), por intermédio da imprensa, as mulheres reivindicaram “seus interesses educacionais, mesmo sabendo que teriam uma educação inicial frágil, uma vez que apenas os conhecimentos básicos eram recebidos.” (p. 93).

Quanto ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, este se deu de forma mais acentuada também no final do século XIX e começo do século XX, graças ao crescimento industrial, mas, sobretudo, à baixa condição de vida da população operária. É pela miséria em que esta vive que mulheres e crianças constituem a principal força de trabalho nas indústrias brasileiras nas primeiras décadas do século XX (MOURA, 1982).

Essa população constituía em uma mão de obra barata e explorada, geradora da mais-valia, ocupando postos em setores que não exigiam qualificação. Ainda de acordo com a autora, o trabalho industrial da mulher, do menor e da criança era, para o empresariado, perspectiva de maiores lucros, mas também não deixava de ser, para a família operária, uma alternativa contra a fome e a miséria.

A única reserva que existe, por parte do empresário, quanto ao trabalho industrial da criança, do menor e da mulher é, portanto, com relação a atividades que exigem maior qualificação da mão-de-obra. No mais, a presença de mulheres, de menores e de crianças constitui, sobretudo nas indústrias em que é mínima a especialização requerida, verdadeiro lugar comum. (MOURA, 1982, p.36)

Foi a partir, principalmente, da conquista do voto, que a mulher começou a construir sua cidadania e seu espaço na sociedade brasileira. Segundo Alves (2003), o sufrágio feminino contribuiu também para o crescimento da escolarização das mulheres, sendo o acesso à educação um requisito tanto para votar quanto para ingressar na vida política como candidatas.

A segunda metade do século XX apresentou-se como um período em que as mulheres conquistaram espaços, tanto no âmbito educacional quanto no mercado de trabalho. Entre 1950 e 1990, a participação da mulher na população economicamente ativa (PEA) passou de 15,4 % para 29,6%, e o grau de instrução média começou a superar o dos homens. Esse aumento “dos níveis de educação, ao lado da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, traduziu-se em uma importante presença feminina no grupo de profissionais e técnicos.” (ABRAMO 2000 *apud* DELGADO; SOARES, p.111).

Portanto, a partir dos anos de 1960, a condição da mulher na sociedade brasileira começou a tomar novos rumos. Impulsionada pelo movimento feminista e pela revolução sexual ocorrida nesse período, a mulher viu-se com mais liberdade para ampliar sua condição para além da vida do lar e, com isso, passar a ocupar o mercado de trabalho e ampliar seu nível de escolaridade.

De acordo com Ferreira (2011), a participação da mulher no mercado de trabalho está diretamente relacionada à luta da mulher por sua emancipação, pela queda e/ou controle da fecundidade e pela melhoria do nível escolar propiciada pela transformação cultural ocorrida no Brasil a partir dos anos de 1970. Assim, elevou-se “o número de mulheres nas universidades” e “maior participação feminina no mercado de trabalho; elas puderam sair da esfera privada do lar e adentrar nas relações produtivas do trabalho”. (p. 36).

Contudo, alguns estudos apontam que esse avanço educacional das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho não foram acompanhados por uma diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. Isso porque a diferença salarial entre os sexos é mais acentuada nos graus mais elevados de instrução e porque existe uma concentração de mulheres em empregos precarizados (ROSEMBERG, 2001; BELTRÃO; ALVES, 2009; ABRAMO, 2000; BRUSCHINI, 2008; NOGUEIRA, 2004).

Cabe ressaltar que de modo geral, a inserção feminina veio associada a uma lógica de precariedade. Assim, em muitos casos, as mulheres se inserem no mercado de trabalho na perspectiva das subcontratações, de empregos temporários e terceirização. (FERREIRA, 2011 p. 36)

Para Nogueira (2004, p. 89), “o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condição para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer

uma relação aparentemente ‘harmônica’ entre precarização e mulher”. Assim, conclui a autora, o processo de “feminização do trabalho” é marcado pela positividade do ingresso e a negatividade da precarização. Convergindo com essa ideia, Bruschini (2008), por meio de um estudo sobre trabalho e gênero no Brasil, com base em dados oficiais, destaca que as principais tendências da inserção laboral das mulheres são marcadas por progressos e atrasos:

[...] de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do emprego feminino; de um lado, a conquista de bons postos e o acesso a carreiras e profissões de prestígio por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. (BRUSCHINI, 2008 p. 15)

Apesar dessas conquistas, os estudos sobre gênero apontam que o processo de exclusão das mulheres de baixa renda, do ambiente escolar, é ainda uma realidade. Isso ocorre principalmente porque elas assumem, desde cedo, obrigações domésticas ou buscam meios de sustento da família, desempenhando atividades das mais diversas ordens no mercado de trabalho, principalmente em empregos precários, com contratos de curta duração, em tempo parcial e/ou trabalho em domicílio (ABRAMO, 2000).

Em 2005, segundo os dados do IBGE, 33% da força de trabalho feminina encontravam-se em nichos precários, “seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não-remuneradas ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar.” (BRUSCHINI, 2008, p. 25).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há mais mulheres que homens nos níveis inferiores de cada profissão em termos de produtividade, renda e/ou posição hierárquica, tanto no trabalho por conta própria nas zonas urbanas e rurais quanto no emprego assalariado formal nos setores público e privado (BRASIL, 2005, p. 42). Ainda segundo a OIT, em 2012, a proporção de mulheres em empregos vulneráveis era de 50%, enquanto que a de homens era de 48%<sup>2</sup>.

Esses dados revelam que, embora a presença da mulher no mercado de trabalho e nas instituições educacionais seja cada vez maior, ainda existem muitos

---

<sup>2</sup> OIT. **Tendencias Mundiales del Empleo 2012**. In: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/resumoget2012\\_763.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/resumoget2012_763.pdf) Acesso in: 04 mar. 2012.

desafios para que ela alcance uma situação de real igualdade, no que diz respeito ao acesso à escolarização, ao emprego formal e remunerado e ao salário digno. Prova disso é o processo de feminização da pobreza<sup>3</sup>, o qual levou a sociedade a repensar estratégias, para a redução da discriminação de gênero, que proporcionem às mulheres o acesso à educação, à formação profissional, aos recursos e aos serviços sociais essenciais.

De acordo com a OIT, nos últimos anos, tem aumentado o reconhecimento de que o gênero e a raça/etnia são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego. E, ainda, as condições em que este é exercido, condicionando a forma pela qual os indivíduos e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la (BRASIL, 2005).

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010, do Ministério do Trabalho, revelam que 42% dos 44 milhões de trabalhadores formais no Brasil são mulheres. Vários autores mostram que esse crescimento de mulheres no mercado de trabalho é movido pela necessidade de contribuir para a manutenção da família. Atualmente, no Brasil, 37,4% dos lares são chefiados por mulheres, o que significa que elas são as únicas responsáveis pelo sustento da família (*Idem*, 2011g).

Além disso, a desigual divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher a responsabilidade dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos, aliada a essa necessidade de contribuir para o sustento da família ou de mantê-la, impulsiona a mulher das camadas mais pobres a ingressar em empregos informais. Estes oferecem ganhos instáveis e não há garantia de direitos, mas proporcionam às mulheres uma maior flexibilidade e a possibilidade de conciliar as responsabilidades familiares e econômicas (BRUSCHINI, 1994).

Ramos (2011) afirma que a entrada da mulher no mercado de trabalho é um marco importante e representa uma mudança irreversível na estrutura da sociedade. Contudo,

a dupla jornada resultante disto representa um fardo para as mulheres, cujo peso elas têm tentado administrar por meio da redução do tempo dedicado

---

<sup>3</sup> O termo “feminização” da pobreza surgiu na década de 1970 e ganhou força na década de 1990. Apesar das controvérsias quanto à sua definição, Medeiros e Costa (2008, p. 01) definem assim o conceito: “a feminização da pobreza é uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres.”



aos afazeres domésticos, visto que a negociação com os parceiros para a divisão da carga horária parece não estar acontecendo, ou não tendo os resultados desejáveis. (RAMOS, 2011, p. 33).

A falta de equipamentos, como creches e escolas de tempo integral para acolher os filhos das trabalhadoras, a não flexibilização dos horários e jornadas de trabalho e a desigual divisão de trabalho dentro das famílias contribuem para reforçar as desigualdades de gênero na sociedade, em especial, no mundo do trabalho.

Bruschini (1994, p. 78) afirma que apesar das aparentes facilidades para cuidar da família e dos filhos no setor informal da economia, “nesses espaços as possibilidades de emprego são menores, os rendimentos inferiores e instáveis e a trabalhadora não tem garantidos os seus direitos.” Ainda segundo a autora, é fundamental que sejam criadas oportunidades iguais de trabalho entre homens e mulheres,

creches de boa qualidade e em número suficiente, períodos escolares mais extensos, [...] e uma nova divisão de trabalho na família, com os homens partilhando com suas companheiras tanto das responsabilidades profissionais quanto das domésticas e familiares. (BRUSCHINI, 1994, p. 79)

Como se observa, apesar do crescimento das taxas de ocupação femininas, as desigualdades de gênero apresentam-se novamente nos termos e nas condições de emprego, nos trabalhos de qualidade relativamente mais baixa e na divisão sexual do trabalho.

Tais razões reforçam a condição de vulnerabilidade da mulher frente à pobreza e à necessidade de ampliar os esforços, no sentido de incluir as mulheres em programas de qualificação profissional e de inclusão social, que proporcionem sua autonomia econômica, a fim de que elas possam superar o patamar de pobreza e exclusão.

De acordo com a OIT,

[...] a exclusão social está presente nas sociedades, por meio de padrões recorrentes de relações sociais que impedem, a certos indivíduos e grupos, o acesso aos recursos (produtivos e não-produtivos), serviços, atividades e instituições que, geralmente, estão associados ao exercício dos direitos e da cidadania. (BRASIL, 2005 p.70)

A pobreza é identificada como a carência de bens e serviços essenciais. Sen (2001 *apud* MENEZES, 2010) afirma que a pobreza não pode ser baseada somente

pelo critério da renda, pois o nível de bem-estar social deve considerar aspectos como a vulnerabilidade, o gênero, ambiente social, acesso à cultura, dentre outros. Contudo, de acordo com Menezes (2010, p. 156), “tais fatores não anulam, nem reduzem o papel da renda enquanto determinante social”, o que reforça a importância da implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

De acordo com III PNPM, nas últimas décadas, o movimento de mulheres brasileiro tornou-se sujeito no processo de democratização e responsável por fortalecer a luta das mulheres contra a opressão de gênero e raça. Contudo, como afirma o documento,

[...] ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais. Uma boa parte da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços fundamentais, o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade. (BRASIL, 2012 p. 15).

Por isso, esforços vêm sendo realizados para que as necessidades das mulheres e dos negros, grupos historicamente excluídos, sejam consideradas nas estratégias de redução da pobreza e nas políticas de geração de emprego – o que significa incorporar as dimensões de gênero e raça/etnia nos processos de concepção, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas e programas.

As políticas estabelecidas no III PNPM visam reforçar o desenvolvimento de “ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos.” (*Ibidem*, p. 14).

O documento propõe ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, com igualdade de qualidade e rendimento, de forma a garantir a sua autonomia econômica. Propõe também ações que resultem na construção de uma educação firmada no princípio da igualdade e da cidadania, “contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, com ênfase em grupos com baixa escolaridade.” (*Ibidem*, p. 11). Além disso, propõe políticas de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

## CAPÍTULO 2

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Retomando a definição do que sejam as políticas públicas, Rua (1998, p. 232) a compreende como “o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. Para Lynn (1980 *apud* SOUZA, 2003), é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos e, para Peters (1986 *apud* SOUZA, 2003), é a soma das atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Em síntese, pode-se dizer que as políticas públicas norteiam as ações do poder público e as relações entre poder público e sociedade.

Assim, quando se fala de políticas públicas, fala-se de poder social (PARADA, 2006). Segundo Rua (1998, p. 232), uma das características centrais das políticas públicas é “o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. É por meio de tais decisões, transformadas em ações, que se refletem a arena política – na qual atuam diferentes atores, os quais buscam influenciar os programas econômicos e sociais –, as leis e prioridades governamentais.

Dentre esses atores, encontra-se a sociedade civil organizada que, a partir de sua capacidade de mobilização, consegue chamar a atenção do governo para os problemas sociais gerais e/ou de determinados grupos. As mobilizações, quanto mais organizadas, mais eficazes são em chamar a atenção da mídia que, por sua vez, são “importantes agentes formadores de opinião, que possuem capacidade de mobilizar a ação de outros.” (RUA, 1998, p. 238). Consequentemente, influenciam as decisões políticas e ajudam definir a agenda governamental (SUBIRATS, 2006).

Contudo, essa mobilização só acontecerá a partir de uma conscientização da sociedade, resultante de discussões e debates públicos. Parada (2006, p. 74) afirma que “a riqueza de uma sociedade se mede pela discussão pública e de sua capacidade de transformar-se a partir dela”. O autor ainda acrescenta que a riqueza dessa discussão está condicionada ao acesso à educação.

Segundo Pitanguy (2002), foi entre os anos de 1975-1979 que as mulheres brasileiras começaram a se organizar, realizando congressos, manifestações e debates, buscando integração com a universidade e os sindicatos, construindo uma

interlocução com o legislativo e fortalecendo uma posição de oposição ou negociação frente ao Estado. Deste modo, alcançaram espaço na mídia e deram visibilidade a suas reivindicações.

Ao longo destas últimas décadas, com maior ou menor visibilidade e influência, o movimento de mulheres tem participado deste jogo de forças através de seu trabalho de *advocacy* por políticas públicas de gênero, propondo mudanças em legislações discriminatórias, pressionando por ações afirmativas como as entidades de defesa de direitos da mulher, as delegacias especializadas, os abrigos para vítimas de violência, por programas de saúde sexual e reprodutiva e, mais recentemente, por sistemas de quotas nos partidos políticos, entre outros. (PITANGUY 2002, p. 07).

No Brasil, principalmente, a partir da década de 1980, o movimento de mulheres se fortaleceu. Dentre as suas principais conquistas, estão o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>4</sup>, ambos de 1985. Este órgão teve um papel importante no processo de democratização do país, garantindo que grande parte das reivindicações do movimento de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988.

Durante toda a década de 1990, o movimento de mulheres continuou sua luta em busca de influenciar a agenda governamental na formulação de políticas públicas com recorte de gênero. Assim, as orientações da IV Conferência Mundial das Mulheres (ONU, 1995) propunham que a questão de gênero fosse incluída nos orçamentos públicos e que houvesse investimentos em programas específicos de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Em 2003, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. A institucionalização de um espaço de construção de políticas públicas específicas para mulheres e de contribuição para a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas representou, para o movimento de mulheres, o reconhecimento de suas lutas e um avanço em direção à consolidação de importantes conquistas.

---

<sup>4</sup> “Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”. LEI nº 7.353, de 29 de agosto de 1985, Artigo 1º In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm) Acesso em 29 mai. 2012.

No ano seguinte, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que contou com a participação de 2 mil delegadas representantes da sociedade civil e de gestores públicos de todo o país, eleitas nas etapas municipais e estaduais, envolvendo 120 mil mulheres. Esta conferência deu origem ao I Plano Nacional de Política para as Mulheres, que orientaria metas e ações do governo na formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres.

Visando o cumprimento do PNPM – no que diz respeito à autonomia das mulheres e igualdade no mundo do trabalho –, a SPM, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e com a OIT, instituiu o Programa Pró-Equidade de Gênero. Criado pela Portaria nº 39, de 22 de setembro de 2005 SPM/PR, o programa visa incentivar a equidade de gênero no ambiente de trabalho.

Em novembro de 2005, criou-se a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, “para orientar as mulheres, em situação de risco e de violência, sobre seus direitos e onde buscar ajuda, bem como para auxiliar no monitoramento da rede de atenção à mulher em todo o país.” (BRASIL, 2011c, p. 16).

Em agosto de 2006, promulgou-se a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No ano seguinte, instituiu-se o Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher, que visa desenvolver

políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas, prioritariamente, às mulheres rurais, negras e indígenas em situação de violência, em função da dupla ou tripla discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. (BRASIL, 2011b, p. 16)

A 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em 2007 e teve a participação de 200 mil mulheres nas etapas municipais e estaduais e de 2.800 delegadas na etapa nacional, o que resultou na elaboração do II PNPM. Foi nessa ocasião também que se instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, com o objetivo de monitorar e garantir sua execução.

Em 2008, foi lançado o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que busca atender aos Eixos 1 e 2 do PNPM que são: Fomento ao Empreendedorismo, Trabalho e Ocupação, visando contribuir para a integração de

políticas sociais e econômicas. Seu objetivo geral é alterar “as condições de vida das mulheres no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira e à posição ocupada por elas no mercado de trabalho quanto à tomada de decisões.”<sup>5</sup> O público alvo são mulheres empreendedoras e mulheres em situação de vulnerabilidade ou de risco social por renda.

A SPM, em parceria com o Ministério do Turismo, lançou, em 2009, o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, que visa atender aos objetivos do II PNPM com relação à Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social, seu objetivo principal consiste em:

Fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal que garantam a autonomia econômica e o papel protagonista de mulheres artesãs no mercado de trabalho, na perspectiva da igualdade de gênero, da identidade regional e da preservação sócio-ambiental. (BRASIL, 2009)

Ainda com o objetivo de atender as ações previstas no II PNPM, a SPM lançou, em 2010, o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil, que tem como prioridade atender mulheres pobres de baixa-renda, pouca escolaridade, em situação de risco social e vulneráveis à violência doméstica, por meio da geração de trabalho e renda, a partir do fortalecimento e valorização do trabalho da construção civil para as mulheres. (BRASIL, 2010b).

Em 2011, o governo federal, por meio do MEC, instituiu o Programa Mulheres Mil, que também atende ao IIPNPM no que se refere à autonomia econômica, ao trabalho e à educação inclusiva. Este programa está firmado em uma política social de inclusão e gênero e tem por objetivo proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda.

Nesse mesmo ano, a SPM lançou a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, políticas que visam à efetivação de ações de combate à violência contra as mulheres no Brasil e a garantia da plena aplicação da Lei Maria da Penha. Essas políticas serão aprofundadas no próximo tópico.

---

<sup>5</sup> Informações retiradas do site do Programa: <http://www.pntem.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2012.

No final de 2011, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo 200 mil mulheres em todo o país e contando com a participação de 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado desta conferência, houve o IIPNPM, elaborado para o triênio 2013 a 2015. Este documento tem como princípios orientadores: a busca pela autonomia das mulheres; a busca pela igualdade de gênero; o respeito à diversidade e ao combate a todas as formas de discriminação; a participação política das mulheres e a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas.

Dentre suas metas, referentes à igualdade no mundo do trabalho e à autonomia das mulheres, estão:

- Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil);
- Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil);
- Ampliar a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho. (BRASIL 2012, p. 15)

Como pode ser observado, essas políticas públicas, a partir da instituição da SPM, foram desenvolvidas e implementadas com base nos Planos Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres. Priorizaram-se políticas voltadas à inclusão das mulheres no mundo do trabalho, geração de renda, inclusão social por meio da qualificação e enfrentamento à violência contra a mulher.

## 2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra a mulher é um grave problema social que afeta um grande número de mulheres em todo o mundo, deixando marcas indeléveis no corpo e na alma. Por isso, combater a violência contra a mulher é um dos princípios do Programa Mulheres Mil e dentre todas as políticas para as mulheres, ela ganha destaque nessa pesquisa porque a região onde esse estudo foi realizado concentra um alto índice de violência contra a mulher.

No Brasil, os números são alarmantes; em média, milhões de mulheres são espancadas por ano, uma a cada 24 segundos, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010). A pesquisa aponta ainda que cerca de 24% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal (CPMI) de 2013, sobre a violência contra a mulher mais de 80% dos casos de agressões são cometidos pelo parceiro (marido ou namorado), quanto à raça/etnia, 46% das mulheres agredidas são negras e pardas. O texto mostra ainda que somente um terço dessas agressões é denunciada e, dentre os motivos para essa subnotificação, estão o medo de represalias e o fato de não querer envolver a polícia (SENADO FEDERAL, 2013).

Segundo dados da SPM, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou, entre janeiro e outubro de 2011, 58.512 relatos de violência. “Desse total, 35.891 foram de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres.” (BRASIL, 2011b, p. 17)

Pesquisa do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (2012) revelou que, nos últimos trinta anos, no Brasil, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, quase a metade (43 mil) somente nos últimos 10 anos.

**Tabela 2 – Nº e taxas (em 100 mil mulheres) de homicídios femininos – Brasil 1980/2010**

Ano	Nº	Taxas	Ano	Nº	Taxas
1980	1.353	2,3	1998	3.503	4,3
1981	1.487	2,4	1999	3.536	4,3
1982	1.497	2,4	2000	3.743	4,3
1983	1.700	2,7	2001	3.851	4,4
1984	1.736	2,7	2002	3.867	4,4
1985	1.766	2,7	2003	3.937	4,4
1986	1.799	2,7	2004	3.830	4,2
1987	1.935	2,8	2005	3.884	4,2
1988	2.025	2,9	2006	4.022	4,2
1989	2.344	3,3	2007	3.772	3,9
1990	2.585	3,5	2008	4.023	4,2
1991	2.727	3,7	2009	4.260	4,4
1992	2.399	3,2	2010	4.465	4,6
1993	2.622	3,4	1980/2010	92.100	
1994	2.838	3,6	2000/2010	43.654	
1995	3.325	4,2	Δ% 1980/2010	230,0	
1996	3.682	4,6			
1997	3.587	4,4			

Fonte: SIM/SVS/MS

Com esses dados, o Brasil ocupa o 7º lugar entre os 84 países com maior índice de feminicídios, com uma taxa de 4,4 homicídios por 100 mil mulheres.



**Tabela 3 – Taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres), em 84 países do mundo**

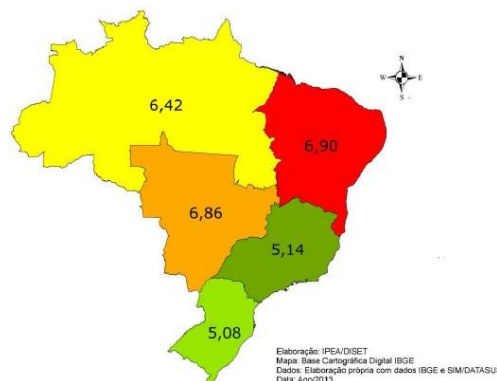
Pais	Ano	Taxa	Pos
El Salvador	2008	10,3	1º
Trinidad e Tobago	2006	7,9	2º
Guatemala	2008	7,9	3º
Rússia	2009	7,1	4º
Colômbia	2007	6,2	5º
Belize	2008	4,6	6º
<b>Brasil</b>	<b>2009</b>	<b>4,4</b>	<b>7º</b>
Casaquistão	2009	4,3	8º
Guiana	2006	4,3	9º
Moldávia	2010	4,1	10º
Bielorrússia	2009	4,1	11º
Ucrânia	2009	4,0	12º
São Vicente e Granadinas	2008	3,7	13º
Panamá	2008	3,7	14º
Venezuela	2007	3,6	15º
Iraque	2008	3,2	16º
Estônia	2009	3,2	17º
Lituânia	2009	3,0	18º
África do Sul	2008	2,8	19º
Dominica	2009	2,7	20º

Fonte: Whosis, Census, IBGE (2006/2010)

Segundo a mesma pesquisa, dentre os estados brasileiros, Goiás ocupa o 9º lugar no *ranking* nacional, e o Distrito Federal, o 8º lugar. Dentre os 50 municípios com maior índice de assassinato de mulheres, quatro são do Estado de Goiás, sendo dois da região do entorno do Distrito Federal: Formosa e Valparaíso de Goiás.

Em pesquisa recente do IPEA<sup>6</sup>, o Centro-Oeste passa a ocupar o segundo lugar, com 6,86 óbitos por 100.000 mulheres e o estado de Goiás, o sexto lugar entre os estados com maiores taxas de assassinato de mulheres. Esses dados indicam que a violência contra a mulher tem crescido e atingido sua forma mais extrema, o feminicídio.

**Figura 1: Taxa de feminicídio por região**



Fonte: IPEA/DISET – Ago. 2013

<sup>6</sup>BRASIL. **Feminicídios: a violência fatal contra a mulher**. IPEA, 2013. Disponível In: [http://jornalgg.com.br/sites/default/files/documentos/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia\\_1.pdf](http://jornalgg.com.br/sites/default/files/documentos/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia_1.pdf) Acesso em: 26 sep. 2013.

O número crescente de atos de violência praticados contra a mulher é fruto das relações sociais assimétricas produzidas historicamente pelo patriarcalismo, nas quais predominam o domínio do homem e a submissão da mulher.

A violência praticada contra as mulheres é conhecida como violência de gênero porque se relaciona à condição de subordinação da mulher na sociedade, que se constitui na razão implícita do número estarrecedor de casos de violência perpetrados contra elas, revelando a incontestável desigualdade de poder entre homens e mulheres, sobretudo nas relações domésticas e familiares. (CORRÊA, 2010 p. 52)

A violência contra as mulheres, na maioria das vezes, é praticada dentro do próprio lar, e esta “não vem de fora, quando se trata de agressão física. Está na casa, não na rua; é episódio inscrito em dinâmicas típicas da vida privada.” (SOARES, 1996, p. 77). A tabela abaixo revela que, em 2011, no Brasil, 71,8 % das agressões contra a mulher ocorreram dentro de suas próprias casas, principalmente até os 10 anos de idade e depois dos 30 anos.

**Tabela 4 – % de atendimentos por violência física segundo local de ocorrência da agressão e faixa etária. Sexo feminino – Brasil, 2011.**

Local de ocorrência	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +	Total
Residência	68,0	79,2	79,5	67,8	60,9	68,5	74,4	77,6	79,4	85,8	71,8
Habitação Coletiva	0,6	0,4	0,6	0,8	0,7	0,5	0,5	0,4	0,4	0,9	0,6
Escola	0,8	2,8	4,0	5,4	2,5	0,4	0,4	0,5	0,6	0,1	1,6
Local esportivo	0,2	0,2	0,2	0,6	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3
Bar ou Similar	0,6	0,2	0,4	1,4	2,8	3,0	2,8	2,5	1,9	0,6	2,2
Via pública	7,3	4,3	6,1	13,9	23,3	20,0	16,1	13,5	11,3	7,5	15,6
Comércio/Serviços	2,7	0,7	0,8	0,9	1,4	1,9	1,5	1,7	2,1	0,9	1,5
Indústrias/construção	0,1	0,1	0,1	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2
Outros	19,7	12,1	8,3	8,7	7,6	5,1	3,9	3,5	3,8	4,1	6,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SINAN/SVS/MS \*Excluído os casos em branco/ignorado.

A violência perpetrada no espaço doméstico, por seu caráter privado, “apresenta duas consequências: a manutenção das agressões como um ‘segredo’ e a aceitação social de que em tais práticas violentas não se deve intervir.” (RAMOS, 2010, p.147).

Esse fato contribuiu para que, durante muitos anos, a violência contra as mulheres ficasse invisível aos olhos do Estado e da sociedade, que a consideravam pentecente ao espaço privado, onde o homem, como provedor, tudo pode.

A luta do movimento de mulheres em todo mundo para quebrar a invisibilidade ganhou forças na década de 1970, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher e a instituição, em 1975, da década da mulher. Em 1979,

aconteceu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Essa convenção reafirmou que a discriminação contra a mulher “viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana” e obriga os países signatários, dentre eles o Brasil, a adotarem medidas para eliminar toda forma de discriminação contra a mulher. (CEDAW, 1979 *apud* LIBARDONI, 2002, p. 24).

Em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, reconheceu-se que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis, e que a violência de gênero é incompatível com a dignidade humana.

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. [...] A violência baseada no sexo da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, nomeadamente as que resultam de preconceitos culturais e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. (Artigo 18)<sup>7</sup>

Nesse mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, a qual serviu de referência para a elaboração da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), coordenada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1994.

Nesse tratado, violência contra a mulher foi reconhecida como uma violação aos direitos humanos, proclamando que “toda mulher tem direito a uma vida livre de violência”. A Convenção de Belém do Pará, em seu artigo 1º, define a violência contra a mulher e, em seu artigo 2º, a tipifica.

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada em gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica.<sup>8</sup>

A convenção exige dos países participantes o compromisso de adotar medidas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher. O Brasil assinou o

<sup>7</sup> **Declaração e Programa de Ação de Viena** - Conferência Mundial sobre Direitos Humanos Viena, 14-25 de Junho de 1993. Disponível em: [www.cedin.com.br](http://www.cedin.com.br). Acesso em: 08 abr. 2013.

<sup>8</sup> **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Convenção de Belém do Pará). Disponível em: <http://www.cidh.oas.org> Acesso em: 08 abr. 2013.

tratado em 1994, o qual foi aprovado pelo Congresso Nacional, mediante o Decreto Legislativo nº 107, de 1º de setembro de 1995, sendo ratificado em 27 de novembro do mesmo ano.

Segundo Barsted (2006, p. 248), “os esforços dos movimentos feministas em todo o mundo e os diversos tratados internacionais das Nações Unidas deram visibilidade ao problema da violência de gênero”. No Brasil, em especial, a luta das mulheres por uma vida sem violência começou na década de 1970, como aponta Bandeira (2009, p. 402):

[...] na década de 1970, quando, no cenário das demandas pela anistia política de centenas de homens e mulheres, vítimas da violência militar, segmentos do movimento feminista brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no próprio lar. Este processo de resistência se fortaleceu com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomeação da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

Foi ainda na década de 1970 que surgiram as primeiras organizações de proteção às mulheres: em 1978, criou-se o SOS corpo em Recife e, dois anos depois, o SOS Mulher em São Paulo. Foram estas as primeiras responsáveis pela elaboração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Na década de 1980, foram criados os primeiros conselhos da condição feminina, em São Paulo e Minas Gerais; em 1985, o Conselho Nacional de Direito da Mulher e as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs) (SUÁREZ; BANDEIRA, 2002). Estas conquistas são frutos das reivindicações do movimento de mulheres, que cobrava do Estado medidas protetivas às mulheres vítimas de violência e punição aos agressores (GROSSI, 1997).

Nessa década, segundo Bandeira (2009 p. 412) o movimento feminista fez conhecida

a trágica situação de milhares de mulheres mortas em nome da ‘honra’, da ‘submissão’ e do ‘amor’ por seus maridos, companheiros e amantes. Desde aquela época, ficaram cunhados os *slogans* ‘Quem ama não mata’ e ‘Denuncie a violência contra a mulher’, palavras de ordem das primeiras campanhas contra a violência.

As DEAMs começaram então a registrar denúncias de violências praticadas contra as mulheres, porém, essas denúncias, na maioria das vezes, eram retiradas pelas próprias vítimas, o que impedia a punição dos agressores. Segundo Campos

(2010), o medo<sup>9</sup> e a insegurança levavam as mulheres a retirarem as denúncias, e muitas mulheres acionavam as delegacias somente para dar um “susto” nos maridos, a fim de fazer cessar a violência. Para garantir mais segurança à mulher e evitar que elas desistissem da denúncia, foram criadas as Casas Abrigo e as Defensorias Públicas das Mulheres.

Segundo o relatório final da CPMI, em 1992, o Brasil possuía 125 delegacias, e este número passou para 432 em 2012, registrando um aumento quantitativo de 307 em 20 anos. Contudo, se considerar os municípios existentes no país, esse número ainda é bastante reduzido (SENADO FEDERAL, 2013).

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, o enfrentamento à violência contra a mulher ganhou força. Em 2006, promulgou-se a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera a violência contra a mulher como crime intolerável, diferentemente da Lei nº 9.099/95, que vigorara até então, a qual tratava a violência contra a mulher como um crime de menor potencial ofensivo.

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que propunha políticas públicas amplas, articuladas e direcionadas ao combate à violência contra as mulheres, considerando-se também as dimensões da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência e também o combate à impunidade dos agressores. Essas ações seriam executadas num período de quatro anos (2008 a 2011).

O pacto fundamenta-se nos princípios e diretrizes que norteiam o I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e apresentou, naquele momento, “uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, no sentido de assegurar a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres.” (BRASIL, 2011b, p. 11).

Segundo a SPM, o pacto contribuiu de forma significativa na implementação de políticas públicas relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Dentre

---

<sup>9</sup> Três décadas depois, a realidade não é muito diferente, o medo continua fazendo com que as mulheres se calem protegendo seus agressores, principalmente se estes são seus companheiros. Reportagem do Jornal “O Popular” do dia 14 de outubro de 2013, traz como manchete que 85% das mulheres agredidas protegem seus companheiros. O medo as silenciam, fazendo com que não notifiquem os crimes de agressão.

estas, estão: o aumento do orçamento para enfrentamento à violência; a criação e o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios; a consolidação do conceito ampliado de violência contra as mulheres; consolidação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, como um canal de acesso direto às mulheres em situação de violência; ampliação do número de serviços especializados; incorporação da violência contra a mulher na agenda política dos governos (BRASIL, 2011b).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi criada em 2011, com a finalidade de estabelecer

conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. (*Idem*, 2011c, p. 23).

Com o Plano Nacional, a SPM atende ao I PNPM, que define como um dos objetivos para se enfrentar a violência a criação de uma política nacional. O enfrentamento à violência contra as mulheres foi mantido, no PNPM de 2008 e no de 2011, como uma das áreas estratégicas de atuação.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres passou por uma releitura e foram acrescentados novos eixos e ações, porém, manteve-se a concepção de que, sendo a violência de caráter multidimensional, requer políticas públicas articuladas nas mais diferentes esferas. Por isso, as ações propostas por ele apoiam-se em três premissas: a transversalidade de gênero; a intersectorialidade e a capilaridade.

A transversalidade de gênero visa garantir que a questão de violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersectorialidade, por sua vez, compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); e outra, implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, etc.). Desta articulação decorre a terceira premissa que diz respeito à capilaridade destas ações, programas e políticas; levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres até os níveis locais de governo. (BRASIL, 2011b p. 24)

Por meio do pacto, os convênios entre SPM, estados, municípios e ONGs foram firmados, permitindo-se a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Os números dos serviços que compõem essa rede são divergentes por falta de um sistema nacional de informações sobre a violência contra as mulheres. Mas, de acordo com dados da SPM, existem hoje no país 963 serviços especializados de atendimento às mulheres, sendo 374 DEAMs; 116 núcleos especializados em delegacias comuns; 204 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 72 casas abrigo; 52 juizados especializados de violência doméstica e familiar; 46 varas adaptadas; 38 promotorias especializadas e 61 núcleos ou defensorias especializadas (SENADO FEDERAL, 2013).

Ainda segundo o relatório da CPMI, entre 2003 e 2012, a SPM firmou, com recursos próprios, 802 convênios para ações de enfrentamento da violência contra a mulher. A partir da criação do pacto, em 2007, os recursos destinados a essas ações triplicaram, o que demonstra o impacto positivo das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres na elaboração e implementação das políticas de enfrentamento à violência, cujas ações “não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado no sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência.” (BRASIL, 2011d, p. 17).

Esse capítulo buscou apresentar a trajetória da luta do movimento feminista em prol de políticas públicas para as mulheres. Essa luta iniciou-se na década de 1970 e perdura até os dias atuais, sem esquecer, contudo, as conquistas e os avanços, sobretudo, a partir da criação da SPM e da realização da primeira Conferência de Políticas Públicas. Estas têm sido um espaço privilegiado de discussão entre a sociedade civil e o Governo, na construção de políticas que alcancem todas as mulheres, independente da raça/etnia, da territorialidade, da idade, da orientação sexual ou da condição social, principalmente àquelas que se encontram em situação de violência e risco social.

O próximo capítulo vai apresentar uma das políticas públicas elaborada especialmente para as mulheres em condições de vulnerabilidade social, a qual se constitui no objeto de estudo desse trabalho.

## CAPÍTULO 3

### O PROGRAMA MULHERES MIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

#### 3.1 O PROJETO PILOTO: QUANDO TUDO COMEÇOU

O Programa Nacional Mulheres Mil teve sua origem em um Projeto de cooperação entre o *Niágara College* do Canadá e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) nos anos de 2003 a 2005. Ainda em 2005, essa cooperação ampliou-se e passou a envolver mais quatro CEFETs: no Amapá, Pará, Ceará e Bahia.

O resultado dessa parceria foi a assinatura da Cooperação Internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE) – iniciada em abril de 2007, cujo projeto piloto de duração de quatro anos (2007 a 2010) envolveria treze CEFETs nas regiões Norte e Nordeste do país: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. (BRASIL, 2011)

Durante o desenvolvimento do projeto piloto, cerca de 1450 mulheres foram beneficiadas e os projetos desenvolvidos nesses Estados estavam, na sua maioria, relacionados à área de alimentação e governança, conforme mostra o quadro abaixo:

**Quadro 1: Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto**

<b>Estado</b>	<b>Nome do Projeto</b>	<b>Comunidade beneficiária :</b>	<b>Mulheres atendidas</b>	<b>Área de formação profissional:</b>
<b>Alagoas</b>	O Doce Sabor de Ser	Marechal Deodoro – Vila Miséria	80	Gastronomia
<b>Amazonas</b>	Transformação, Cidadania e Renda	Área metropolitana de Manaus	120	Governança
<b>Bahia</b>	Mulheres: um Tour em Novos Horizontes	Comunidade Vila 2 de Julho	120	Turismo e hotelaria
<b>Ceará:</b>	Mulheres de Fortaleza	Área Metropolitana de Fortaleza-Bairro Pirambu	120	Governança e gastronomia
<b>Maranhão</b>	Alimento da Inclusão Social	Comunidade Vila das Palmeiras	160	Processamento de alimentos
<b>Pará</b>	Costurando um melhor amanhã para as mulheres do Igarapé Mata fome	Associação Beneficente Educacional Agostiniana Recoleta	150	Corte e costura e informática
<b>Paraíba</b>	Beneficiamento e Transformação de Pescado	Bayeux e Cabedelo	160	Processamento de pescado e artesanato
<b>Pernambuco</b>	Mulher Pernambucana em primeiro lugar	Recife	120	Artesanato, Gastronomia, Informática



<b>Piauí</b>	Vestindo a Cidadania	Vila Verde Lara / cidade Leste – Teresina	60	Corte costura / confecção
<b>Rio Grande do Norte</b>	Casa da Tilápia.	Assentamentos do Território do Mato Grande	120	Beneficiamento do couro de Peixe
<b>Roraima</b>	Inclusão com Educação	Reeducandas da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	80	Processamento de alimentos e informática
<b>Sergipe</b>	Do Lixo a Cidadania	Bairro Santa Maria (antigo Bairro Terra Dura)	80	Reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
<b>Tocantins</b>	Construindo a cidadania através da arte	Distrito de Taquarussu/Palmas-TO	80	Bioartes, pintura de tela, artesanatos com produtos naturais.

Quadro construído com base nos dados do site: <http://portal.mec.gov.br>

Em março de 2011, o Ministério da Educação publicou o livro *Mulheres Mil: Do sonho à realidade*<sup>10</sup>, em edição trilingue (português, inglês e francês), organizado por Stela Rosa, o qual traz o relato de 27 mulheres, representantes dos treze estados. Extrae-se da narrativa o grande potencial do Projeto Mulheres Mil em resgatar a autoestima das mulheres, de despertá-las para a vida e lhes mostrar um novo caminho. Percebe-se também a importância de elas ingressarem no mercado de trabalho, tendo como intermédio a qualificação recebida por meio do projeto, assim como é recorrente nas falas, o fato de estarem fazendo essa qualificação dentro de um estabelecimento de ensino da rede federal (CEFET).

Pelos 27 relatos que constam no livro, todas estavam trabalhando e muitas haviam retomado os estudos, porém, trata-se apenas de 27 das 1.450 mulheres certificadas no período. Os resultados do projeto na vida das outras participantes são desconhecidos, tampouco seria esse o objetivo dessa pesquisa. Mas, certamente, se o projeto não tivesse obtido bons resultados, ele não teria se transformado em uma política pública a ser implantada a nível nacional.

Durante o período de implementação do projeto piloto, foram desenvolvidos, em cooperação com o governo canadense, “processos, metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade.” (BRASIL, 2011, p. 3). Desta forma, a metodologia sobre a qual o Programa Mulheres Mil está baseada teve sua origem na experiência dos *colleges* canadenses, no trabalho com populações desfavorecidas, visando a promoção da equidade.

<sup>10</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres mil: do sonho à realidade = Thousand women: making dreams come true = Mile femmes: du reve à la réalité.** ROSA, Stela (Org.). Brasília: 2011.

O modelo canadense é denominado ARAP, que significa: Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia. Este “consiste em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação.” (*Idem*, 2011a, p. 3).

O diferencial do modelo brasileiro é que, além de reconhecer os saberes adquiridos ao longo da vida, há uma atenção especial ao acolhimento das mulheres por meio de instrumentos e mecanismos que viabilizem o acesso a uma formação profissional e cidadã, aliada à elevação da escolaridade, à inserção produtiva e à mobilidade no mundo do trabalho. O modelo brasileiro ainda prevê o acompanhamento das egressas e dos impactos gerados na família das participantes e na comunidade respectiva.

No final do projeto piloto, anteriormente mencionado, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, decidiu institucionalizar o projeto, que passou a ser um programa nacional integrante do Plano Brasil sem Miséria<sup>11</sup>. Instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Programa Mulheres Mil tem a perspectiva de atingir, até 2014, utilizando-se a metodologia ARAP, 100 mil mulheres.

O Projeto Mulheres Mil foi desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero. (BRASIL, 2011e)

### 3.2 AS CONCEPÇÕES DO PROGRAMA MULHERES MIL

Desenvolvido, prioritariamente, nos Institutos Federais de ensino, por meio de parecerias entre diferentes ministérios, o Programa Mulheres Mil tem o objetivo de proporcionar às mulheres em condições de vulnerabilidade<sup>12</sup> social, o acesso à educação e à formação profissional e cidadã, com perspectivas de inclusão no mundo do trabalho.

---

<sup>11</sup> O Plano Brasil sem Miséria foi instituído em 02 de junho de 2011, por meio do Decreto nº 7.492, assinado pela Presidente Dilma Rousseff, com a finalidade de reduzir a pobreza extrema no Brasil. O Plano propõe a integração e articulação de políticas, programas e ações, sendo executado pela União em colaboração com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade (BRASIL, 2011b).

<sup>12</sup> A vulnerabilidade social é um conceito que tem sua origem na área dos direitos humanos. Refere-se a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania.

Para isso, o Programa Mulheres Mil está estruturado em três grandes eixos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável e, segundo o seu documento base, pretende:

Possibilitar que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania<sup>13</sup>, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade. (BRASIL, 2011, p. 1).

Além dessa formação, que permite às mulheres o acesso ao mundo do trabalho, o Programa Mulheres Mil também pretende proporcionar-lhes uma formação humana que fomente sua emancipação e seu empoderamento. Desta forma, a metodologia aplicada no programa está firmada na concepção de uma educação como prática de inclusão social, de construção da cidadania e de emancipação dos sujeitos.

Nessa perspectiva, embora o Programa Mulheres Mil seja uma política pública de capacitação profissional de curta duração, ela se propõe a ser diferenciada, ou seja, não apenas qualificar para o mercado de trabalho, mas aliar essa qualificação a uma formação que possibilite às mulheres se tornar “sujeitos de sua própria história.” (BRASIL, 2011a, p. 27).

Assim, as mulheres atendidas pelo programa não são vistas de maneira descontextualizada, mas a partir da realidade na qual estão inseridas, visando a formação cidadã e a promoção da equidade, princípio que rege a metodologia dos *colleges canadenses*, na qual o Programa Mulheres Mil está baseado.

Segundo Carvalho, historicamente, a educação profissional tem se curvado às expectativas do mercado de trabalho e deixado para segundo plano as necessidades dos(as) educandos(as):

A concepção de educação profissional e a estrutura educacional dela derivada tem sido organizadas, ao longo da história da educação, sob as determinações da conjuntura econômica e política dos diferentes países. Assim, ela tem buscado responder, prioritariamente, às expectativas do mercado de trabalho, da política econômica e secundariamente, às necessidades da clientela destinada a essa parcela do processo formativo. (CARVALHO, 2003 p. 78 -79)

---

<sup>13</sup> O Programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008 pelo governo federal e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso em: 13 junh. 2012.

Contudo, o Programa Mulheres Mil, embora seja uma política de qualificação profissional, se apresenta com uma concepção diferente, em parte, dessa apontada por Carvalho. Os arranjos locais e a demanda do mercado de trabalho, segundo a metodologia do programa, devem ser considerados, uma vez que o propósito principal do programa é a inclusão no mundo do trabalho. Porém, a realidade das alunas também é importante, pois é ela que irá nortear o rumo que a formação deverá tomar. Esta se dará a partir da identificação e do reconhecimento da diversidade presente em cada uma das etapas de vida das alunas.

Paulo Freire afirma que a prática educativa, enquanto prática formadora necessita de uma ética rigorosa que não se curva obediente ao mercado e aos interesses do lucro. Para o autor, formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas, é torná-lo em sujeito crítico capaz de transformar o mundo. (Freire, 1996)

Convergindo com os pensamentos de Freire, Carvalho afirma que “o processo de qualificação dos trabalhadores não pode se restringir a um mero adestramento para ocupação de determinado posto. [...] esta qualificação passa pela educação formal e assume uma dimensão de formação integral”. (CARVALHO, 2003 p. 78) A autora ainda afirma que a concepção de educação profissional pode tanto “ser vista de uma ótica instrumental e, portanto, atrelada às demandas do mercado, como pode ser vista de uma ótica crítica e, por conseguinte, instrumento de construção da cidadania efetiva”. (*ibidem*, p. 17)

Ao pretender oferecer uma formação profissional, aliada à elevação da escolaridade, ao combate à violência contra a mulher, à conscientização dos direitos da mulher e sua importância na sociedade, à diminuição das desigualdades de gênero, o Programa Mulheres Mil se distancia de outros cursos de qualificação, ofertados por outros programas governamentais e/ou sistemas de ensino que apenas preparam o/a trabalhador(a) para o mercado de trabalho.

Com essa formação profissional aliada à formação cidadã, o programa pretende “promover o crescimento humano das mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida sociocultural e econômica”. (BRASIL, 2011a, p. 04). Essa formação que visa o ‘crescimento humano’, que tem dentre seus objetivos, “fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres” (*ibidem*, p.

04), remete à concepção de educação emancipadora de Paulo Freire, a qual forma cidadãos conscientes, autônomos, capazes de observar o mundo e suas contradições, de pensar a realidade na qual estão inseridos e de intervir sobre ela.

Freire pensa uma educação libertadora, que seja capaz de levar o indivíduo a refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, a pensar criticamente a realidade tal como ela se apresenta e agir de forma transformadora sobre a realidade que o oprime, passando a ser o construtor de sua própria história.

Dessa forma, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, a qual está relacionada ao despertar da consciência crítica, que determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço.” (FREIRE, 1967, p. 100).

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa da sua problemática, da sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos do seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar [...] Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro (*Ibidem*, p. 97).

Freire afirma que educar é formar e que, por isso, o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral do educando, não pode ser tecnicista, nem visar apenas o treinamento, porque esse tipo de ensino amesquinha “o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.” (*Idem*, 2007, p. 33).

O autor prega uma educação como processo de conscientização, que contribua para a construção da cidadania e que conceda ao educando a esperança, o desejo e a capacidade de pensar o mundo, de transformá-lo e de “torná-lo mais humano para a humanização de todos.” (*Idem*, 2005, p. 62). Trata-se de levar o indivíduo a ter consciência de seus direitos e deveres, de sua condição no mundo e de sua capacidade de atuar sobre ela.

Embora o Programa Mulheres Mil vise, sobretudo, a qualificação profissional, como mencionado anteriormente, é possível enxergar, em sua essência, essa concepção de educação transformadora, uma vez que pretende contribuir para que as alunas se tornem “cidadãs, social e economicamente emancipadas”. (BRASIL, 2011a, p. 04).

### 3.3 A METODOLOGIA DO PROGRAMA

A portaria do MEC que estabelece a criação do Programa Mulheres Mil (Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011), apresenta, como diretrizes que devem nortear o Programa, o acesso à educação, a redução das desigualdades sociais e econômicas das mulheres, a promoção da igualdade de gênero e o combate à violência.

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher. (BRASIL, 2011e)

Como o Programa Mulheres Mil nasceu dentro do contexto dos CEFETS, os Institutos Federais de Educação passam a ter um papel fundamental em seu processo de institucionalização. Tendo como base a promoção do desenvolvimento regional “a partir das características, experiências e necessidades de cada território e de suas populações”, acredita-se que os IFs são o lugar primordial para o acesso dessa população, até então, excluída do processo educacional e, muitas vezes, do mundo do trabalho, por falta de uma qualificação.

O acesso à instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos Institutos e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso afirmativo.

Esta concepção de acesso inclusivo, que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade, na realidade do cotidiano, traz [...] uma oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres. (BRASIL, 2011a, p.4)

De acordo com a metodologia utilizada no Programa Mulheres Mil, os serviços de acesso incluem ações de busca e de ingresso, ou seja, o diálogo com a comunidade a fim de conhecer e se aproximar da sua realidade e identificar suas necessidades, desafios e demandas. É nesse momento que se definem as políticas e diretrizes para o desenvolvimento de um trabalho adequado e que se estabelece uma relação de confiança entre a instituição e o público alvo.

O principal objetivo do acesso, portanto, é viabilizar “o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional, visando sua inclusão educativa e sua promoção social e econômica.” Para isso, o sistema de acesso deve ser, sobretudo, democrático e inclusivo; deve promover a sustentabilidade e a equidade, independente da idade ou nível de escolaridade. (BRASIL, 2011a, p. 5)

A metodologia utilizada no Programa Mulheres Mil, além de possuir um modelo de ingresso acolhedor e personalizado que pretende reconhecer e respeitar a trajetória de vida da população feminina atendida por ele, prevê ainda ações relacionadas à permanência e ao êxito. Trata-se da estrutura física, do suporte técnico, dos recursos materiais e humanos, dos instrumentos e dos currículos que possibilitem a permanência dessa população nos cursos oferecidos, as ações que viabilizem o ingresso e permanência das educandas no emprego e empreendimentos, assim como a retomada e continuidade dos estudos.

Quanto à estrutura física, os institutos federais que aderem ao programa por meio das Chamadas Públicas, devem comprometer-se em disponibilizar um espaço para a implantação do “Escritório de Acesso”. Trata-se de um espaço institucional de referência, que deve ser acolhedor e estruturado para receber, orientar e acompanhar as educandas e todas as mulheres que buscam informações sobre o Programa. Ele deve ser construído de forma coletiva como um espaço de confiança, de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e de relações.

É esse espaço, também, que deve congrega a Equipe Multidisciplinar, que é “constituída de um conjunto de servidores, profissionais especialistas e parceiros que, em trabalho articulado, colaborativo e solidário, viabilizarão as ações do Programa na comunidade interna e externa.” (BRASIL, 2011a, p. 7)

As principais características que devem possuir os membros da equipe multidisciplinar, de acordo com as orientações do Guia Metodológico, são: a visão de abertura ao novo, a postura solidária e colaborativa; a determinação e o comprometimento em construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

Para viabilizar a permanência das educandas na instituição, o Programa Mulheres Mil, prevê um auxílio estudantil, para custear transporte e alimentação. Os serviços médico, odontológico e psicológico dos institutos federais, também são disponibilizados quando o câmpus, onde é oferecido o programa, dispõem de tais recursos.

Uma característica fundamental da metodologia aplicada no Programa Mulheres Mil é a Identificação dos Saberes, que consiste em mapear os aprendizados preliminares das mulheres em três esferas<sup>14</sup>: formal, não formal e informal.

A identificação dos saberes é fundamental para fazer o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para geração de emprego e renda [...] é o processo que faz uma analogia entre o que o indivíduo sabe e o que pode fazer, relacionado a um propósito específico à medida que se relaciona com cursos/programas, certificações, padrão ou resultado de desempenho obrigatórios. (BRASIL, 2011a, p. 12)

Os instrumentos mais utilizados para a identificação desses saberes dentro do Programa Mulheres Mil são: o questionário e a entrevista, que são aplicados no momento da inscrição; o mapa da vida, um instrumento que estimula as pessoas a organizar sua própria história e apresentar sua trajetória global, ele deve ser aplicado, de preferência, pela equipe multidisciplinar e, por fim, o portfólio, construído no decorrer da formação e que inclui todas as informações das educandas, descreve suas habilidades e competências.

Toda a documentação formal e informal das alunas deve constar nesse portfólio, o qual pode ser utilizado para avaliar e certificar aprendizados prévios e ainda ser apresentado a um empregador em potencial como subsídio para certo trabalho. (BRASIL, 2011a, p. 15)

---

<sup>14</sup> Libânio (2002, p. 81), fala de educação formal, educação não formal e educação informal. A **formal** é aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática; a **não formal** é a que possui um baixo grau de estruturação e com relações pedagógicas não formalizadas e a **informal** é aquela em que não há estruturação nem intencionalidade pré-definida, ou seja, que ocorre naturalmente. (Os meios de comunicação, como a televisão e a internet, são importantes instrumentos de educação informal pois são capazes de democratizar a informação de forma rápida e diversificada). O Guia Metodológico do Programa Mulheres Mil define da seguinte forma: **Aprendizado formal são** programas e cursos de organizações educacionais reconhecidas; **não formal é o** aprendizado estruturado não reconhecido por instituições e **informal é o** aprendizado estruturado autodidata, aprendizado através de trabalho e vida. (BRASIL, 2011a, p. 12)



### 3.4 A EXPERIÊNCIA PROGRAMA MULHERES MIL NO IFG, CÂMPUS DE LUZIÂNIA

Com a institucionalização do Programa Mulheres Mil, por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, 98 *campi* dos institutos federais foram selecionados, por meio da Chamada Pública MEC/Setec 2011/01, para, a implementação de núcleos do Programa Mulheres Mil. Em 2012, esse número ampliou-se, alcançando 102 *campi* de todas as regiões do país, com a meta de efetuar 100 matrículas por câmpus e atender 10.200 mulheres de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social por ano. A maioria desses *campi* está concentrada na região Nordeste, sendo 42 somente na seleção de 2012.

O IFG, na primeira chamada, em 2011, teve três *Campi* selecionados: Inhumas, Itumbiara e Luziânia; na chamada de 2012, foram contemplados os *campi* de Anápolis e Formosa e em 2013, Aparecida de Goiânia, Jataí e Cidade de Goiás.

**Quadro 2: Cursos oferecidos nos *Campi* do IFG**

<b>CAMPI – IFG</b>	<b>CURSOS</b>
<b>Inhumas</b>	Fabricação e conserva de alimentos
	Auxiliar de padeiro
	Fabricação de produtos de higiene e limpeza
	Produção de conservas vegetais
<b>Itumbiara</b>	Alimentos
	Fabricação de Produtos de limpeza
	Técnicas em artesanato
<b>Luziânia</b>	Curso Básico em Auxiliar de Cozinha
<b>Formosa</b>	Aplicador de revestimento cerâmico
	Recreador
<b>Anápolis</b>	Aplicador de revestimento cerâmico
	Operador de processos químicos industriais
<b>Aparecida de Goiânia</b>	Pintura de Paredes
	Sabonetes e Saneantes
<b>Cidade de Goiás</b>	Técnicas em artesanato
<b>Jataí</b>	Assentamento de revestimento cerâmico

Fonte: Dados obtidos junto aos *Campi* do IFG

Atualmente, o câmpus de Luziânia está desenvolvendo o trabalho com a terceira turma do Programa Mulheres Mil. A primeira, de 100 inscritas, iniciou-se em novembro de 2011 e concluiu em julho de 2012, tendo certificado 96 mulheres. A segunda turma, de setembro de 2012 a abril de 2013, teve 140 alunas, sendo 27 do presídio feminino de Luziânia. Destas, foram certificadas 117 mulheres, 15 delas,

reeducandas do presídio. A terceira turma, que se iniciou em junho de 2013, conta com 110 alunas matriculadas.

Com base nas diretrizes do programa e nas metas que ele pretende alcançar, principalmente com relação ao combate à feminização da pobreza, à promoção da igualdade de gênero e à diminuição da violência contra as mulheres, este estudo propõe analisar seus resultados na vida das mulheres beneficiadas por ele durante o primeiro semestre do ano de 2012 na cidade de Luziânia.

### **3.4.1 Contexto socioeconômico da cidade de Luziânia**

Para se compreender melhor a realidade da população implicada neste estudo, é importante conhecer um pouco as especificidades da cidade de Luziânia e região.

Luziânia está localizada na Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno (RIDE), a qual, segundo o relatório Observatório do Mundo do Trabalho do IFG (2009), possui uma população imigrante, predominantemente de baixa renda, excluída do acesso ao mercado imobiliário de Brasília, inserida em municípios, cujas possibilidades de atendimento satisfatório das necessidades da população encontram-se esgotadas. Isso proporciona o crescimento de bairros periféricos marcados pelo tráfico de drogas, pela violência e pelo subemprego/desemprego.

Segundo a CODEPLAN, Luziânia encontra-se dentre os municípios do Entorno, que mais dependem do Distrito Federal.

As informações coletadas, relativas à interação dos municípios do Entorno com o Distrito Federal e a pressão exercida por esta população, no que se refere ao mercado de trabalho, estudo, equipamentos públicos e relações comerciais permitiram agregar os 22 municípios da RIDE em três regiões, conforme o seu grau de dependência em relação ao DF. (BRASILIA, 2003)

**Figura 2: A RIDE e as regiões polarizadas**



Fonte: BRASÍLIA: SEPLAN/CODEPLAN – Perfil Sócio-econômico e Demográfico dos moradores da RIDE – 2003<sup>15</sup>

Localizado na área de maior concentração demográfica da microrregião do entorno sul de Brasília, o município de Luziânia, comparativamente aos demais municípios que a compõem, tem potencializado os problemas sociais mais agudos da microrregião, a exemplo da falta e da precariedade de moradia e da grande violência (BRASIL, 2010, p. 58). Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) evidenciaram que os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil se encontram na RIDE.

Considerando os Indicadores Sociodemográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2000, a RIDE apresenta-se como uma região de alta atração migratória, relativamente jovem, com uma razão de sexos que evidencia uma proporção de mulheres dentro da média e com analfabetismo acima da média. Contudo, se se confrontar esses dados com os do último censo, observar-se-á que houve uma mudança populacional referente ao sexo e à faixa etária. O Censo 2010 apresenta um aumento da população feminina, uma diminuição da população jovem (20 a 24 anos) e um crescimento da população adulta (25 a 30) (BRASIL, 2011).

<sup>15</sup>**Região I (Rosa) – Alta polarização:** Águas Lindas, Cidade Ocidental, **Luziânia**, Novo Gama, Sto A. do Descoberto e Valparaíso;

**Região II (Verde) - Média polarização:** Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás;

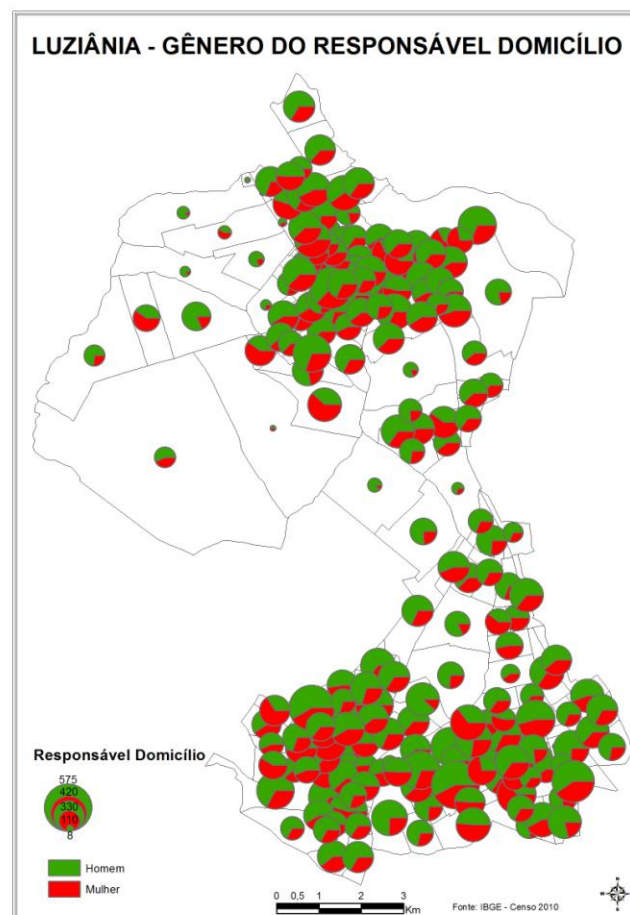
**Região III (Amarela) Baixa polarização:** Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unai e Vila Boa.

Em 2003, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação do Governo do Distrito Federal (SEPLAN) e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) realizaram um estudo o qual aponta que os domicílios chefiados por mulheres nos municípios do entorno alcançaram o percentual de 25,6%, similar ao do Distrito Federal, que é de 26,10%. De acordo com esse estudo,

a participação cada vez maior da mulher na chefia dos lares ocorre pela sua crescente inserção no mercado de trabalho, dado a necessidade de sua participação na renda domiciliar, assim como pelo aumento dos divórcios e separações. (SEPLAN/CODEPLAN, 2003, p. 26).

Observa-se pelo mapa abaixo, que o número de famílias chefiadas por mulheres em Luziânia, segundo o Censo de 2010, continua sendo muito alto.

**Mapa 1: Gênero do Responsável Domicílio**



Fonte IBGE – Censo 2010

No que diz respeito à renda, o estudo aponta que as mulheres continuam recebendo um salário inferior ao dos homens, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

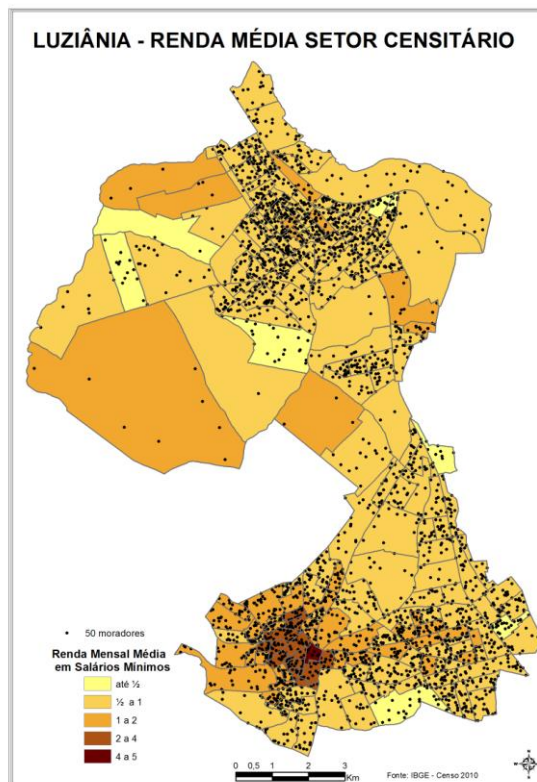
**Tabela 5 – Chefes de domicílio segundo as classes de renda por sexo e idade – municípios do entorno – 2003**

Classes de Renda	Total	Sexo		Idade			
		Feminino	Masculino	Até 25	26 a 45	46 a 59	+ de 59
Até 1 SM	31,3	53,4	24,5	30,1	20,5	29,5	60,8
+ de 1 a 2 SM	32,1	26,7	33,8	48,6	38,4	27,0	15,8
+ de 2 a 4 SM	21,1	11,1	24,2	17,8	25,7	21,8	10,5
+ de 4 SM	15,4	8,7	17,5	3,5	15,4	21,6	12,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN (2003)

Os dados apontam que 53,4% das mulheres chefes de domicílio ganham no máximo um salário mínimo bruto por mês, enquanto que, para os homens, este percentual é de 24,5%. Pode-se destacar também o fato de que os chefes do domicílio, com idades superiores a 60 anos, em sua maioria, possuem renda mensal de até um salário mínimo, independente do sexo.

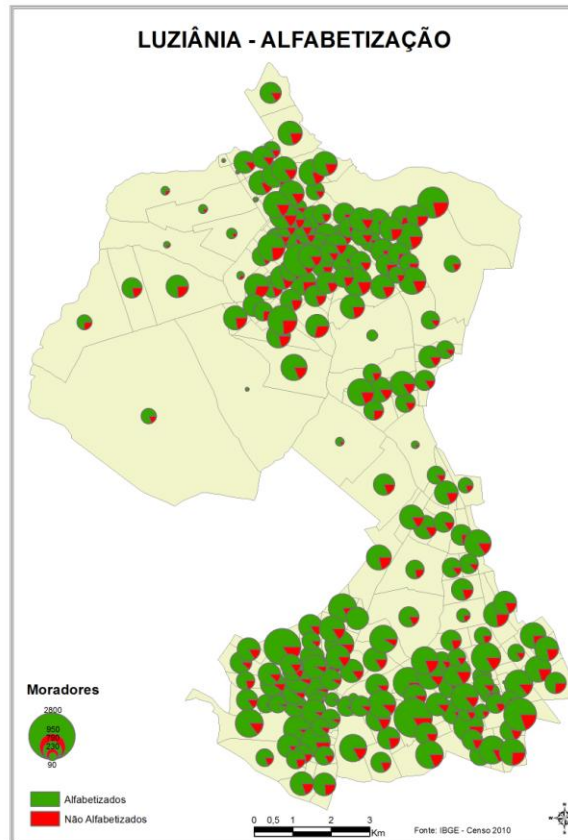
**Mapa 2: Renda média setor censitário**



Fonte IBGE – Censo 2010

De acordo com o censo de 2010, a renda média da maioria da população de Luziânia é de um a dois salários mínimos. Na região de maior concentração demográfica (Região do Jardim Ingá), predomina a renda mensal de meio a um salário mínimo.

**Mapa 3: Alfabetização**



Fonte: IBGE – Censo 2010

O município apresenta também um alto índice de analfabetismo, fator que contribui para que o IDH seja baixo. Este índice repercute também quando analisada a escolaridade dos chefes de domicílio, como pode ser observado na tabela 6.

**Tabela 6 – Chefes de domicílio segundo o grau de escolaridade/trabalho por sexo e faixa etária – municípios do entorno – 2003**

Escolaridade	Total	sexo		Idade do chefe do Domicílio			
		Feminino	Masculino	Até 25	26 <sup>a</sup> 45	46 <sup>a</sup> 59	+de59
Analfabeto	12,8	17,1	11,3	1,7	6,2	13,9	34,4
Sabe ler e escrever	10,2	11,5	9,7	2,7	6,4	14,0	18,7
1º Grau incompleto	43,7	39,6	45,0	53,0	45,9	42,5	34,5
1º Grau completo	9,0	8,2	9,3	9,6	11,5	8,0	3,4
2º Grau incompleto	5,5	5,5	5,5	12,7	6,5	4,2	0,9
2º Grau completo	15,0	14,5	15,1	17,4	19,0	13,3	5,5
Superior incompleto	1,4	1,3	1,4	1,9	1,8	1,2	0,4
Superior completo	2,5	2,3	2,6	1,0	2,7	2,9	2,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BRASÍLIA: SEPLAN/CODEPLAN (2003).

Conforme os dados anteriormente apresentados, o grau de escolaridade dos chefes de família do sexo masculino é superior ao grau de escolaridade das mulheres chefes de família, com diferenças significativas, considerando-se a proporção de analfabetos. Neste caso, há uma quantidade maior de mulheres analfabetas (17,1%) contra 11,3% de homens analfabetos. Considerando-se as porcentagens de analfabetos e os que sabem ler e escrever, observa-se que 28,6% das mulheres chefes dos domicílios encontram-se neste grupo, contra 21% dos homens nesta categoria.

Ainda com relação à educação, tanto no município de Luziânia quanto em sua região de influência imediata, foi observado um descompasso entre o número de alunos do Ensino Fundamental (37.164 estudantes) e o número de alunos de Ensino Médio (7.874 estudantes). Apenas 21,2% dos alunos que concluem o Ensino Fundamental têm conseguido dar prosseguimento aos estudos em nível de Ensino Médio. Esta realidade repercute, por sua vez, no número relativamente grande (3.131) de alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, uma consequência da descontinuidade dos estudos que acometeu e acomete uma parcela significativa da população jovem da região (BRASIL, 2010, p. 86).

O retrato da realidade relacionada à violência de gênero é descrito pelo relatório da CPMI, que aponta que estão na RIDE dois dos municípios com o maior índice de violência contra a mulher do país, Formosa e Valparaíso. Este último faz divisa com o Jardim Ingá, região implicada nesse estudo. Segundo o mesmo relatório, a DEAM de Luziânia recebe em média cinco ocorrências por dia e movimenta cerca de 40 a 50 processos mensais; destes, 70 a 80% são casos da Lei Maria da Penha. A delegacia registrou, nos últimos seis meses, 181 inquéritos referentes à violência sexual, 343 crimes de ameaça e 252 de lesão corporal.

A DEAM de Luziânia, que deveria ser um espaço acolhedor para as mulheres vítimas de violência, funciona em um local inadequado, onde a vítima e o agressor dividem o mesmo espaço. Além disso, a Comissão constatou que a Delegada arbitra fiança nos crimes de violência doméstica, contrariando a Lei Maria da Penha.

Constatou-se também que a delegacia funciona apenas das 8 às 18h, não havendo nenhum plantão 24h. Os profissionais não recebem capacitação para atender de forma adequada as mulheres que procuram o órgão e não existe

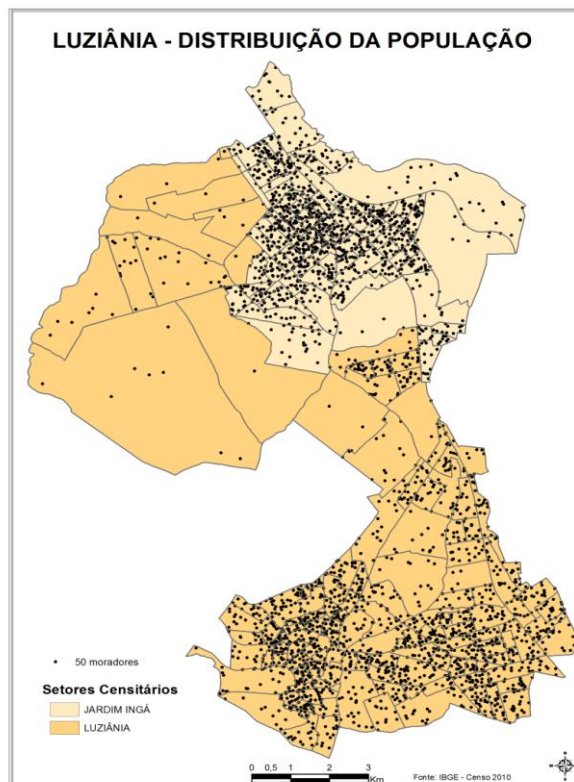
nenhuma casa-abrigo no entorno, apesar de ter sido firmado, em 2011, um convênio da SPM com o Estado de Goiás para a construção de cinco casas-abrigo, sendo uma delas em Luziânia. (SENADO FEDERAL, 2013)

Foi diante da realidade socioeconômica de Luziânia e do alto índice de violência contra a mulher registrado no município que o IFG decidiu por participar da Chamada Pública MEC/Setec – 01/2011 – para a implantação do Programa Mulheres Mil nessa cidade. Compreendeu-se que o programa contribuiria para a formação técnica e cidadã de mulheres jovens e adultas das camadas sociais mais carentes, como forma de criação de perspectivas profissionais e educacionais que pudessem contribuir para o resgate da cidadania e o combate à violência contra a mulher.

### 3.4.2 A região do Jardim Ingá

Embora o município de Luziânia possua inúmeras comunidades pobres e, portanto, se insira perfeitamente no perfil do Programa Mulheres Mil, optou-se, nesse primeiro momento, em trabalhar com a comunidade do Jardim Ingá. Na escolha da comunidade alvo, considerou-se, principalmente, a realidade local.

**Mapa 4: Distribuição populacional Luziânia/Jardim Ingá**



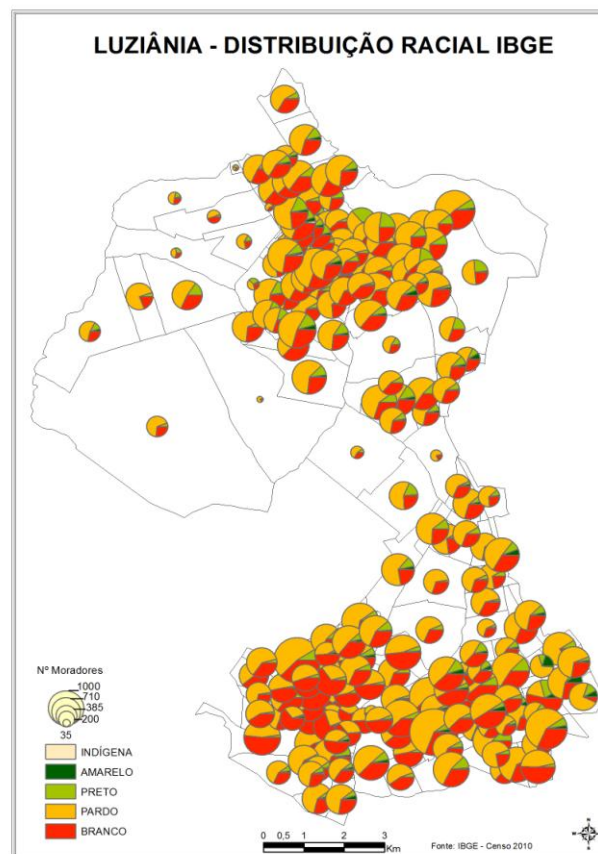
Fonte IBGE – Censo 2010



O Jardim Ingá é a região de Luziânia que concentra a maior quantidade populacional, como se pode observar no mapa anterior. Possui uma população de quase 100 mil habitantes, mais da metade da população total de Luziânia que é de 174,546 habitantes, segundo o Censo de 2010.

Trata-se de uma região extremamente carente, com uma população feminina de baixa escolaridade, relativamente grande, com muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Estas, na sua maioria, exercem a função de diaristas ou de empregadas domésticas em Brasília. Uma pequena parte está empregada no setor de serviços. A renda mensal destas mulheres varia de 600 e 800 reais. Uma grande parte encontra-se desempregada, e muitas mulheres são beneficiárias de programas sociais.

**Mapa 5: Distribuição Racial**



Fonte IBGE – Censo 2010

Quanto à raça/etnia, a predominância é parda e negra. A maioria vive em regime de união estável, sendo considerável também o número de jovens mães solteiras, que possuem em média três filhos. Devido à falta de creches, muitas

mães, ao saírem para trabalhar, deixam os filhos sozinhos ou sob os cuidados de terceiros. Este fato, segundo o assistente social do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), deixa as crianças e os adolescentes vulneráveis à violência, ao abuso sexual e às drogas.

De acordo com o conselho tutelar da região do Jardim Ingá, são registradas, por dia, entre oito a dez denúncias de maus-tratos e/ou abuso sexual contra crianças e adolescentes. As notificações, na sua maioria, são feitas pelas escolas ou por meio de denúncias anônimas. É alto, também, o índice de violência doméstica<sup>16</sup>.

Contribuíram, ainda, para a escolha dessa comunidade, a boa receptividade e o interesse das lideranças locais, que prontamente se dispuseram a contribuir na organização das reuniões, intermediando o contato com as mulheres.

### **3.4.3 Implementação do Programa Mulheres Mil em Luziânia**

De acordo com a portaria que estabelece a criação do Programa Mulheres Mil, este deve ser ofertado prioritariamente por instituições públicas de educação profissional dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais. Pode, ainda, ser ofertado por entidades privadas nacionais, pelo serviço social, para aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao Sistema S, e por entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham experiência comprovada em educação profissional e tecnológica.

Apesar dessa abertura para que diferentes instituições de ensino possam ofertar o Programa Mulheres Mil, é nos institutos federais (IFs) que ele tem sido implementado. Criados pela Lei nº 11.892/08, os IFs têm a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, promovendo a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior.

O processo educativo nos IFs está firmado no tripé ensino, pesquisa e extensão. É, principalmente, por meio das atividades de extensão, articuladas com o ensino e a pesquisa, que a instituição busca atender as demandas sociais da comunidade na qual está inserida. O Programa Mulheres Mil é considerado um

---

<sup>16</sup> O perfil da população da Região do Jardim Ingá foi traçado a partir das informações obtidas junto ao CRAS e ao conselho tutelar da referida região.

programa de extensão por ofertar cursos de qualificação de curta duração à comunidade externa.

O câmpus do Instituto Federal de Goiás, em Luziânia, inaugurado em 2010, começou a implementar o Programa Mulheres Mil por meio da chamada pública MEC/Setec 2011/01. As atividades se iniciaram em setembro de 2011, após a formação de duas gestoras que seriam as responsáveis pela coordenação local do programa.

Seguindo as orientações da metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, o primeiro passo para a implementação do programa foi a definição da comunidade alvo, seguida de um estudo que apontasse as demandas do mercado de trabalho local. Para a escolha da comunidade, foram realizadas visitas e pesquisas junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e reuniões com lideranças locais. Além de se considerar a carência e vulnerabilidade da população, também se observou o interesse das lideranças na organização das reuniões com as mulheres.

As pesquisas realizadas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) apontaram, principalmente, a demanda por mão de obra na construção civil e nos serviços de alimentação. Com base nessa informação, foram apresentadas à comunidade duas propostas de cursos: 'assentador de azulejos' e 'auxiliar de cozinha', sendo este último o escolhido pela maioria.

Embora na região do Entorno seja grande a demanda por profissionais capacitados na área construção civil, e as mulheres sejam mais requisitadas para desenvolver os trabalhos de acabamento, ainda assim as candidatas preferiram o curso de auxiliar de cozinha.

Acredita-se que elas não teriam conseguido superar a ideia, imposta pela sociedade ao longo do tempo, de que o trabalho na construção civil seja prioritariamente para homens. Sabe-se que as mulheres têm se inserido cada vez mais nas áreas antes consideradas masculinas, contudo, estudos ainda mostram que elas são minorias nos cursos tecnológicos e de engenharia. O Censo Escolar do Ensino Superior, realizado pelo INEP em 2006, revelou que embora as mulheres

fossem maioria nos cursos de graduação, elas eram minoria nos cursos de engenharia, ciência e tecnologia.

De um total de 5.080.056 estudantes de cursos de graduação presencial em todo o Brasil, 2.772.828 são mulheres, aproximadamente 54,6% do total. Contudo, feito um recorte pela categoria administrativa das instituições de ensino superior, observa-se que do total de 40.935 matrículas realizadas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFETS) - que correspondem a centros de ensino técnico, nos quais são ofertados cursos como tecnologia em radiologia, engenharia química e análise de desenvolvimento de sistemas -, as mulheres correspondem a apenas 15.748, ou aproximadamente 38,5% do total de pessoas matriculadas. (QUERINO, 2011 p.135)

Quando se observa os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil nos demais *Campi* do IFG, percebe-se que alguns oferecem cursos de aplicador de revestimento cerâmico, pintura de paredes, auxiliar de pedreiro e processos químicos industriais, desconstruindo a ideia de que esses cursos são prioritariamente masculinos. Nessa mesma ideia, a SPM desenvolve um programa de formação e inserção das mulheres na área da construção civil.

Em Luziânia, a escolha pelo curso 'auxiliar de cozinha' foi acatada por ter sido a da comunidade, embora se acreditasse que o curso de assentador de azulejos fosse mais apropriado, já que o câmpus possuía cursos na área de edificações, mas nenhuma *expertise* na área de alimentação. Compreendia-se que esse fator poderia trazer dificuldades no desenvolvimento do curso, contudo, optou-se por atender tal escolha<sup>17</sup>.

Após definida a comunidade com a qual se trabalharia e o curso que seria ofertado, foram realizadas as pré-inscrições, ocasião em que as candidatas preencheram um questionário socioeconômico. Este questionário deveria ser o instrumento utilizado na seleção das candidatas, contudo, devido ao número de candidatas nessa primeira turma não ultrapassar o número de vagas, todas as candidatas foram matriculadas.

O pouco interesse das mulheres em se inscrever no programa, nesse primeiro momento, se deveu, sobretudo, ao fato de muitas delas pensarem que se tratava de mais uma estratégia política para conquistar votos. Nas reuniões com a comunidade, optou-se por não informar às mulheres que, ao se inscreverem no

---

<sup>17</sup> Todos os dados e informações sobre a implementação do Programa Mulheres Mil em Luziânia foram obtidos por meio de pesquisa documental (Plano de trabalho do programa), de diálogo com os gestores e pela observação enquanto professora da instituição.

curso, elas teriam uma bolsa permanência. Acreditou-se que isso poderia contribuir para selecionar somente aquelas com real interesse na qualificação.

O curso se iniciou em novembro de 2012, sendo dividido em três módulos: Formação Humana, Formação Básica e Formação Técnica. O primeiro módulo foi constituído pelas disciplinas Saúde, Meio ambiente, Sustentabilidade, Cidadania e Direitos da Mulher. O segundo módulo foi composto pelas disciplinas Português, Matemática, Informática Básica e Espanhol. O terceiro módulo consistia na parte técnica do curso com carga horária de 100 horas.

As disciplinas que compuseram a parte técnica foram: Boas práticas de fabricação, manipulação de alimentos e higiene pessoal; Preparação de bolos, tortas, biscoitos e salgados; conservação, congelamento/descongelamento e preparo de carnes e pescados; conservação, congelamento/descongelamento e preparo de vegetais, frutas, leites e derivados; planejamento, organização e elaboração de cardápios e finalização de pratos.

Nesse primeiro momento de implementação do Programa Mulheres Mil no IFG, câmpus de Luziânia, algumas dificuldades se impuseram. As principais foram: o câmpus não dispunha de professores na área de alimentação e tampouco dispunha de uma cozinha onde as aulas práticas pudessem ser ministradas.

A falta de espaço físico foi solucionada por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizou a cozinha do Centro de Atenção Integral a Criança (CAIC), mas a sua utilização estava restrita aos sábados. O referido convênio também disponibilizou o transporte das alunas até o câmpus e, em contrapartida, foram reservadas 20 vagas a serem destinadas, prioritariamente, às merendeiras das escolas municipais.

A segunda dificuldade foi superada com a vinda de um professor e dois estagiários do curso de cozinha do câmpus de Goiânia. Contudo, eles dispunham de um único dia na semana e, por isso, as aulas práticas eram realizadas com todas as alunas ao mesmo tempo.

O curso foi finalizado em junho de 2012, com a certificação de 96 alunas e foi considerado um êxito, principalmente pelo baixo índice de evasão. Agora, cabe a esse estudo compreender o grau de efetividade do programa no que diz respeito aos resultados produzidos na vida das mulheres após a certificação.

## **CAPÍTULO 4**

### **METODOLOGIA**

O delineamento metodológico escolhido para esta pesquisa foi o qualitativo, no qual se considera a possibilidade do controle dos vieses na compreensão da perspectiva dos sujeitos participantes, com possibilidade de identificação das variáveis específicas e o enriquecimento do trabalho de investigação com o uso de técnicas diferenciadas (DUFFY, 1987). Para Antonio Chizzotti (2010, p. 28), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção visível”.

A escolha dessa abordagem fundamenta-se na compreensão de que ela possibilita descobrir as múltiplas facetas de um objeto e é indispensável para conhecer o significado que as pessoas dão às coisas e à sua própria vida, conforme afirmam Ludke e André (1986).

Segundo Oliveira (2004), as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, bem como se preocupam em entender a complexidade, os significados e as mudanças.

A pesquisa qualitativa compreende o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e, portanto, não se trata apenas de um conjunto de técnicas, mas de um modo especial de olhar o fenômeno social investigado (MINAYO, 1994).

#### **4.1 CAMPO DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás, câmpus Luziânia, o qual faz parte dos *campi* da expansão da rede federal. A escolha do câmpus teve como critério principal o fato de ser esta a instituição em que trabalha a pesquisadora, o que facilita o acesso a dados e pessoas relevantes para a pesquisa, permite uma aproximação com as alunas do Programa Mulheres Mil e um melhor acompanhamento de sua implementação. De acordo com Triviños

(1987), do ponto de vista instrumental e prático o foco de pesquisa de um estudante deve surgir, dentre outras situações, da prática cotidiana que o pesquisador realiza como profissional.

Inaugurado em junho de 2010, o IFG, Câmpus Luziânia oferece cursos na área de Química, Informática, Mecânica e Edificações, atuando no Ensino Técnico Integrado de nível médio, Técnico Subsequente e Ensino Superior.

O Câmpus aderiu ao Programa Mulheres Mil em setembro de 2011, quando foram selecionadas, para o curso básico em Auxiliar de cozinha, 100 mulheres, sendo a maioria residente na região do Jardim Ingá e as demais de diferentes bairros de Luziânia.

#### 4.2 PARTICIPANTES

A população-alvo dessa pesquisa consistiu nas egressas da primeira turma do curso básico em Auxiliar de cozinha do Programa Mulheres Mil, do IFG, câmpus de Luziânia. Essa turma teve início em novembro de 2011 e concluiu em julho de 2012, com a certificação de 96 estudantes. A princípio decidiu-se que faria parte desse estudo a totalidade das estudantes certificadas, para as quais seria aplicado o questionário semiestruturado. Contudo, foi possível aplicar o questionário somente para 80 egressas, pois algumas não foram localizadas por mudança de endereço, e outras, ainda, não quiseram participar da pesquisa.

A decisão por se trabalhar com a totalidade das mulheres que receberam certificação foi baseada na compreensão de que, dessa forma, se verificaria com maior precisão os resultados do Programa Mulheres Mil na vida de cada uma.

No momento seguinte, foi selecionada, dentre as participantes, uma amostragem de oito mulheres, as quais fizeram parte de um grupo focal, que teve como objetivo capturar questões mais subjetivas, não contempladas no questionário. A escolha dessa amostragem teve como critério principal a disponibilidade das egressas, uma vez que, por se tratar de mulheres trabalhadoras, poucas dispunham de tempo.

Em seguida, sentiu-se a necessidade de complementar os dados, por isso decidiu-se pela realização de entrevista. Esta etapa contou com a participação de

sete outras mulheres, as quais foram escolhidas usando também o critério da disponibilidade, dentro do universo das 80, excluindo as que haviam participado do grupo focal.

#### 4.3 DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos, que serviram de suporte para a coleta de dados, consistiram, inicialmente, na investigação teórica dos autores que compõem o referencial teórico e na pesquisa documental, ou seja, na análise dos questionários socioeconômicos das mulheres selecionadas para esse estudo, os quais foram preenchidos no momento da inscrição.

Em seguida, foi feita a aplicação do questionário semiestruturado à população-alvo, 80 das 96 egressas, o qual continha dez questões fechadas e duas abertas. As perguntas foram elaboradas com a finalidade de extrair as informações pertinentes que atendessem aos objetivos dessa pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (1996, p.100), o questionário é um instrumento de coleta de dados que possui várias vantagens, dentre as quais se pode destacar o fato de que este atinge, simultaneamente, um maior número de pessoas, obtendo respostas mais rápidas e mais precisas. As autoras também apontam algumas desvantagens, tais como a possibilidade de haver perguntas sem respostas ou a impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas.

Nessa pesquisa, os questionários foram aplicados pela própria pesquisadora a cada uma das participantes, que foi lido juntamente com aquelas que tinham mais dificuldades de compreensão. Tal procedimento evitou, em parte, que ocorressem algumas das possíveis desvantagens mencionadas por Marconi e Lakatos (1996).

Após a aplicação dos questionários, foram selecionadas, dentre o universo da pesquisa, oito mulheres para a composição de um grupo focal, que teve como moderadora a própria pesquisadora, que seguiu um roteiro pré-elaborado para esse fim. Participaram, ainda, desse momento, um observador e um técnico em áudio. A discussão durou 1h30min. e foi gravada e filmada. A utilização do grupo focal, nessa pesquisa, foi escolhida porque este instrumento privilegia a fala dos participantes,



sendo uma forma específica de conversação que favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo.

Segundo Banister *et al* (1994 *apud* SZYMANSKI, 2011, p. 10): “este instrumento tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”.

Após a realização do grupo focal, a leitura das observações, a visualização, escuta das gravações e transcrição das falas, sentiu-se a necessidade de complementar os dados por meio de outro instrumento. Decidiu-se, então, pela entrevista individualizada, a qual não estava prevista no projeto inicial.

A entrevista foi realizada com sete mulheres, tendo como suporte um roteiro contendo oito questões, mas não se prendeu exclusivamente a este. Cada entrevista teve a duração de mais ou menos 20 minutos, e as respostas a cada questão foram relativamente curtas e diretas.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS

No período compreendido entre dezembro de 2012 e abril de 2013, foram realizadas as análises do questionário socioeconômico das alunas e a aplicação do questionário semiestruturado, que consistiram nos primeiros dados da pesquisa.

Para isso, no mês de dezembro, foi solicitada à direção-geral do câmpus Luziânia autorização para a análise documental do questionário socioeconômico das participantes do Programa Mulheres Mil. Consentida a autorização, houve a análise do questionário e a tabulação dos dados relevantes extraídos deles. Estes dados permitiram traçar o perfil do público atendido pelo Programa Mulheres Mil na primeira etapa de sua implantação no câmpus de Luziânia.

Ainda no mês de dezembro, foi aplicado para 10 egressas um questionário semiestruturado como pré-teste e sua análise evidenciou a necessidade de melhorar esse instrumento. Com isso, foi feita uma adequação na linguagem e se acrescentou algumas perguntas, a fim de atender aos objetivos propostos. Nessa fase, o questionário foi aplicado em dois momentos, para um grupo de quatro mulheres e

depois para um grupo de seis. Essa experiência permitiu observar que o questionário deveria ser aplicado individualmente, pois algumas mulheres apresentaram dificuldades de compreensão, necessitando, portanto, de ajuda.

Uma vez reelaborado, o questionário foi aplicado a 80 mulheres entre janeiro e abril de 2013 e no dia 18 de maio, foi realizado o grupo focal. As entrevistas somente foram realizadas após a análise dos dados extraídos da etapa anterior, depois de constatar-se a necessidade de complementação desses dados, nos meses de julho e agosto.

Cada etapa da pesquisa com as egressas foi antecedida por uma breve apresentação do tema de estudo e de sua importância. Foi apresentado, ainda, o termo de consentimento, o qual foi lido e assinado pelas participantes. Com isso, estavam afirmando que concordavam em participar da pesquisa e que estavam cientes das informações contidas no documento a respeito do objetivo da pesquisa, da autorização da gravação da entrevista e da publicação dos resultados.

O referido termo também foi assinado pela pesquisadora, como forma de garantir à participante o cumprimento do compromisso de manutenção do seu anonimato e sigilo das informações prestadas.

#### 4.5 TRATAMENTO DOS RESULTADOS

Os dados levantados por meio dos questionários semiestruturados foram trabalhados de duas maneiras diferentes. Aqueles obtidos das questões fechadas foram tratados utilizando-se o Programa SPSS e, em seguida, analisados. As questões abertas foram analisadas utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Esta técnica também foi utilizada na análise do grupo focal e da entrevista.

O *Statistical Package for Social Science* (SPSS) é uma ferramenta para análise de dados, que utiliza técnicas estatísticas básicas e avançadas. “É um software estatístico de fácil manuseio internacionalmente utilizado há muitas décadas, desde suas versões para computadores de grande porte” (MUNDSTOCK, 2006, p. 02).

O SPSS permite a realização de cálculos complexos, cujos resultados podem ser visualizados de forma simples e autoexplicativos. A primeira versão foi lançada em 1968 e é, hoje, um dos *softwares* de análises estatísticas mais usados no mundo. A versão utilizada para a análise dos dados dessa pesquisa foi a versão 20.

A análise de conteúdo é uma técnica muito utilizada na análise de questões discursivas, por ser “um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Este contém um conjunto de instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa qualitativa e busca compreender os discursos (conteúdos) dos participantes do estudo.

A escolha da análise de conteúdo de Bardin (1977) justifica-se pelos seguintes pressupostos: 1) toda mensagem contém informações importantes sobre seu autor; 2) o autor seleciona o conteúdo de sua mensagem, e esta seleção não é arbitrária; porém, para ele, é o mais relevante e representa uma teoria e uma visão de mundo, e 3) esta teoria, da qual é o expositor, orienta sua concepção da realidade (FRANCO, 2003).

O material produzido a partir do estudo dos questionários acima mencionados, do grupo focal e da entrevista, compõe a base empírica da investigação, que foi analisada à luz do referencial teórico e será apresentada a seguir.

## CAPÍTULO 5

### RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

#### 5.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SEMIESTRUTURADOS

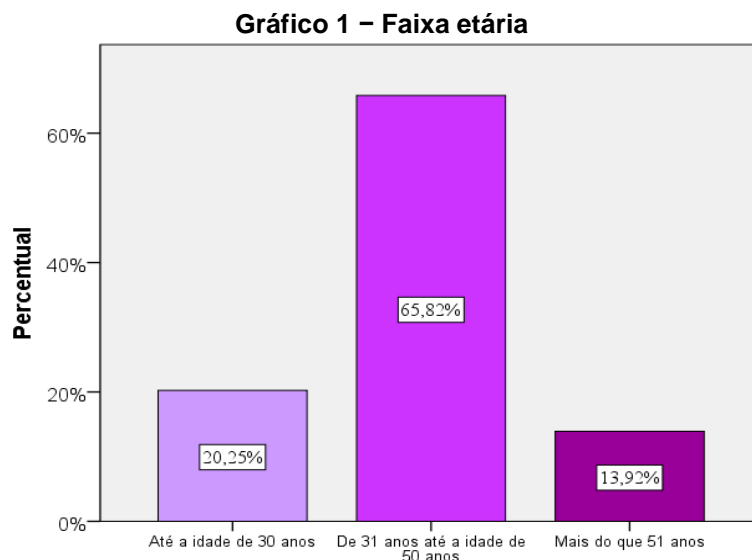
A primeira parte da pesquisa de campo, como estava previsto na metodologia, consistia em aplicar um questionário semiestruturado para a população de 96 mulheres, egressas da primeira turma do curso básico em auxiliar de cozinha, do Programa Mulheres Mil, do IFG, câmpus de Luziânia.

Contudo, durante a aplicação dos questionários, não foi possível alcançar todo o público previsto, haja vista que algumas mulheres haviam mudado de endereço, outras não puderam ser contatadas, e outras, ainda, não quiseram participar da pesquisa. Sendo assim, o instrumento foi aplicado a um público de 80 mulheres, o que corresponde a 83% do total das egressas.

A análise dos questionários permite delinear o perfil dessas mulheres, assim como as contribuições que o Programa Mulheres Mil lhes tem proporcionado em diferentes aspectos de suas vidas. Se houve qualificação profissional e cidadã e se esta contribuiu para a melhoria na renda e na qualidade de vida das egressas, é o que se constatará de forma mais clara a partir da leitura das tabelas e dos gráficos abaixo.

##### 5.1.1 Perfil das mulheres que responderam ao questionário

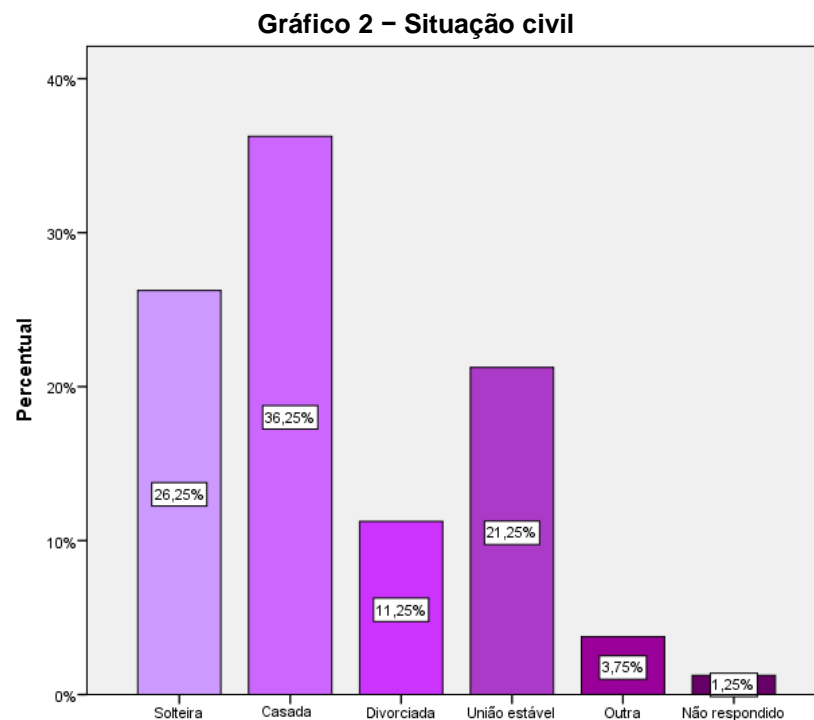
###### 5.1.1.1 Faixa etária das participantes



Nos aspectos que compõem o perfil do público-alvo dessa pesquisa, pode-se observar que a maioria (65,82%) é adulta, encontrando-se na faixa etária entre 31 e 50 anos de idade; 20,25% têm entre 18 e 30 anos de idade e 13,92% possuem mais de 51 anos.

O programa estipula 18 anos como a idade mínima requerida e não impõe limite de idade. Desta forma, o público atendido é bem heterogêneo no que diz respeito à faixa etária, embora, nesse grupo, tenha havido a predominância de mulheres adultas com idade entre 31 e 50 anos.

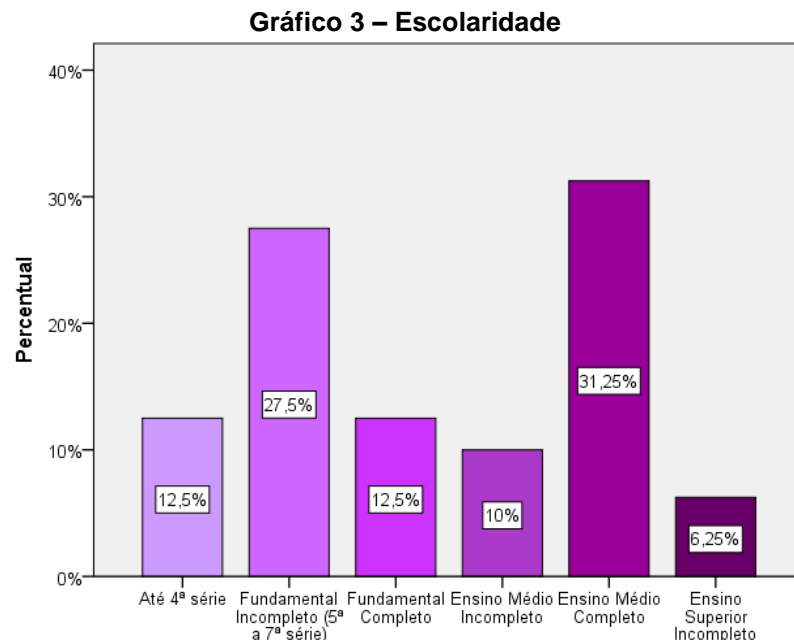
#### 5.1.1.2 Situação civil



Quanto à situação civil, 36,25% se declararam casadas, 26,25% solteiras, 21,25% disseram possuir uma união estável e 11,25% eram divorciadas. Contudo, dentre as que se declararam solteiras, muitas tinham companheiro com os quais residiam, porém, optaram por essa afirmação por não estarem oficialmente casadas. Embora esse dado não apareça no gráfico acima, o contato e a observação no momento da aplicação do questionário permitem fazer tal afirmação.

### 5.1.1.3 Escolaridade

Os dados referentes à escolaridade mostram que a maioria (52,5%) possui no máximo o Ensino Fundamental completo, sendo que, destas, 12,5% cursaram apenas até a 4ª série, e 27,5% abandonaram os estudos entre a 5ª e a 7ª série, portanto, somente 12,5% concluíram o Ensino Fundamental. Dentre as que ingressaram no Ensino Médio (47,6%), 10% não o concluíram, e 37,6% o fizeram. Destas, 6,3% ingressaram no Ensino Superior.

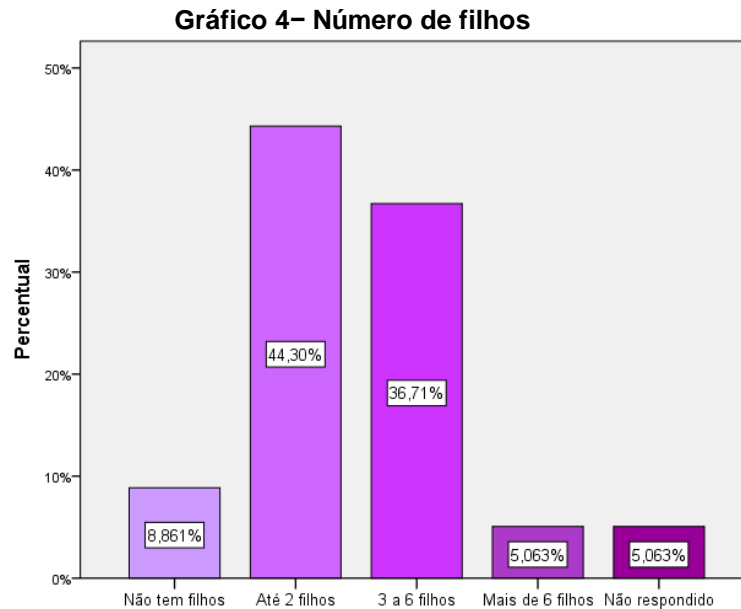


Uma das prioridades do programa consiste em assegurar a educação inclusiva, garantindo o acesso das mulheres que, por diversas razões, ficaram fora do sistema educacional. Inicialmente, seria necessário priorizar as participantes com menor grau de escolaridade, devido à relação que existe entre baixo nível de escolaridade e baixa renda. Contudo, observa-se que, embora a maioria das alunas tivesse o Ensino Fundamental completo, havia também, de maneira significativa, as que haviam concluído o Ensino Médio.

Quando comparado o grau de escolaridade com o local de residência, constata-se que as alunas com um maior nível de escolaridade residem na região central de Luziânia, cujas vagas foram oferecidas, como contrapartida, no convênio estabelecido entre a IFG e a Secretaria Municipal de Educação. As mulheres residentes no Jardim Ingá, região periférica de Luziânia, são as que, em sua maioria, possuem o menor grau de instrução.

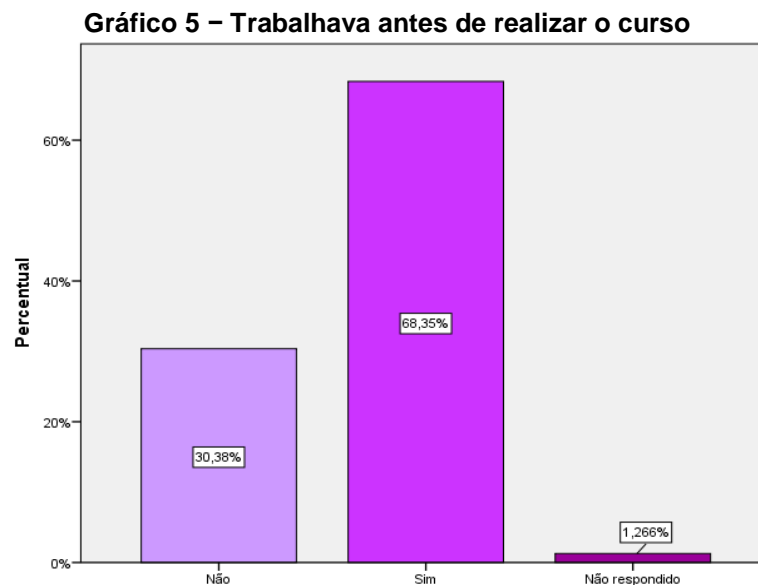
#### 5.1.1.4 Número de filhos

Apenas 10% das entrevistadas não possuem filhos. A maioria (43,8%) possui até dois filhos, e 36,3% possuem de três a seis filhos; 5% possuem mais de seis filhos e outros 5% não responderam a essa pergunta.



Como se observa, a maioria absoluta (86,04%) possui filhos, sendo que um número considerável possui mais de três filhos. Quando comparado o número de filhos com o grau de instrução, observa-se que quanto menor a escolaridade maior o número de filhos.

#### 5.1.1.5 Trabalho e renda



Em relação aos fatores 'trabalho' e 'renda', a maioria (68,35%) trabalhava antes de realizar o curso, e as áreas de ocupações eram diversificadas, sendo que grande parte (26,4%) estava concentrada na área de cuidados domésticos, como: doméstica, diarista e babá, 17,3% estavam concentradas na área de alimentação e as demais (25,1 %) encontravam-se divididas em outras áreas.

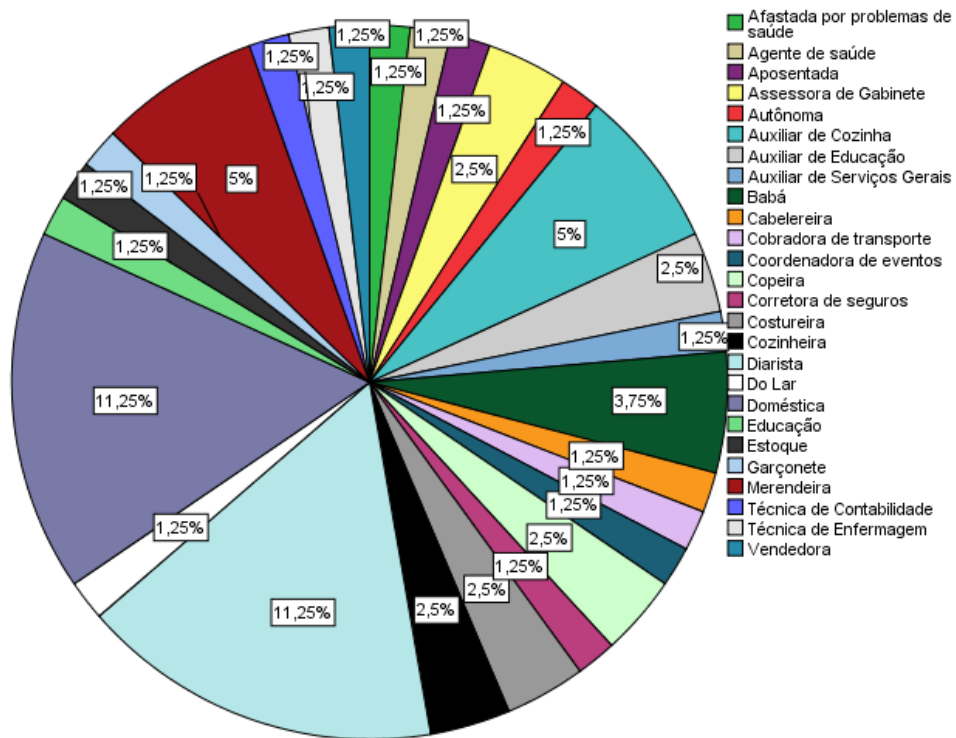
Esses dados ratificam os estudos que apontam que a maioria das mulheres encontra-se inserida em postos precarizados e de baixa remuneração. Embora, com os anos, a mulher venha conquistando espaço no mundo do trabalho, ocupando postos nas áreas tecnológicas e científicas, antes somente ocupados por homens, a maioria da população feminina, sobretudo aquela pobre e de baixa escolaridade, quando empregada, continua desempenhando atividades de pouco prestígio e de baixa remuneração. Desta forma, percebe-se que esta realidade pouco mudou na última década.

Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina no Brasil, ou 12 milhões de trabalhadoras, encontravam-se em nichos precários, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não-remuneradas ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar (...) o emprego doméstico é o nicho ocupacional feminino por excelência, no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres.” (BRUSCHINI, 2008, p.26-27)

Contudo, ao analisar o gráfico 6, percebe-se que, dentre as alunas, havia algumas que não se enquadravam no perfil do programa, uma vez que este é destinado a mulheres que não possuem nenhuma qualificação, prioritariamente, àquelas em condições de vulnerabilidade ou risco social, como explicita o artigo 1º da Lei que o institui: “Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.” (BRASIL, 2011e).



Gráfico 6: Área de atuação

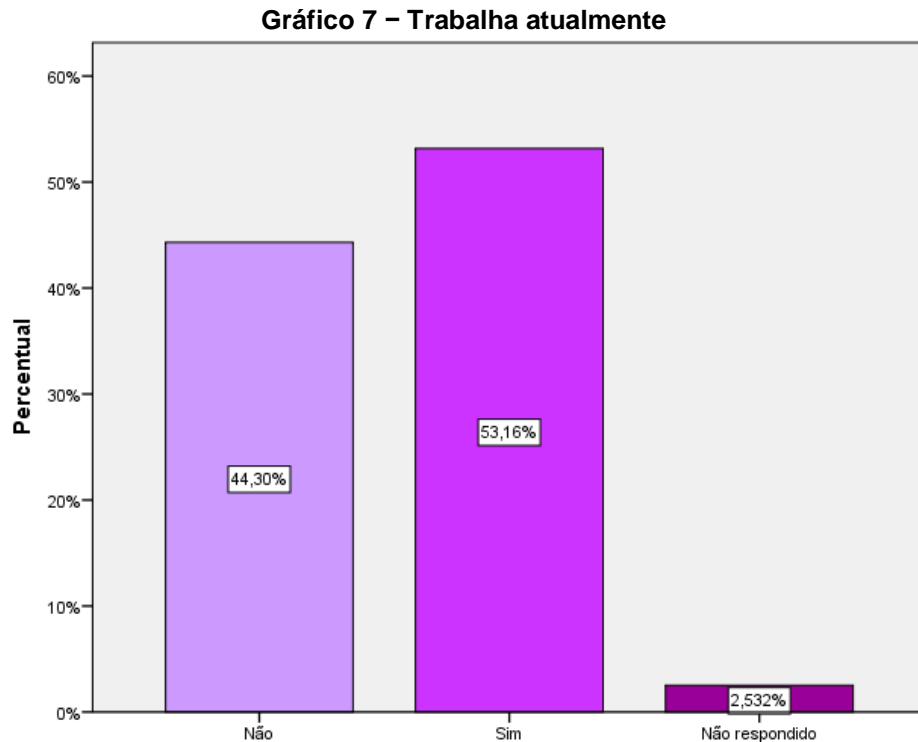


Percebe-se que algumas já possuíam uma formação técnica e exerciam funções que poderiam proporcionar uma remuneração melhor que a de auxiliar de cozinha. Quando da aplicação do questionário, verificou-se que algumas participantes possuíam condições financeiras relativamente boas se comparadas às demais. Embora o número não seja expressivo, este dado permite inferir que o processo seletivo, em algum momento, deixou de priorizar mulheres para as quais o programa estava destinado.

De fato, essas alunas correspondem às vagas que haviam sido disponibilizadas em contrapartida no termo de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação. São desconhecidos os critérios utilizados por este órgão para o preenchimento dessas vagas, embora, a princípio, elas deveriam ser destinadas às merendeiras das escolas municipais.

No momento da aplicação do questionário, pós-curso, 53,16% estavam trabalhando, e 44,30% estavam desempregadas. Percebe-se que houve um aumento no índice de desemprego, fator que chama a atenção, uma vez que o

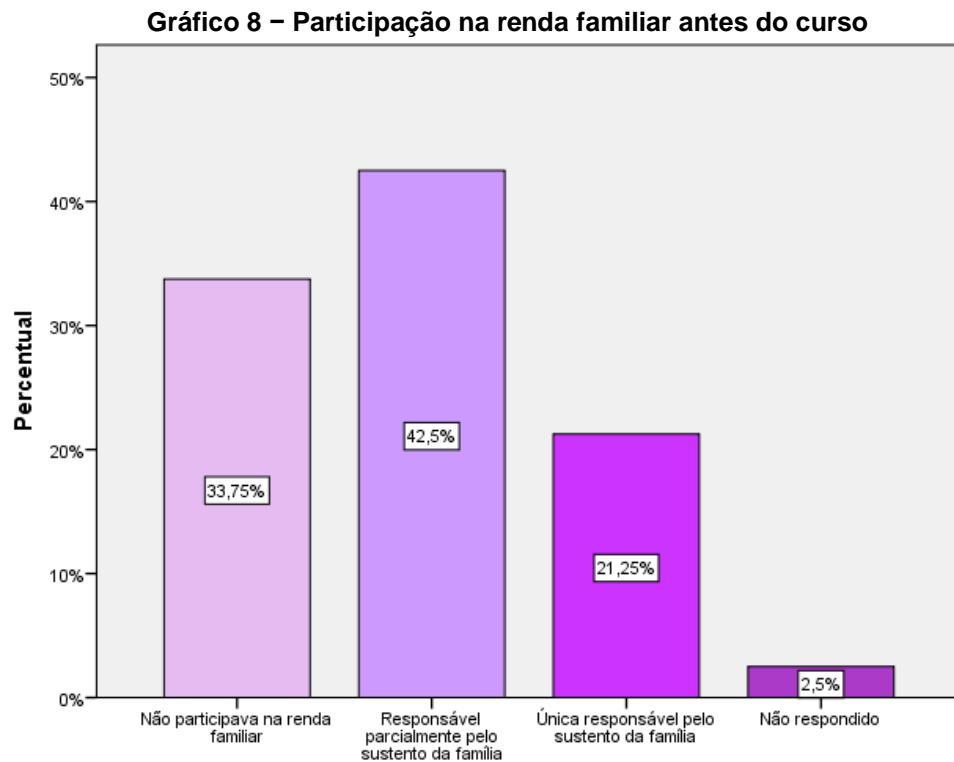
Programa Mulheres Mil visa justamente melhorar a situação econômica das mulheres, qualificando-as para o mundo do trabalho.



Esses dados estariam se contrapondo aos objetivos do programa, por isso indagou-se sobre o contexto das mudanças que ocorreram entre a realização do curso e aplicação dos questionários.

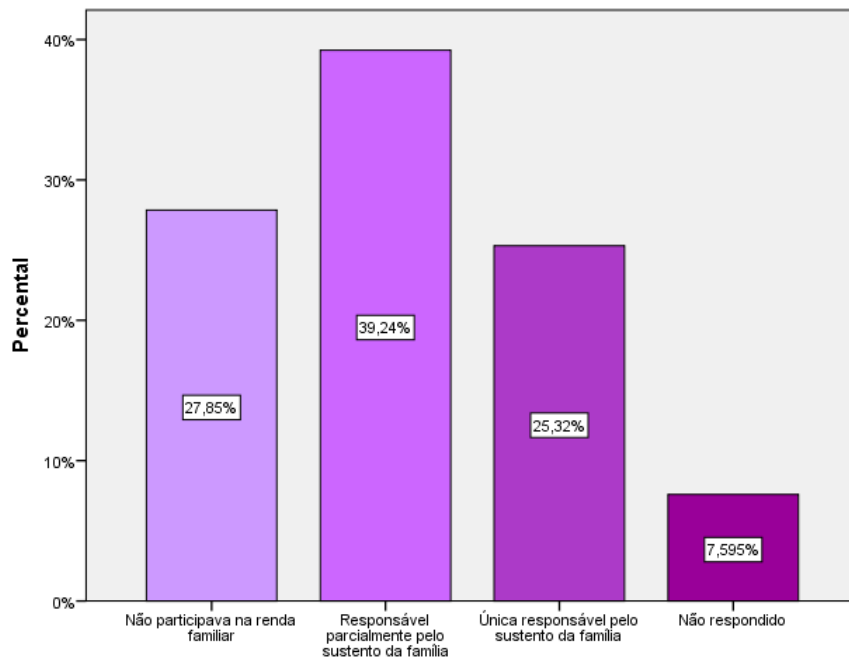
Concluiu-se que o acontecimento mais importante que ocorreu nesse interim foi a eleição municipal e as conseqüentes mudanças na gestão da cidade. Isso ocasionou a demissão de muitos trabalhadores da administração pública municipal que, ao final do ano de 2012, não tiveram seus contratos renovados.

Algumas das alunas eram merendeiras, auxiliares de educação, auxiliares de serviços gerais e, até mesmo, assessoras de vereadores, funções estas que são susceptíveis a mudanças quando há troca de gestão. O gráfico 6 mostra as áreas em que trabalhavam antes da realização do curso.



Quanto à participação na renda familiar antes e depois da realização do curso, os dados revelam que houve uma leve mudança. O índice das que não participavam na renda familiar passou de 33,75% antes do curso para 27,85% depois do curso. Isso significa que, apesar do aumento no número de mulheres desempregadas constatado nos gráficos anteriores, aumentaram em 6,25% aquelas que passaram a contribuir para o sustento da família.

Houve queda também no percentual das que eram responsáveis parcialmente pelo sustento da família, que passou de 42,55% para 40%, e um aumento no percentual das que eram as únicas responsáveis, subindo de 21,25% para 25%. Algumas mulheres não responderam a essas questões, sendo 2,5% na primeira pergunta e 7,5% na segunda.

**Gráfico 9 – Participação na renda familiar atualmente**

A análise dos dados acima mostra que algumas mulheres, que antes apenas participavam na renda familiar, tiveram que assumir o papel de únicas provedoras. Isso confirma os dados nacionais quanto ao aumento das famílias chefiadas por mulheres que, segundo dados do PNAD (2011), teve um acréscimo de 16,6% nos últimos dez anos, passando de 20,81% em 1996 para 37,4% em 2011.

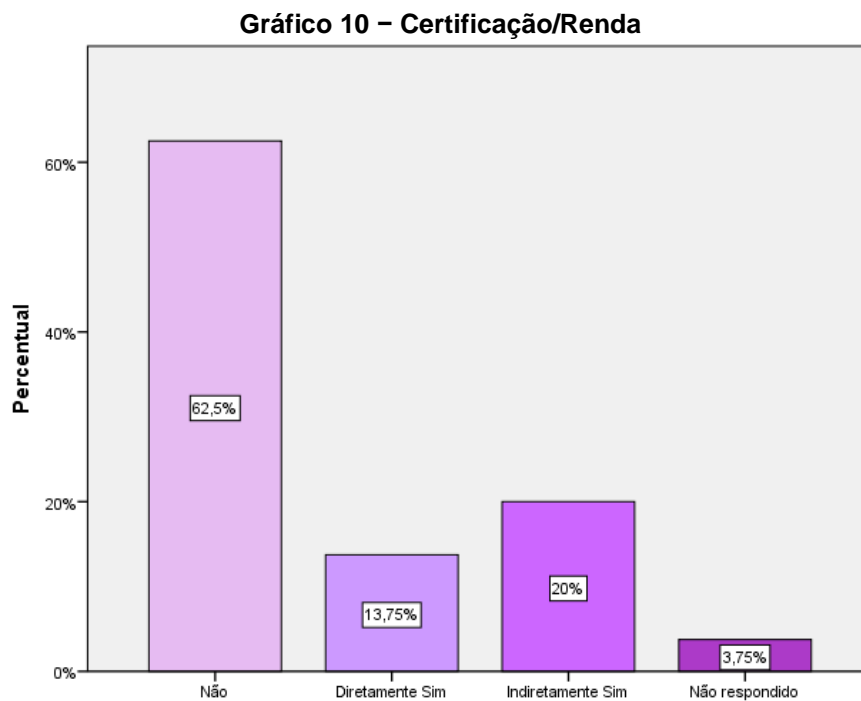
### 5.1.2 O Programa Mulheres Mil na perspectiva das egressas

Durante a pesquisa de campo e a aplicação do questionário, foi possível observar que a maioria das entrevistadas demonstrou estar satisfeita de ter participado do Programa Mulheres Mil.

A análise a seguir revela o impacto do programa na vida das egressas, assim como os prováveis benefícios na melhoria de renda e outros que possam ter contribuído para a melhora da qualidade de vida.

### 5.1.2.1 Trabalho e renda

Quando analisada a pergunta sobre a contribuição da qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e/ou a melhoria da renda familiar, o que os dados revelam é que a maioria (62,5%) respondeu negativamente a essa pergunta; 20% respondeu que o programa contribuiu indiretamente para o ingresso no mercado de trabalho e/ou melhoria na renda familiar, 13,8% responderam que contribuem diretamente e 3,8% deixaram de responder a essa pergunta.



O objetivo principal do Programa Mulheres Mil é qualificar as mulheres e inseri-las no mundo do trabalho, seja no trabalho formal, empreendedorismo, cooperativismo ou associativismo. Pretende-se contribuir, dessa forma, para a autonomia econômica das mulheres e a redução da feminização da pobreza. Contudo, os dados acima revelam que a certificação não contribuiu para a melhoria da renda de um número considerável de egressas, levando-se a questionar que fatores contribuíram para que o objetivo primeiro do programa não tenha sido plenamente alcançado.

A questão do questionário que tratava desse tema, além de perguntar se o programa contribuiu diretamente, indiretamente ou não contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho e/ou melhoria na renda, pede ainda que falem como se deu essa contribuição, caso ela tenha ocorrido.

**Tabela 07: A obtenção do certificado de qualificação profissional contribuiu para seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da sua renda familiar?**

<b>Diretamente sim - De que forma?</b>	<b>Indiretamente sim - Como?</b>
Apreendi como reaproveitar alimentos e evitar o desperdício.	A qualificação me ajudou a conseguir um trabalho
Com o certificado tudo será mais fácil.	Agora posso conseguir um trabalho melhor
Consegui trabalho em restaurante, pude optar sair em razão do baixo salário.	Apreendi muitas coisas
Contribuição na renda familiar	Apreendi muito
Dando oportunidade de novo emprego	Certificado contribuiu para manter meu emprego
Desenvolvo atividade profissional na área	No aprendizado melhorei a comunicação, familiar e social.
Fabricando pães, bolos e salgados	Para meu sustento e para a venda
Faço salgados para família e amigos	Participação
Posso progredir nessa área	Pela qualificação
Trabalhando	Qualificação
Tudo	Qualificação Profissional

Respondendo à pergunta, 11 egressas disseram que a obtenção do certificado de qualificação profissional do Programa Mulheres Mil contribuiu diretamente para o ingresso no mercado de trabalho e/ou a melhoria na renda familiar, o que corresponde a 13,75% do total. Destas, uma afirmou que fabrica e vende salgados, pães e bolos; outra disse que faz salgados para a família e amigos; uma afirmou que desenvolve atividade profissional na área; outra disse que conseguiu trabalho num restaurante, mas desistiu devido à baixa remuneração; uma egressa alegou ter conseguido uma nova oportunidade de trabalho; duas manifestaram apenas expectativas: 'poderia progredir na área' e 'com o certificado tudo ficaria mais fácil'; três responderam vagamente: 'trabalhando', 'tudo' e 'contribuição da renda familiar', sem especificar a forma pela qual estava melhorando a renda.

Daquelas que responderam que o programa contribuiu indiretamente para o ingresso no mercado de trabalho ou melhoria na renda (16 mulheres), somente 11 justificaram suas respostas, sendo que uma delas afirmou que a qualificação contribuiu para conseguir um trabalho; outra disse que contribuiu para manter o emprego; uma afirmou que produz melhor os alimentos para o próprio sustento e ainda o faz para a comercialização; uma disse que a partir do certificado poderia conseguir um trabalho melhor, e outra que a contribuição da certificação se deu no crescimento e na aprendizagem relacionados à comunicação familiar e social. Quatro mulheres deixaram de justificar suas respostas, e três outras respostas

ficaram um tanto quanto vagas, como ‘participações’, ‘aprendi muitas coisas’ e ‘aprendi muito’.

É importante ressaltar que algumas dessas mulheres, que optaram por essa alternativa, não se encontram inseridas no mundo do trabalho devido à qualificação, porém acreditam que os conhecimentos adquiridos, de alguma forma, contribuíram para, por exemplo, evitar desperdícios, reaproveitar alimentos, fabricar salgadinhos e bolos para as festas familiares, e isso, de alguma forma, contribui para economizar e, por consequência, para a melhoria da renda familiar.

### 5.1.2.2 Educação

O Programa Mulheres Mil, dentre seus objetivos, tem como uma das prioridades, além da qualificação, a elevação da escolaridade. Uma das metas do programa é proporcionar às alunas não apenas a oportunidade de cursar as disciplinas básicas oferecidas no currículo do curso, mas de retomarem os estudos dentro ou fora dos institutos e seguirem adiante. Sabe-se que “a expansão da escolaridade é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho”, como afirma (BRUSCHINI, 2008, p. 20).

Os dados abaixo revelarão se o Programa Mulheres Mil, no câmpus de Luziânia, despertou nas alunas o desejo de retomar os estudos e/ou continuar estudando, conhecendo, crescendo, e se elas tomaram alguma atitude com relação a isso.

**Tabela 8 – Estava estudando quando do ingresso no Programa Mulheres Mil?**

	Nº de respostas	Percentual	Percentual válido
Não	71	88,80%	88,80%
Sim	9	11,30%	11,30%
Total	80	100,00%	100,00%

**Tabela 9 – Você retomou os estudos após ingressar no Programa Mulheres Mil?**

	Nº de respostas	Percentual	Percentual válido
Não	59	73,80%	73,80%
Sim	10	12,50%	12,50%
Não respondido	11	13,80%	13,80%
Total	80	100,00%	100,00%

Os dados mostram que 71 mulheres, ou seja, 828,8% não estavam estudando no momento do ingresso no programa, e apenas nove mulheres, 11,3%, estavam estudando. Quando perguntadas se retomaram os estudos após ingressarem no Programa Mulheres Mil, 59 mulheres responderam que não (78,3%); dez responderam que sim (12,5%), e 11 (13,8%) não responderam a essa questão.

Observa-se que, após a participação no Programa Mulheres Mil, dez alunas decidiram retomar os estudos. Apesar de não ser um número expressivo, percebe-se que o programa contribuiu para essa decisão, como revela a tabela abaixo.

**Tabela 10 – Caso tenha respondido SIM, na questão acima, o Programa Mulheres Mil influenciou, de alguma forma, essa decisão?**

	Nº de respostas	Percentual	Percentual válido
Não, pois já pretendia voltar a estudar	1	1,30%	7,7
Sim, porque o Programa despertou o desejo em continuar aprendendo	12	15,00%	92,30%
Total	13	16,30%	100,00%

Para a pergunta que buscava saber se o programa contribuiu para a decisão de retomar os estudos, uma respondeu que não, pois já pretendia voltar a estudar, e 12 responderam que sim. O interessante é que três mulheres a mais responderam a essa questão, considerando-se que foram apenas dez as que retornaram à escola após ingressarem no programa. Embora não tenham tido a oportunidade de retomarem os estudos, o Programa Mulheres Mil despertou nelas esse desejo e voltar a estudar passou a ser uma das metas que elas pretendem alcançar. Essa é uma das questões que se buscou aprofundar nas etapas seguintes da pesquisa.

### 5.1.2.3 *Objetivos ao se inscrever no Programa Mulheres Mil*

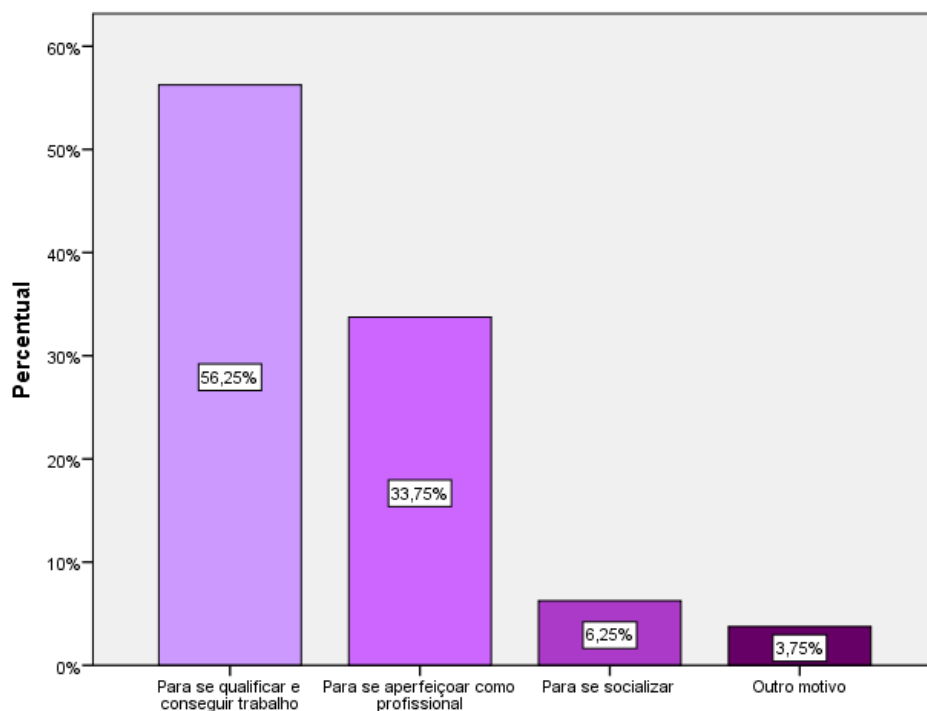
Para a pergunta que pretende saber o motivo que as levou a se inscreverem no Programa Mulheres Mil, os dados revelaram que os motivos principais estavam relacionados à necessidade de qualificação, aperfeiçoamento profissional e ingresso no mercado de trabalho.



A maioria (56,3%) respondeu que pretendia qualificar e conseguir trabalho; 33,8% responderam que almejava se aperfeiçoar como profissional; 6,3% buscavam a oportunidade de se socializar, e 3,8% tiveram outros motivos para se inscreverem no Programa Mulheres Mil.

Considerando as que pretendiam se qualificar e as que buscavam aperfeiçoamento profissional, a maioria absoluta (90,1%) esperava que o curso lhe habilitasse para o mundo do trabalho, fosse para conseguir um emprego, mantê-lo ou, ainda, ingressar em outra área de atuação.

**Gráfico 11– Por que se inscreveu no Programa Mulheres Mil?**



Para diminuir as desigualdades de oportunidades e promover a autonomia econômica das mulheres, como prevê o PNPM II e III, é necessário proporcionar às mulheres condições para acesso e permanência ao emprego e à renda por meio de políticas públicas que garantam a qualificação e o encaminhamento ao trabalho.

Para as mulheres, público-alvo do Programa Mulheres Mil, que, em sua maioria, não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, nem de fazer qualquer curso de qualificação profissional, o programa representou uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. A busca pela qualificação é

traduzida na expectativa de melhoria de vida, pois aumenta a probabilidade de se conseguir um emprego decente.

#### 5.2.2.4 Contribuições do programa para a melhoria da qualidade de vida

No que diz respeito às contribuições do programa na vida das mulheres atendidas por ele, a tabela abaixo revela que a maioria absoluta (97,5%) afirmou que o Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva em suas vidas. Somente uma afirmou que ele não contribuiu em nada, e uma não respondeu a essa questão.

**Tabela 11 – O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma Positiva na sua vida?**

	Nº de respostas	Percentual
Não	1	1,30%
Sim	78	97,50%
Não respondido	1	1,30%
Total	80	100,00%

O questionário semiestruturado apresentou 11 possíveis contribuições do Programa Mulheres Mil na vida das egressas e pediu àquelas que haviam respondido de forma positiva à questão anterior escolherem três contribuições que considerassem mais importantes, assinalando-as segundo o grau de importância.

Os resultados, de acordo com a tabela, revelaram que a principal contribuição do programa foi a 'elevação da autoestima', apontada por 62 das 80 participantes, ou seja, por 77,5%. A segunda principal contribuição apontada por 35 participantes foi o conhecimento adquirido sobre a Lei Maria da Penha e os Direitos da Mulher, sendo que 45,8% escolheram essa contribuição.

Os conhecimentos específicos do curso técnico estão em 3º lugar, sendo apontados por 34 participantes, o que equivale a 42,5%; aprender a reconhecer os direitos enquanto cidadã e obter oportunidades de interação social ficaram em 4º lugar, ambos apontados por 25 participantes, ou seja, por 31,2% cada uma.

As demais contribuições, por ordem de colocação, foram: noções de empreendedorismo, 20%; conhecimentos sobre saúde da mulher, 16,2%; empoderamento, 13,8%; reconhecimento da importância de se cuidar do meio ambiente, 12,5%; conhecimentos sobre informática e internet e conhecimentos básicos de Português e Matemática se ficaram em último lugar, sendo apontados quatro participantes (5%) cada uma.

**Tabela 12: Três contribuições consideradas mais importantes**

	Respostas		Percentual de mulheres que indicaram a contribuição
	Nº de respostas	Percentual de contribuições indicadas	
Elevação da autoestima	62	25,9%	77,50%
Empoderamento	11	4,6%	13,80%
Reconhecer os direitos enquanto cidadã	25	10,50%	31,2%
Conhecimentos sobre a lei Maria da Penha e Direitos da Mulher	35	14,6%	43,80%
Conhecimentos sobre Saúde da Mulher	13	5,4%	16,2%
Reconhecer a importância de cuidar do Meio ambiente	10	4,2%	12,50%
Conhecimentos técnicos (específicos de cozinha)	34	14,2%	42,50%
Conhecimentos sobre informática e internet	4	1,7%	5,00%
Conhecimentos básicos de Português e Matemática	4	1,7%	5,00%
Noções de empreendedorismo	16	6,7%	20,00%
Oportunidades de interação social	25	10,50%	31,2%
Total	239	100,00%	298,80%

Observa-se que, embora a expectativa inicial das mulheres estivesse relacionada à qualificação e ao aperfeiçoamento profissional, como analisado anteriormente, a formação técnica não foi reconhecida como a principal contribuição do programa na vida delas. As duas principais contribuições foram a elevação da autoestima e a aquisição de conhecimentos relacionados aos direitos da Mulher.

De fato, ao elevar a autoestima dessas mulheres, o programa contribuiu para que elas se vissem como sujeitos, que se tornassem mais confiantes em si mesmas, que tivessem mais capacidade de aprender e de superar dificuldades. A autoestima proporciona às pessoas esperança, e esta é de primordial importância para que possam reescrever sua história. Como afirma Polaino-Lorente (2004 *apud* ANTUNES, 2006, p. 189), aquela que tem autoestima “está aberta à esperança, dispõe de um grau de liberdade maior, tem possibilidade de modificar sua trajetória biográfica e é capaz de aperfeiçoar-se a si mesma”.

Quanto os conhecimentos relacionados aos direitos da mulher, incluindo a Lei Maria da Penha, estes fazem parte da formação cidadã que o Programa Mulheres Mil propõe. Ao conscientizar as mulheres dos seus direitos e dos

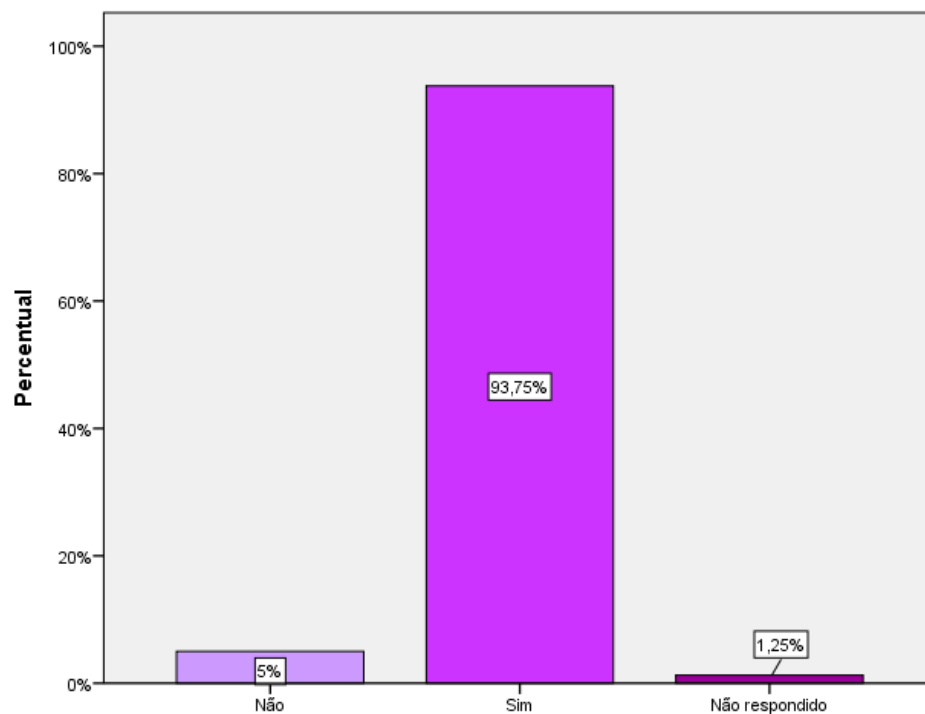
mecanismos de combate à violência contra a mulher, o programa está contribuindo para alcançar duas de suas metas: defender a igualdade de gênero e diminuir a violência praticada contra as mulheres.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - **Defender a igualdade de gênero**; V - **Combater a violência contra a mulher**. (BRASIL, 2011e)<sup>18</sup>

### 5.1.2.5 Qualificação

Com relação aos conhecimentos adquiridos na parte técnica do curso básico de auxiliar de cozinha, procurou-se saber se estes têm sido proveitosos na vida diária das egressas. Como é possível perceber no gráfico abaixo, quatro participantes (5%) responderam negativamente a essa questão, enquanto que a maioria absoluta, 75 participantes (93%), respondeu de forma afirmativa. Apenas uma participante não respondeu a essa questão.

**Gráfico 12 – Contribuição dos conhecimentos técnicos**



<sup>18</sup> Grifo nosso.

Das que responderam que os conhecimentos adquiridos na parte técnica do curso têm sido proveitosos em sua vida diária, a maioria absoluta (73%) respondeu que não utiliza os conhecimentos profissionalmente, mas que eles têm sido proveitosos em sua vida doméstica; 11,3% responderam que os conhecimentos adquiridos têm lhes proporcionado um melhor desempenho no seu emprego formal, e 10% utilizam os conhecimentos adquiridos para produzir e comercializar alimentos. Ainda 5% não responderam a essa questão.

**Tabela 13: Caso tenha respondido SIM, escolha a opção que melhor retrata a sua realidade.**

	Nº de respostas	Percentual
Os conhecimentos adquiridos têm lhe proporcionado um melhor desempenho no seu emprego formal.	9	11,30%
Você tem utilizado os conhecimentos para produzir e comercializar alimentos.	8	10,00%
- Não tem utilizado os conhecimentos profissionalmente, mas eles têm sido proveitosos em sua vida doméstica.	59	73,80%
Não respondido	4	5,00%
Total	80	100,00%

Como é possível observar, embora o anseio ao se inscrever no programa era de qualificação para o mundo do trabalho, apenas 23,3% afirmaram utilizar os conhecimentos profissionalmente, fosse por meio do emprego formal ou do empreendedorismo, com produção e comercialização de alimentos.

Pode-se perceber, a partir desses dados, que o programa não conseguiu corresponder às expectativas iniciais das alunas, uma vez que elas buscavam qualificação profissional. Porém, para a maioria, a formação técnica não foi inválida, pois os conhecimentos têm sido proveitosos em sua vida diária.

Diante dessa constatação, a pesquisa buscou compreender, nas etapas seguintes, o grupo focal e a entrevista, os motivos pelos quais a qualificação não contribuiu para melhorar a situação econômica das mulheres, considerando que com as constantes mudanças no mundo do trabalho, a qualificação se tornou requisito primordial para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, o qual exige uma mão-de-obra cada vez mais qualificada.

### 5.1.2.6 Direitos da mulher e combate à violência contra ela

O Programa Mulheres Mil traz, dentre as disciplinas obrigatórias, direitos da mulher. Acredita-se que conhecer os seus direitos é fundamental para que a mulher conquiste sua autonomia, contribuindo para a redução das desigualdade de gênero. Sendo assim, questiona-se se essa meta do programa foi alcançada no público-alvo e se as egressas tiveram seus conhecimentos no que diz respeito aos direitos da mulher ampliados.

A maioria absoluta (98,8%) respondeu que os direitos das mulheres não são muito discutidos normalmente, e que o programa lhes proporcionou essa oportunidade. Apenas uma respondeu negativamente, afirmando que o que fora abordado a respeito do tema já era conhecido por ela.

**Tabela 14: O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre Direitos da Mulher?**

	Nº de respostas	Percentual
Não, porque o que foi abordado a esse respeito já conhecia.	1	1,30%
Sim, porque os Direitos da Mulher não são muito discutidos normalmente, e o programa proporcionou essa oportunidade.	79	98,80%
Total	80	100,00%

No que se refere à consciência dos direitos, 83,8% afirmaram estar muito mais conscientes após a participação no programa, 13,8% afirmaram estar um pouco mais conscientes, e apenas 2,5% afirmaram estar igualmente conscientes de seus direitos.

**Tabela 15: Depois de ter participado do Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos?**

	Nº de respostas	Percentual
Muito mais consciente	67	83,80%
Um pouco mais consciente	11	13,80%
Igualmente consciente	2	2,50%
Total	80	100,00%

A contribuição do Programa Mulheres Mil na ampliação dos conhecimentos sobre violência doméstica e sobre os mecanismos de combatê-la também foi grande, pois, como se pode observar nos dados abaixo, 92,5% responderam que o programa contribuiu muito. Apenas 7,5% afirmaram que contribuiu pouco e não houve nenhuma resposta negativa a essa questão.

**Tabela 16 – Contribuição do Programa na ampliação dos conhecimentos sobre violência doméstica**

	Nº de respostas	Percentual
Contribuiu muito	74	92,50%
Contribuiu pouco	6	7,50%
Total	80	100,00%

Combater a violência contra a mulher é um dos cinco princípios do Programa Mulheres Mil, uma vez que a violência contra a mulher no Brasil é um problema grave que exige medidas para combatê-lo. De acordo com pesquisa<sup>19</sup> recente realizada pelo Instituto Patrícia Galvão<sup>20</sup>, a violência contra a mulher ocupa o 3º lugar entre os crimes mais recorrentes no Brasil, na percepção dos(as) entrevistados(as). 54% destes(as) afirmaram conhecer uma mulher vítima de violência doméstica e 56% conheceram um homem que já agrediu sua parceira. Portanto, o programa pretende ser um instrumento de orientação para as mulheres, a fim de conscientizá-las sobre a Lei Maria da Penha e encorajá-las a denunciar a violência doméstica.

Os dados mostram que os conhecimentos das participantes sobre a importância de combater a violência contra a mulher foram ampliados porque a grande maioria (85%) disse que se sente muito mais capaz de denunciar a violência, e apenas 8,8% afirmaram se sentir apenas um pouco mais capazes de fazê-lo. Contudo, há algumas mulheres (6,3%) que ainda se sentem pouco ou nada capazes de denunciar a violência.

<sup>19</sup> INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre a violência e assassinato de mulheres.** 2013.

<sup>20</sup> A pesquisa foi realizada de 10 de maio a 18 de maio de 2013, em 100 municípios das cinco regiões do Brasil, com uma amostra de 1.501 entrevistas.

O número de denúncias de agressões contra a mulher tem crescido nos últimos anos, principalmente depois da promulgação da Lei Maria da Penha. De acordo com dados da SPM, o disque 180 registrou 281.894 ligações com relatos de violência contra a mulher, entre abril de 2006 a dezembro de 2011.

Apesar das crescentes denúncias, ainda existem mulheres que não se sentem encorajadas a denunciar. Dentre os motivos para essa postura diante da violência, está o medo de serem mortas. A pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, anteriormente mencionada, mostrou que 85% dos entrevistados acreditam que as mulheres que denunciam seus agressores, principalmente se estes são maridos ou namorados, correm mais o risco de serem assassinadas.

**Tabela 17: Capacidade de denunciar a violência contra a mulher**

	Nº de respostas	Percentual
Muito mais capaz	68	85,00%
Um pouco mais capaz	7	8,80%
Igualmente capaz	3	3,80%
Ainda não se sente capaz	2	2,50%
Total	80	100,00%

Além das dez perguntas semiestruturadas que revelaram o perfil das participantes e de sua percepção a respeito do programa, o questionário também trouxe duas questões abertas. Uma buscou apreender melhor a contribuição do Programa Mulheres Mil na melhoria da qualidade de vida das mulheres atendidas por ele, e outra questionou as expectativas delas antes do ingresso. Para complementar esta pergunta, buscou-se saber se essas expectativas foram correspondidas totalmente, parcialmente ou não foram correspondidas.

### **5.1.3 Análise das perguntas discursivas**

As duas perguntas discursivas do questionário foram analisadas, utilizando-se a técnica da análise de conteúdo, mais especificamente da categorial-temática, que consiste em separar os dados em categorias, de acordo com o tema. As categorias foram previamente estabelecidas de acordo com o objetivo da pesquisa, e as subcategorias foram sendo constituídas à medida que os elementos iam aparecendo na fala das participantes.



Depois de várias leituras atentas das respostas, estas foram digitadas respeitando-se a escrita original. Em seguida, foram identificados os elementos que se repetiram nas falas, separando-os em subcategorias. Assim, para a categoria 'Qualidade de vida', estabelecida previamente segundo os propósitos da pesquisa, foram criadas quatro subcategorias: higiene e preparo dos alimentos, cuidados com o meio ambiente, reconhecimento dos direitos e autoestima.

Dentro de cada uma dessas subcategorias, foram inseridas as falas das participantes, conforme os temas iam sendo identificados. Em seguida, as subcategorias foram classificadas de acordo com o número de ocorrências, revelando-se o grau de importância de cada uma.

Das 80 mulheres que responderam ao questionário, apenas uma optou por não responder a essa pergunta; três responderam apenas 'sim'; 24 deram respostas que não corresponderam plenamente à pergunta, e 62 deram respostas que podem levar a uma melhor compreensão do que seja qualidade de vida para essas mulheres, a partir das contribuições que elas afirmaram haver recebido do programa.

A partir da análise desse material, constatou-se que: a melhoria da qualidade de vida é relacionada, principalmente, à mudança de hábito quanto à higiene, preparação de alimentos e aos cuidados com o meio ambiente, os quais incidem diretamente sobre a saúde e o bem-estar das pessoas; o reconhecimento dos direitos, que fortalece a cidadania e, por último, a elevação da autoestima, fator primordial para se viver bem consigo mesmo e com o outro.

#### **5.1.4 Qualidade de vida**

A primeira pergunta é central dentro desta pesquisa, pois trata especificamente de um de seus objetivos principais: verificar se o Programa Mulheres Mil contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das egressas.

O conceito de qualidade de vida é amplo e diversificado. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), está relacionado à percepção que o indivíduo tem de sua própria vida, de sua inserção "no contexto da cultura e sistemas de valores nos

quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. (OMS,1998).

Não existe um só conceito de qualidade de vida, mas é possível pensá-la enquanto fruto de esferas objetivas e subjetivas. A primeira lida “com a presença ou ausência de determinados elementos nos grupos e a intensidade dessas ocorrências”, a segunda “diz respeito ao estilo de vida do sujeito, que se caracteriza como hábitos aprendidos e adotados durante toda a vida, relacionados com a realidade familiar, ambiental e social” e aos valores imateriais como felicidade, amor, solidariedade, inserção social e realização pessoal (BARBOSA, 1998; GONÇALVES, 2004; MINAYO *et al*, 2000 *apud* ALMEIDA *et al*, 2012 p. 22). De acordo com Almeida (2012), essas duas esferas da qualidade de vida se relacionam exercendo influência mútua.

Para Gonçalves e Vilarta (2004 *apud* ALMEIDA, 2012, p. 20), a qualidade de vida se relaciona com “a maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito”. Num censo comum, qualidade de vida se resume em melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional.

Neste estudo, convergindo com Gonçalves e Vilarta (2004), qualidade de vida é vista como um conjunto de fatores que contribuem para que as pessoas tenham uma vida melhor, sejam eles objetivos, que compreendem a satisfação das necessidades básicas, como educação, saúde, bem-estar; ou subjetivos, como realização pessoal, reconhecimento e luta pelos direitos, interação social e autoestima.

#### *5.1.4.1 Reconhecimento dos direitos*

Reconhecer-se como cidadã, ter consciência dos seus direitos e sentir-se encorajada a lutar por eles são apontados por 21 mulheres como resultados do Programa Mulheres Mil, que contribuíram diretamente para a melhoria de sua qualidade de vida.

**Egressa 1:** Sou mais confiante em todos os sentidos, principalmente ao lutar pelos direitos que tenho.

**Egressa 2:** Hoje tenho consciência de coisas que eu não tinha, tenho firmeza para tomar decisões que antes eu não tinha, tenho conhecimento de meus direitos e deveres.

**Egressa 3:** Aprendi mais coisas que eu não sabia sobre meus direitos.

**Egressa 4:** Fiquei mais informada sobre a violência contra a mulher, como posso me defender de outras agressões.

**Egressa 5:** Agora sei ir atrás dos direitos que todo cidadão tem [...] meus direitos como mulher.

Muitas mulheres afirmaram que, antes da participação no programa, não tinham consciência dos seus direitos, principalmente daqueles relacionados à mulher.

**Egressa 1:** Hoje sei dos meus direitos como mulher.

**Egressa 2:** Aprendi muita coisa que não sabia e nem imaginava que existia, principalmente dos meus direitos.

Essas falas ratificam os dados anteriormente analisados, pois, somadas as contribuições que dizem respeito à Lei Maria da Penha e os direitos da mulher (45,8%) com aquelas relacionadas ao reconhecimento dos direitos enquanto cidadã (31, 2%), chega-se a um total de 77%. Este dado permite afirmar que a falta de informação sobre os direitos básicos e os direitos da mulher por parte da população atendida pelo Programa Mulheres Mil é muito grande. Esse fator pode ser uma consequência da baixa escolaridade, identificada na análise anterior. Como afirma Bölter (2003, p. 174)

Não há dúvida de que grande parte da população brasileira está marginalizada, fora do processo produtivo, excluída do mercado de trabalho, sem condições mínimas de acesso a uma vida digna, às garantias de saúde, educação, moradia, segurança (...) **grande parte da população não tem sequer conhecimento de quais são as garantias sociais mínimas de todo cidadão, estabelecidas pela legislação brasileira.**<sup>21</sup>

#### 5.1.4.2 Higiene e preparo dos alimentos

A manipulação e a conservação de alimentos e higiene pessoal faziam parte dos conteúdos ministrados durante a parte técnica do curso. A sua importância está em evitar a contaminação por micro-organismos, que podem causar danos à saúde.

---

<sup>21</sup> Grifo nosso

De acordo com especialistas<sup>22</sup>, a falta de higiene na manipulação e conservação dos alimentos pode provocar mais de 200 diferentes tipos de doença.

O cuidado com a higienização, conservação e o preparo dos alimentos aparece 20 vezes nas falas das mulheres como sinônimo de melhoria de sua qualidade de vida. Aprender como higienizar os alimentos, conservá-los e prepará-los de forma adequada contribuíram, segundo elas, para melhorar a alimentação da família e, conseqüentemente, a saúde.

**Egressa 1:** Aprendemos sobre saúde, conservação e higienização de alimentos, que ajudam na melhoria da qualidade de vida.

**Egressa 2:** Hoje tenho consciência do que é higiene na hora de cozinhar.

**Egressa 3:** Aprendi como descongelar alimentos e sobre higiene, o que melhorou minha alimentação e qualidade de vida.

**Egressa 4:** Hoje me alimento melhor, sei o que é certo e o que é errado consumir, aprendi a guardar os alimentos de forma adequada, para não perder a qualidade.

**Egressa 5:** O curso ensinou a cuidar melhor do ambiente e manter tudo limpo, organizar e limpar os alimentos, melhorias na alimentação, isso é qualidade de vida.

#### 5.1.4.3 *Elevação da autoestima*

A autoestima é a forma como o indivíduo avalia, aceita a si mesmo e acredita em suas perspectivas e projetos, e é a soma da imagem que cada pessoa tem de si mesma e dos estímulos que ela recebe dos que a rodeiam. Enfim, é uma sensação de capacidade para enfrentar desafios da vida e de ser digno da felicidade (SANTOS, 2001; BRANDEN, 1999 *apud* FRAQUELLI, 2008).

Esse foi outro fator apontado pelas egressas como contribuição do Programa Mulheres Mil em suas vidas. A elevação da autoestima aparece 14 vezes na fala das mulheres. Algumas afirmaram que o programa contribuiu para que se sentissem mais confiantes em si mesmas, com expectativas para novos projetos, capazes de retomar os estudos e de realizar sonhos. A autoestima é um dos aspectos considerados pela OMS na sua avaliação da qualidade de vida.

**Egressa 1:** Me sinto um pouco mais capacitada, tenho mais coragem para enfrentar as dificuldades. Aprendi a me valorizar mais, melhorou a minha autoestima.

<sup>22</sup> <http://www.olharvital.ufrj.br> Acesso em: 28 ago. 2013.

**Egressa 2:** Este curso do Mulheres Mil me proporcionou melhora na autoestima muito grande, me colocou pra cima, me fez sentir uma pessoa grande, com vontade de buscar e realizar todos os meus sonhos.

**Egressa 3:** Melhorou muito a qualidade da minha vida e autoestima, e saber que eu podia aprender mais em vários aspectos, social, pessoal e profissional.

**Egressa 4:** Contribui muito na minha autoestima para que eu retomasse os meus estudos.

**Egressa 5:** Ao me inscrever no programa, me senti como se houvesse nascido de novo, uma vida nova. Foi uma terapia pra mim. Senti que sou capaz de conseguir um novo emprego.

#### 5.1.4.4 *Cuidados com o meio ambiente*

Dentre as disciplinas ministradas na parte básica do curso, encontra-se ‘Saúde, meio ambiente e sustentabilidade’, a qual foi responsável pela conscientização sobre a importância de se cuidar do meio ambiente e as mudanças de hábitos relacionadas à questão ambiental, apontadas sete vezes. Segundo as participantes, o curso lhes conscientizou sobre a importância de se cuidar do quintal e de separar o lixo, por exemplo, ações simples, mas que contribuem para que se viva melhor.

**Egressa 1:** Cuido melhor do meu quintal, da frente da minha casa [...] cuido do meio ambiente e isso eu aprendi melhor no Programa Mulheres Mil.

**Egressa 2:** Estou mais preocupada com o meio ambiente. Não jogo mais fora minhas garrafas Pet, separo e repasso pra alguém e ainda guardo as latinhas.

**Egressa 3:** Eu aprendi muitas coisas que hoje me ajudam a viver melhor, como cuidar do meio ambiente.

**Egressa 4:** Após o curso aprendi a dar valor a muitas das coisas que foram ensinadas, como por exemplo, o cuidado que devemos ter com o meio ambiente.

**Egressa 5:** A cuidar do meio ambiente e isso é qualidade de vida.

#### 5.1.5 Expectativas

A segunda pergunta aberta refere-se às expectativas com relação ao Programa Mulheres Mil, antes do ingresso nele. Com isso, pretende-se saber, principalmente, o que levou essas mulheres a se inscreverem no programa. Aqui a categoria preestabelecida foi ‘Expectativas’, para a qual foram criadas, a partir das

falas das participantes, quatro subcategorias: ampliação dos conhecimentos, profissionalização/qualificação, ingresso no mercado de trabalho/melhoria da renda e aprendizagem sobre como cozinhar melhor.

#### *5.1.5.1 Ampliação dos conhecimentos*

O termo ‘conhecimento’ foi apreendido dentro dessa questão como aquisição de saberes em diferentes aspectos, considerando-se que os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil estão divididos em duas partes: conhecimentos gerais e conhecimentos específicos da área técnica. No IFG, instituição implicada nesse estudo, o curso era dividido em três módulos: Formação Humana, Formação Básica e Formação Técnica. Portanto, tratou-se o termo ‘conhecimentos’ num sentido amplo, como conhecimentos gerais.

Procurou-se não incluir nessa categoria as falas que remetiam aos conhecimentos específicos do curso ministrado, uma vez que estas poderiam ser inseridas na categoria ‘Qualificação’ ou ‘Aprender a cozinhar melhor’. Desta maneira, encontraram-se 20 referências à aquisição de conhecimentos como sendo uma expectativa com relação ao Programa Mulheres Mil antes do ingresso nele.

**Egressa 1:** As minhas expectativas eram de melhorar meus conhecimentos e foi o que aconteceu, aprendi um pouco de tudo.

**Egressa 2:** Pensava que poderia aprender um pouco mais e consegui graças ao curso mulheres mil

**Egressa 3:** As expectativas eram de conhecer mais, obtive conhecimentos em todos os sentidos para mim.

**Egressa 4:** Esperava que o programa me proporcionasse maiores conhecimentos.

**Egressa 5:** Ter mais conhecimento cultural e social.

O desejo de ter mais conhecimentos, de aprender “coisas novas e diferentes”, de “crescer” por meio da aprendizagem, expresso na fala dessas 20 mulheres, como algo que esperavam do programa, revela a falta de oportunidades e de acesso ao conhecimento em que se encontra esse público, como se pode perceber pela seguinte fala: “as oportunidades que temos são muito poucas e alguns lugares não é levado este conhecimento”.

### 5.1.5.2 Qualificação

O objetivo principal do Programa Mulheres Mil é qualificar profissionalmente mulheres em condições de vulnerabilidade social, para que estas possam ingressar no mundo do trabalho, seja no mercado formal ou através do empreendedorismo, criando seu próprio negócio, ou ainda do cooperativismo, por meio da formação de cooperativas em suas próprias comunidades. Pretende-se, assim, diminuir as desigualdades econômicas e sociais das mulheres e contribuir para a redução da feminização da pobreza.

Baseado nesse objetivo, o programa é apresentado às comunidades escolhidas como uma oportunidade de qualificação em uma área específica, de preferência para aquelas mulheres que não têm nenhuma formação.

Qualificar-se ou aperfeiçoar os conhecimentos na área de culinária foi apresentado por 13 pessoas como sendo suas expectativas ao se inscreverem no Programa:

**Egressa 1:** Ter uma qualificação para o trabalho, aprender mais sobre culinária.

**Egressa 2:** Possibilitar e me capacitar para a área da culinária.

**Egressa 3:** A minha expectativa era aprender sobre culinária, aprender a montar pratos e mesas.

**Egressa 4:** Capacitação profissional.

**Egressa 5:** Esperava que o Programa me proporcionasse melhor qualificação.

O anseio pela qualificação ou pela 'capacitação profissional' está relacionado, evidentemente, à necessidade de se conseguir um trabalho ou melhorar sua renda. Portanto, essa expectativa está intrinsecamente ligada à que se segue.

### 5.1.5.3 Ingresso no mercado de trabalho/melhoria da renda

Sabe-se que pessoas qualificadas possuem mais oportunidades de ingresso no mundo do trabalho. É por isso que o governo federal tem investido em políticas de capacitação profissional, e o maior exemplo disso é o Pronatec.<sup>23</sup> O mercado

---

<sup>23</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

exige cada vez mais qualificação e, desta forma, aqueles que possuem condições de investir em si mesmos, qualificando-se mais e mais, são os que conseguem se inserir no mercado de trabalho.

De acordo com a Teoria do Capital Humano<sup>24</sup>, ter uma maior escolarização/qualificação é fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, porque o aumento da renda está diretamente relacionado à sua melhor qualificação para o mercado de trabalho. Desta forma, os indivíduos são os responsáveis pelos salários que recebem.

Por outro lado, esta teoria ignora em suas análises que a população que se encontra à margem, sem condições financeiras para custear essa qualificação, nem tempo para dedicar-se a ela, se veem destinadas aos trabalhos precários e de baixa remuneração, quando não ao desemprego, perpetuando as desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

É por isso que a expectativa de ingressar no mercado de trabalho/melhoria da renda está relacionada à de qualificação, como já foi dito. Assim, 13 pessoas viram no programa a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, inclusive porque o programa prevê, nas suas diretrizes, o direcionamento ao mundo do trabalho e o incentivo ao empreendedorismo, ao cooperativismo ou ao sociativismo.

**Egressa 1:** Eu pensava que quando o curso acabasse, eu arrumaria um serviço.

**Egressa 2:** Bom aprendizado, qualidade no currículo e uma renda maior para ajudar minha família.

**Egressa 3:** Era de terminar o curso e colocar em prática arrumando um trabalho.

**Egressa 4:** Meus objetivos eram conseguir um emprego melhor e ser valorizada como mulher.

**Egressa 5:** Esperava aprender a fazer pratos, comidas para poder trabalhar em restaurantes, padaria e etc.

Como pode ser observada nessas falas, a expectativa era que o aprendizado adquirido no curso proporcionasse a oportunidade de se conseguir um trabalho. Algumas acreditavam que saíriam do curso inseridas no mercado de trabalho: "Era entrar para o mercado de trabalho, sair com o diploma nas mãos, mas

---

<sup>24</sup> A teoria do capital humano foi desenvolvida por Theodore Shultz nos anos de 1960. "A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial."(CUNHA, 2007, p. 28).



já empregada”. A maneira como o Programa Mulheres Mil lhes foi apresentado pode ter gerado essa expectativa, uma vez que este é, realmente, o objetivo principal do programa.

Se se somar esta categoria com a anterior, ter-se-ão 26 pessoas, cujas expectativas eram de qualificação para o mundo do trabalho.

#### *5.1.5.4 Aprender a cozinhar melhor*

Por se tratar de um curso diretamente ligado às tarefas domésticas, na divisão sexual do trabalho, são atribuídas, na maioria das vezes, às mulheres. Aprender a cozinhar melhor, para aplicar esse conhecimento dentro da própria casa, era a expectativa de seis mulheres. Estas não pretendiam trabalhar nessa área, mas aplicar os conhecimentos adquiridos com o curso para melhorar sua alimentação e a da família.

**Egressa 1:** Aprender a praticar na vida familiar ao organizar refeições em minha casa.

**Egressa 2:** Eu queria apenas aprender a cozinhar.

**Egressa 3:** Eu esperava aprender muitas coisas porque eu tenho muita vontade de cozinhar bem.

**Egressa 4:** Melhor aprendizado na cozinha.

**Egressa 5:** Aperfeiçoar a minha maneira de cozinhar.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho, como afirma Ramos (2011) não a isentou das atividades domésticas e cuidados com a família. Hochschild (1990 *apud* Mariano 2011, p. 72) indica que “o cuidado é o resultado de muitos atos pequenos e sutis, conscientes ou inconscientes, que não se pode considerar que sejam completamente naturais ou sem esforço.”

Dessa forma, observa-se que para algumas mulheres, aprender a cozinhar significava poder cuidar melhor da sua família, proporcionando-lhes uma melhor alimentação. Esforçar-se para aprender a cozinhar era um ato elegido conscientemente para o benefício familiar.

### 5.1.6 O programa correspondeu às expectativas?

Uma vez levantadas as expectativas, é interessante analisar se elas foram correspondidas ou não. Algumas falas já fornecem tal informação: algumas participantes afirmaram que o programa superou suas expectativas: “Antes de ingressar no programa eu esperava ampliar meus conhecimentos nas áreas que fazem parte do meu dia a dia e, não só atingi como também pude conhecer novas coisas que foram além de minhas expectativas”. Outras se mostraram decepcionadas, afirmando que o programa não conseguiu atingi-las: “Aprender a fazer muitos pratos e arrumar uma mesa, *mas isso eu não aprendi*”.

Para visualizar melhor essa questão, o questionário semiestruturado perguntava se o curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil tinha correspondido às suas expectativas e dava como opções: ‘totalmente’, ‘parcialmente’ e ‘não correspondeu’.

Como resposta a essa pergunta, 52,5% afirmaram que tiveram suas expectativas totalmente correspondidas, 46,3% disseram que parcialmente e apenas uma afirmou que o curso não correspondeu às suas expectativas. Como pode ser visto na tabela abaixo.

**Tabela 18: O curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil correspondeu as suas expectativas?**

	Nº de respostas	Percentual	Percentual válido
Totalmente	42	52,50%	52,50%
Parcialmente	37	46,30%	46,30%
Não correspondeu	1	1,30%	1,30%
Total	80	100,00%	100,00%

Mesmo que mais da metade das participantes tenha afirmado que tiveram suas expectativas totalmente correspondidas, o número das que disseram que as tiveram parcialmente é bastante considerável. Por isso, nas próximas etapas da pesquisa, procurou-se saber em que o Programa Mulheres Mil não correspondeu às expectativas dessas egressas.

Os resultados obtidos da análise acima mostraram a necessidade de aprofundar um pouco algumas questões. Foi intrigante principalmente o fato de as

egressas do programa não conseguirem trabalho na área de formação, tampouco conseguir utilizar os conhecimentos adquiridos para aumentar a renda familiar. O que aconteceu? Por que o objetivo principal do programa não foi alcançado com esse grupo de mulheres? São questionamentos que foram levados para a segunda etapa da pesquisa: o grupo focal.

Nessa etapa, buscou-se apreender melhor a importância do programa na vida delas e saber por que a maioria não conseguiu retomar os estudos; aprofundou-se mais em questões relacionadas à cidadania, considerando que o diferencial do programa é justamente oferecer uma qualificação profissional aliada à formação cidadã.

## 5.2 ANÁLISE DO GRUPO FOCAL

Como parte da metodologia, foi realizado com as egressas um grupo focal. Para esta etapa, foram selecionadas oito participantes, sendo 10% do total das que responderam o questionário, seis da região do Jardim Ingá e duas da região central de Luziânia.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa que começou a ser empregada há muito tempo, mas que somente na década de 1980, segundo Kitzinger (1994), passou a ser utilizada pelas ciências sociais. Este instrumento vem sendo utilizado cada vez mais no âmbito das abordagens qualitativas, pois oportuniza o confronto de ideias e os pontos de vista a respeito do tema estudado e proporciona ao pesquisador analisar as reações dos participantes diante das diferentes opiniões sobre as questões debatidas.

Grupo focal é, segundo Powell e Single (1996, p. 449 *apud* GATTI, 2012, p. 07), "um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal". Por despertar diferentes pontos de vista e o fluir da emoção, o grupo focal conduz à captação de significados que, com outras técnicas, poderiam ser mais difíceis.

Essa técnica proporciona a interação entre os participantes e o pesquisador, que conduz a discussão com foco nos tópicos que orientam o debate. Desta forma, o grupo focal permite ao pesquisador ouvir os vários sujeitos da pesquisa ao mesmo tempo, observando as características de cada um e suas reações diante de cada tópico.

A composição do grupo deve servir aos interesses da pesquisa, assim, os sujeitos devem ser escolhidos de acordo com o problema que se quer abordar, tratando-se, portanto, de uma formação intencional (RESSEL *et al*, 2008). Tanaka e Melo (2010 *apud* GATTI, 2012, p. 20) "argumentam que é importante selecionar grupos nos quais se presume que as pessoas tenham opiniões diferentes em relação às questões que serão abordadas." Ainda de acordo com Gatti (2012), a adesão das pessoas para participar do grupo deve ser voluntária e, ao aderirem, elas devem estar motivadas e sensibilizadas, tanto para o processo quanto para o tema.

Quanto ao número de participantes, segundo Gatti, para que as questões sejam abordadas com maior profundidade, o grupo não deve ser muito grande nem excessivamente pequeno, "ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a 12 pessoas." (GATTI, 2012 p. 22). Segundo a mesma autora, os grupos são imprevisíveis, por isso o moderador deve se preparar para diferentes tipos de situações.

O papel do moderador está vinculado ao tema da pesquisa e ao tipo de informação que deseja obter. Segundo Pizzol (2003, p. 9 *apud* GATTI, 2012, p. 34) "a função do moderador inclui, entre outras ações, manter produtiva a discussão, garantir que todos os participantes exponham suas ideias, impedir a dispersão da questão em foco e evitar a monopolização da discussão por um dos participantes". De acordo com o mesmo autor, o moderador não deve expor suas opiniões nem criticar os comentários dos participantes, além de caber a ele o controle tanto do tempo quanto das metas da pesquisa.

O grupo focal, nesta pesquisa, foi realizado com o objetivo de apreender a importância e o significado do Programa Mulheres Mil, a partir do ponto de vista das egressas do curso básico em auxiliar de cozinha. Também saber os motivos pelos quais a maioria não conseguiu trabalho e nem melhoria na renda após a certificação e, ainda, compreender a influência do programa nos quesitos educação e cidadania.

Para esse momento, foram selecionadas oito egressas, o que corresponde a 10% do total das que responderam o questionário semiestruturado. A reunião aconteceu no Jardim Marília, um bairro pertencente à região do Jardim Ingá, no dia 18 de maio de 2013, com duração de uma hora e meia, e teve como condutora do debate a pesquisadora.

A reunião teve início com a apresentação da moderadora, que agradeceu a todas as participantes e explicou os objetivos daquele encontro e da pesquisa que estava sendo realizada. Em seguida, explicitou-se como seria conduzido o debate norteado por cinco questões. Esclareceu-se que cada uma das participantes poderia falar livremente o que pensava sobre a questão em foco.

Foi apresentado a elas um termo de consentimento, o qual lhes informava sobre a pesquisa, pedia autorização para que o debate fosse gravado e filmado e garantia que as informações dali obtidas eram confidenciais e seriam utilizadas somente para os fins da pesquisa.

As questões que nortearam o debate foram elaboradas com vista a atender aos objetivos desse estudo. Os resultados da análise do questionário semiestruturado, aplicado para as 80 egressas, na primeira fase, também serviram de base para a elaboração das questões norteadoras.

Foram cinco as questões<sup>25</sup> que conduziram o debate. A primeira pretendia apreender o significado que o Programa Mulheres Mil teve na vida das participantes, se ele foi importante e a que fatores essa importância se deveu. A segunda questionava sobre a inserção no mercado de trabalho/melhoria na renda, com o intuito de compreender por que o objetivo principal do programa (qualificação) não havia sido atingido com esse grupo.

A terceira pergunta estava baseada nos princípios do Programa Mulheres Mil, com vista a verificar em que medida tais princípios foram alcançados. A quarta pretendia saber se o programa havia despertado o desejo de retomar os estudos. A última questionava se algumas etapas, previstas no Programa Mulheres Mil, tinham sido cumpridas.

É importante ressaltar que, com essa última pergunta, não houve a pretensão de avaliar a implementação do Programa em Luziânia, tendo em vista que

---

<sup>25</sup> Vide Apêndice F.

esse não era o objetivo da pesquisa. Almejou-se somente compreender melhor o fato de a qualificação não ter proporcionado melhorias na vida financeira de grande parte das mulheres, e essas etapas poderiam estar diretamente implicadas nesse fato.

O debate ocorreu sem muitas polêmicas, com a participação de umas mais que de outras. Nem todas as mulheres expressaram suas opiniões em todos os pontos, e o momento em que mais divergiram foi quando se questionou sobre a etapa do programa que previa o encaminhamento ao mercado de trabalho. Foi possível observar que algumas mulheres se sentiram inibidas ou receiosas de expressarem suas opiniões, limitando, assim, sua participação.

No grupo focal, além das egressas e da pesquisadora, havia uma observadora que apontou as reações e expressões das participantes e fez uma descrição resumida das falas, e uma pessoa responsável pela filmagem e gravação. O produto desse debate – a filmagem, a gravação e o relatório – foi visto, ouvido e lido várias vezes e, em seguida, o debate foi transcrito para então ser analisado.

A análise foi feita com base na técnica da análise de conteúdo escolhida para essa pesquisa, a qual já foi descrita na anteriormente. O procedimento foi o mesmo utilizado na análise das questões discursivas do questionário semiestruturado. Após várias leituras do material, buscou-se dividir as falas por categorias, de acordo com as questões norteadoras do debate.

Portanto, as categorias foram preestabelecidas, e as subcategorias foram criadas com base nas falas, à medida que os temas iam surgindo e de acordo com o número de ocorrências. As categorias são: Importância do Programa; Elevação da escolaridade; Qualificação/renda.

### **5.2.1 Importância do programa**

Ao pedir que as participantes expressassem a importância do Programa Mulheres Mil, procurou-se apreender o olhar daquelas para as quais essa política pública foi criada. Ao falar da sua importância, elas falariam daquilo que o programa lhes proporcionou direta ou indiretamente. Com base na fala delas, foram sendo

agregadas a essa categoria três subcategorias: Interação social, Ampliação de conhecimentos e Elevação da autoestima.

### 5.2.1.1 *Interação social*

Conhecer novas pessoas, conviver em grupo, reconhecer que os outros também têm problemas, compartilhar conhecimentos, anseios e esperanças, enfim, interagir com o outro são intrínsecos ao ser humano. Por isso, não é estranho que algumas mulheres tenham citado a interação social como sua expectativa com relação ao programa.

Para algumas, ‘brincar’ no percurso até o câmpus, onde as aulas eram ministradas; fazer novas amizades são fatores considerados importantes e que fizeram a diferença em suas vidas durante o curso. Os dias de aula, para a maioria, eram dias de lazer quando deixavam em casa os problemas e as fadigas do dia a dia.

**Egressa 1:** Pelo outro lado, sinto saudade das minhas colegas, dos professores, da farra dentro do ônibus, porque até então era uma coisa que a gente foi aprender, mas também era um dia de lazer que a gente tinha, sair de casa passeando todo mundo junto. Aqueles sábados ficaram agradáveis pra gente, pelo menos pra mim.

**Egressa 2:** Eu achava que a gente, pelo menos eu deixava metade dos meus problemas aqui. Quando eu entrava naquele ônibus, eu ia livre de tudo isso, e as palestras muito boas, as aulas eram super agradáveis [...], fiz grandes amizades, grandes amigas e conheci pessoas maravilhosas, que eu espero durar pro resto da vida.

**Egressa 3:** Ajudei alguém em alguma coisa, em matemática, em computador, aí eu vi quantos problemas as pessoas tinham em várias coisas. Às vezes a gente pensa que é só a gente que tem problema e que o meu problema é maior do todos. E aí você vê que não é; que cada um tem sua história.

**Egressa 4:** Eu queria fazer novas amizades, mas depois, eu vi que ele me ajudou muito a ser um ser humano mais ativo, a ter autoconhecimento, confiança e convívio social.

Como afirma Freire (2007), somos seres de relação, incompletos, inacabados e inconclusos, que não existimos sem o outro, daí essa necessidade de conviver, de se relacionar, de compartilhar e afirmar nossa presença no mundo.

### 5.2.1.2 *Ampliação de conhecimentos*

Descobrir algo novo, aprender sobre coisas que não imaginava que existiam, abrir os olhos para o desconhecido, enfim, ter um encontro com o conhecimento, foram alvos importantes do Programa Mulheres Mil para mais da metade das participantes do debate. A ampliação dos conhecimentos – não necessariamente daqueles relacionados à parte técnica do curso oferecido, mas os conhecimentos gerais, o conhecimento das leis que lhes protegem e dos seus direitos – permearam a fala de cinco das oito mulheres.

**Egressa 1:** Aprendi muito e tive muito conhecimento em sala de aula, aprendi também a manusear algumas coisas que eu nem sabia, principalmente a higienização dos alimentos, como guardar. Achei muito interessante.

**Egressa 2:** Porque eu não entendia nada daquilo ali. Eu era tipo uma pessoa cega, sempre eu tinha matemática na minha cabeça, mas assim no papel, eu não conseguia não gente. Depois daquele tempo eu já estou estudando, eu estou no sexto ano e no meio do ano já vou pro sétimo, de dois anos pra cá, foi rapidinho, eu desenvolvi bastante. Então foi bom esse curso. Para mim foi ótimo!

**Egressa 3:** Aprendi coisas que não imaginava que tinha. [...] e conheci, tive o conhecimento de leis a respeito da gente, que eu não sabia que existia e que hoje eu posso passar para outras pessoas e ajudar.

**Egressa 4:** Para mim foi bom porque eu aprendi coisas que eu pude levar pra minha casa, pra minha vida e pros meus filhos, fora a parte da alimentação, leis, umas eu já conhecia, mas não tão profundamente e tudo foi bem explicadinho e bem dito.

### 5.2.1.3 *Elevação da autoestima*

Ainda com relação à importância do programa, a elevação da autoestima surgiu na fala de quatro participantes da discussão. Para elas, o programa lhes ajudou a reconhecer seu valor e a acreditar em si mesmas.

**Egressa 1:** Pensa numa mulherzinha que tava assim derrubada, sabe? Pensando em tudo, que tinha parado ali. Então gente, foi bom demais, até que aprendi a me sentir bem no meio de muita gente. Eu só queria viver assim dentro de casa, só gostava mais de ficar sozinha, eu me sentia mal no meio de muita gente. E aí foi maravilhoso, e eu aprendi assim, hoje eu não quero mais ficar sozinha, quero estar no meio de muita gente.

**Egressa 2:** Eu tava assim meio deprimida, eu sempre me emociono em falar no Mulheres Mil, foi nesse curso que eu consegui me levantar [...] eu percebi que eu podia mudar minha história.

**Egressa 3:** Aprendi dar valor mais ao ser humano, aprendi a me valorizar mais.

**Egressa 4:** A autoestima. Eu acredito, eu posso.



Quanto a esta primeira questão, que deu início à discussão, houve uma divergência nas falas, pois, embora todas concordassem que o Programa Mulheres Mil tenha sido relevante para elas, algumas expressaram sua insatisfação com o fato de o curso não ter contribuído no aspecto financeiro. Contudo, a maioria aponta a importância do programa, ressaltando que as experiências e os conhecimentos adquiridos por meio do curso, contribuíram para melhorar suas vidas, seja no preparo dos alimentos, com relação à conscientização dos seus direitos ou elevação da autoestima.

Observa-se, portanto, pela análise das falas, que o Programa Mulheres Mil proporcionou-lhes principalmente a elevação da autoestima, a ampliação dos conhecimentos gerais e ricos momentos de interação social.

### **5.2.2 Elevação da escolaridade**

De acordo com o guia metodológico do Programa Mulheres Mil, a elevação da escolaridade é considerada prioridade e deve ser fomentada, preparando as alunas para retomarem e prosseguirem em seus estudos. Sabe-se que este é um fator primordial na luta das mulheres por autonomia. Como os cursos oferecidos pelo programa são curtos, e as turmas são muito heterogêneas, tanto na faixa etária quanto no nível de escolaridade, torna-se difícil que essa elevação ocorra durante a realização do curso. Contudo, o programa busca despertar nas alunas o desejo de retomar os estudos, ou iniciá-los, no caso daquelas que nunca estudaram.

Durante o grupo focal, buscou-se saber se esse desejo havia sido despertado nas participantes, e a manifestação positiva foi quase unânime. Sim, o programa despertou, em praticamente todas, o desejo de voltar a estudar.

**Egressa 1:** A educação também foi boa, porque despertou na gente a vontade de estudar e volta pra sala de aula.

**Egressa 2:** Pela primeira vez eu vi minha mãe querendo voltar a estudar. Ela não consegue, mas que ela tem vontade, ela tem.

Porém, muitas vezes, e para muitas, o passo entre o desejo e sua concretização é largo e difícil de ser dado. Sendo assim, dentre as participantes, somente duas passaram a frequentar a sala de aula após a participação no curso.

A primeira começou a estudar, pois nunca havia frequentado a escola, e foi a participante que mais emoção expressava ao falar de Mulheres Mil. De fato, as mudanças que, segundo ela, ocorreram em sua vida por influência deste foram muitas. Trata-se de uma mulher de 48 anos, mãe de 11 filhos, que sofria violência doméstica e não tinha nenhuma perspectiva, mas que durante o curso começou a despertar para a vida, reconheceu o seu valor enquanto mulher, descobriu que tinha direitos e que podia mudar a sua história. Uma das consequências dessa mudança foi o desejo de voltar a estudar.

Em mim consegui, meu Deus do céu, foi bom demais! [...] eu fui começar a estudar, eu fiz uma prova e já fui pro 4º ano. Já estou no 6º e no meio do ano, se Deus quiser, vou passar em todas e vou pro 7º ano e vou terminar rápido, depois vou fazer uma faculdade.<sup>26</sup>

A segunda participante, que já havia terminado o Ensino Médio, decidiu voltar a estudar e agora frequenta um cursinho preparatório para o vestibular: “Eu também estou buscando, todo domingo eu estou num cursinho lá no Gama de manhã, de oito ao meio dia, *ralando*, um dia eu chego lá”.

Considerando-se a unanimidade quanto ao desejo de retomar os estudos, a discussão foi direcionada para que expressassem por que, apesar do desejo, não haviam retomado os estudos. Neste momento, a discussão se voltou para a precariedade da educação no município, como a falta de escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na região, a falta de ofertas de cursos profissionalizantes gratuitos e a baixa qualidade dos cursos oferecidos.

**Egressa 1:** Não tem escola perto, porque se tivesse muita gente estaria estudando.

**Egressa 2:** O problema da educação também é que o governo não ajuda, tem muita gente que não sabe ler, para estudar tem ir lá pro Ingá<sup>27</sup> e lá no Ingá só tem a noite, então a maioria das pessoas não saem daqui para ir pro Ingá, porque tem medo de ir e volta a noite, não tem uma escola aqui.

### 5.2.3 Qualificação/renda

O objetivo principal dessa pesquisa é saber se o Programa Mulheres Mil contribuiu para a entrada no mercado de trabalho e/ou para a melhoria da renda das

<sup>26</sup> Em diferentes momentos, essa participante afirmou que terminaria os estudos e que seria advogada das mulheres.

<sup>27</sup> A região do Jardim Ingá é muito grande, e a maioria das egressas viviam do lado oposto de onde se encontrava a única escola de EJA da região, por isso a referência ao Ingá como se não fosse região em que habitam.

egressas do curso. Portanto, durante o grupo focal, esse tema foi bem explorado, principalmente por ter sido constatado, por meio do questionário aplicado anteriormente, que essa meta não havia sido plenamente alcançada.

Esse foi o momento mais polêmico da discussão e quase todas se mostraram decepcionadas com o programa nesse aspecto. Para a maioria delas, o curso não contribuiu em nada para melhoria da renda ou para o ingresso no mercado de trabalho, ratificando o que já tinha sido constatado.

Apenas duas mulheres afirmaram que o curso contribuiu nesse aspecto: para uma delas, a renda familiar melhorou produzindo e comercializando alimentos, e a outra conseguiu um trabalho de carteira assinada em uma lanchonete.

**Egressa 1:** Graças a Deus tem as encomendas, como você viu, as tortas, o bolo, tudo. Então pra mim foi muito bom.

**Egressa 2:** Então estou na parte de servir lá no balcão, de guardar os alimentos. Quando alguma coisa tá errada, eu falo: "no meu curso não foi assim, isso aqui tá errado, isso aqui não tá certo." Então foi bom demais gente! Foi maravilhoso! E eu quero trabalhar pra mim, mas não sei quando, porque as condições não dão, mas eu estou trabalhando lá, estou fichada, tem 3 meses.

Quando se questionou as razões para a não entrada no mercado de trabalho, três razões foram apontadas:

1. O mercado de trabalho de Luziânia é precário e não oferece oportunidades:

**Egressa 1:** Eu já corri atrás de restaurante pra receber um salário. Como ela disse, pra trabalhar, fazer o serviço de duas, três, fazer o serviço de quatro pessoas.

**Egressa 2:** O mercado de trabalho em Luziânia é deficiente [...] a remuneração é muito pouca, uma pessoa tem que trabalhar por duas, três. Aí não dá, o povo acha que a gente tem cara de bobo, essa é minha opinião.

**Egressa 3:** Aqui dentro de Luziânia eles são assim, eles pedem o seu currículo e eles leem e te elogiam [...] na hora de você sentar e por os pingos nos is, eles começam a chorar e acabam fazendo você desistir do próprio serviço, porque eles não dão valor no seu serviço.

2. Ao realizar o curso, a aluna não pretendia ingressar no mercado de trabalho, mas obter conhecimentos que pudessem ser empregados dentro de sua própria casa:

**Egressa 1:** Meu propósito de fazer o curso, foi pra meu uso mesmo familiar, a minha perspectiva que eu tinha eu alcancei.

**Egressa 2:** Eu, no caso, não entrei em curso pra trabalhar na área [...] eu entrei pra mim, por mim, pelos meus filhos que não aguentavam mais a *gororoba* que eu fazia.

3. O curso não as preparou para o mercado de trabalho, pois, mesmo com a certificação, não se sentiam qualificadas para atuar como profissionais. Essa foi considerada a principal razão para não estarem inseridas no mercado de trabalho. Segundo uma delas, “eu fui com intuito de trabalhar e pra eu trabalhar nessa área hoje, eu teria que fazer um curso de verdade, porque aquele curso ali pra mim, bom foi a teoria dentro de sala de aula, na prática não aprendi nada”.

Ao afirmarem que não se sentiam qualificadas ou preparadas para atuarem no mercado de trabalho, questionou-se o motivo dessa insegurança, e a maioria afirmou que a parte técnica do curso não foi boa o suficiente para qualificá-las a atuarem de forma satisfatória na área.

Dentre os motivos apontados para essa possível falha estão: a metodologia utilizada, citada por quatro pessoas; a prática insuficiente, citada por três; a precarização do espaço onde as aulas práticas foram ministradas, citada por duas das participantes. Neste ponto, nem todas as alunas falaram, mas a concordância com a fala das colegas era perceptível por meio dos gestos e expressões.

**Egressa 1:** Pra mim, foi muito bom a teoria, a prática não. Não aprendi nada, porque eu acho que faltou. Não estou desqualificando o professor, isso foi ótimo, mas acho que faltou mais gente qualificada pra tá ali. Uma cozinha que não tinha estabilidade nenhuma, jogaram a gente lá, pra mim aquela cozinha não tinha estabilidade nenhuma pra você aprender alguma coisa.

**Egressa 2:** O tempo na aula prática foi pouco, nós não tivemos oportunidade, como ela falou, de aprender montar uma mesa, de fazer uns pratos mais sofisticados, porque lá na aula falou de alguns pratos, mas na hora da gente fazer, trabalhar mesmo, a gente não fez.

**Egressa 3:** Também acho a mesma coisa, as coisas que a gente aprendeu a fazer, a maioria a gente já sabia fazer: torta, doce... isso a maioria das pessoas já sabia fazer, eu acho que eles ensinaram muito pouco.

**Egressa 4:** As coisas que tinham lá não dava pra gente trabalhar direito; você tinha que trazer forma de casa, batedeira; você topava em qualquer um ali, o espaço era muito apertado.

Apenas uma participante discordou do grupo nesse aspecto, pois, segundo ela, o curso lhe deu segurança para receber encomendas de bolos e tortas: “antes eu tinha medo de pegar encomendas, agora hoje não, eu estou segura.” É

importante ressaltar que ela já trabalhava na área de alimentação, e o curso lhe serviu como aperfeiçoamento. Além disso, ela afirma ter participado como ouvinte da segunda turma: “Pra falar a verdade, eu participei das aulas práticas do segundo curso, eu pedi, fui lá, insisti [...] então eu participei das aulas práticas, foi muito bom [...] reforçou mais em termos de salgados, decoração, saladas, essas coisas [...] me ajudou bastante”.

Diferentemente das outras, essa participante teve a oportunidade de fazer outros cursos na área de culinária, que é o que ela gosta de fazer e, por isso se sentia qualificada, discordando do restante do grupo.

### *5.2.3.1 Encaminhamento ao mundo do trabalho*

A metodologia utilizada no Programa Mulheres Mil é constituída por dois módulos: Acesso, Permanência e êxito.

O acesso se dá por meio da aproximação com a comunidade, a fim de incluí-la nas instituições educacionais e proporcionar, conseqüentemente, “sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.” (BRASIL, 2011, p. 4).

O módulo de permanência e êxito “consiste em um conjunto de ações multidisciplinares direcionadas ao atendimento das educandas.”

Dentre os objetivos desse módulo, estão:

1. facilitar a permanência da população-alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência;
2. qualificar as educandas quanto à postura profissional requerida no mundo do trabalho;
3. viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho;
4. acompanhar e monitorar as educandas nos estágios e no desempenho profissional. (BRASIL, 2011, p. 26 e 27).

O guia metodológico, documento referência do programa, disponibilizado pela Setec/MEC, afirma que, na implementação do programa, deve-se garantir a permanência e o êxito das alunas. Este, por meio da articulação com o setor produtivo para a inserção no mundo do trabalho e com as possibilidades de continuidade da formação profissional e, aquele, por meio da formatação de cursos

que atendam as demandas específicas da comunidade, o acesso a bolsas auxílios e aos serviços.

Com base nisso, foi perguntado, no grupo focal, se durante o curso houve a construção do 'portifólio', espécie de "documento que congrega informações, descreve os conhecimentos, habilidades, competências, incluindo a documentação formal e informal". Este instrumento, dentre outras finalidades, pode "ser apresentado a um empregador em potencial como subsídio para certo trabalho." (BRASIL, 2011, p. 15) Ou seja, serviria como uma espécie de currículo que poderia ser utilizado no encaminhamento ao emprego.

As falas de quase todas convergiram em dizer que esse documento não foi construído: "não, nós recebemos a pasta, nos prometeram fazer, mas até hoje nada". Uma das participantes discordou da colega, afirmando que lhes havia sido entregue uma pasta preta e pedido para que levassem a documentação que comprovasse a experiência profissional e as habilidades adquiridas ao longo da vida: "ela fez a pasta e me entregou: 'de agora pra frente, você vai colocar tudo o que você fizer, certificado, e você vai seguindo', aí [...] o tempo era curto, não dava pra tá montando de todos, então entregou a pasta e pediu pra todos fazer isso".

Quanto ao encaminhamento ao emprego, algumas disseram que não havia sido feito: "não fizeram encaminhamento também." Neste momento, uma das participantes discordou, dizendo que tinha recebido duas ligações com proposta de trabalho: "olha você vai me desculpar não é querer puxar saco não, mas ligaram pra mim duas vezes, encaminhado lá do IFG, era o dono de um restaurante." Essa fala despertou a de outras, que também afirmaram haver recebido um telefonema perguntando se elas estavam trabalhando: "teve também uma ligação, só que quando chegou lá a vaga já tinha sido ocupada".

Foi possível inferir, a partir das falas, reações e expressões das participantes, que Mulheres Mil, no câmpus de Luziânia – pelo menos para esse grupo –, não havia conseguido cumprir, na totalidade, com o que propunha seu documento base. Não cabe a essa pesquisa questionar ou avaliar a implementação do programa, contudo, acredita-se que, se tivesse havido um melhor diálogo e parceria da instituição com o mundo do trabalho, como prevê a metodologia, talvez a inserção dessas mulheres tivesse sido mais significativa.

O gestor do programa no IFG confirmou que não houve um diálogo com os empresários do ramo de restauração para o encaminhamento ao trabalho das egressas das duas primeiras turmas formadas pelo programa (2012 e 2013), tampouco houve qualquer outra iniciativa que contribuísse ou as incentivasse para a formação de cooperativas e ou associações. O gestor afirmou, no entanto, que para a terceira turma, iniciada no último mês, estava previsto uma parceria com a rede hotelera, tanto de Luziânia quanto do Distrito Federal, para a absorção dessas trabalhadoras.

### 5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A realização de entrevista não estava prevista inicialmente, porém, a partir dos resultados do grupo focal, pareceu que esse instrumento contribuiria para alcançar os objetivos propostos nesse estudo. Por isso, optou-se por realizá-la com um número menor, sete egressas, mas também com a possibilidade de que esse número fosse ainda mais reduzido, considerando-se o método de saturação.

A entrevista privilegia a fala dos participantes, sendo uma forma específica de conversação que favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo.

Segundo Banister *et al* (1994 *apud* SZYMANSKI, 2011, p. 10): “este instrumento tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado”.

Minayo (1996, p. 108) afirma que os dados obtidos pela entrevista podem ser divididos entre os de natureza “objetiva”, que seriam os fatos concretos, os quais podem ser obtidos por outros meios; e os de natureza “subjetiva”, tais como atitudes, valores, opiniões, que só “podem ser obtidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos”.

De acordo com Szymansk (2011, p. 14), a participação do entrevistador e do entrevistado, no resultado final da pesquisa, depende da interação que se estabelece entre ambos. Para Vieira e Hossne (1998 *apud* ROSA, 2008), o que fundamenta e solidifica o relacionamento entrevistador/entrevistado é o respeito.

Uma vez realizada a entrevista, os enunciados devem ser isolados, respeitando-se a sua integridade sintática e semântica, e os principais atributos devem ser identificados através de análises de conteúdos para sua validação (ROSA, 2008).

Para a realização da entrevista, foi elaborado um roteiro parecido com o utilizado na etapa anterior da pesquisa, focando no significado atribuído pelas egressas do Programa Mulheres Mil; nos motivos que as levaram a fazer o curso; na qualificação/renda; na elevação da escolaridade, e nos princípios do programa.

A entrevista foi realizada com sete egressas, entre os meses de julho e agosto de 2013. Na sua maioria, as que se dispuseram a ser entrevistadas se mostraram à vontade para responder as perguntas. Antes de cada entrevista, foi apresentado um termo de consentimento, o qual foi lido e assinado. Cada entrevista decorreu de uma forma diferente; em algumas, a interação entre entrevistadora e entrevistada foi bem fluida, mas, em outras, o roteiro foi seguido quase na íntegra.

Cada entrevista foi ouvida inúmeras vezes e depois transcrita. Em um primeiro momento, esse material foi lido várias vezes, e as falas, depois de analisadas, foram categorizadas por temas, seguindo a técnica da análise de conteúdo. Depois da categorização, realizou-se a análise discursiva, que será apresentada a seguir.

Essa análise não acrescenta muitos dados novos àqueles apreendidos das etapas anteriores, bem mais serve para ratificá-los. Apenas duas categorias foram criadas: a primeira, nomeada 'Significado do Programa', teve como subcategorias: Conhecimentos, Qualificação/renda, Autoestima e Interação social. Na segunda, 'Cidadania', as subcategorias são: Direitos, Violência contra a Mulher e Escolaridade.

### **5.3.1 Significado do programa**

Cada etapa dessa pesquisa tinha como propósito responder o questionamento que deu origem aos objetivos desse estudo: "o Programa Mulheres Mil contribui efetivamente para o aumento da renda, para a melhoria da qualidade de vida e para a elevação da escolaridade e o para o empoderamento das mulheres



atendidas por ele?”. Para isso, fez-se necessário, além de estudar o programa por meio de documentos, conhecê-lo sob a ótica das mulheres diretamente envolvidas nele.

Chegou-se à conclusão de que a melhor maneira de alcançar essa percepção seria compreendendo o significado que essa política pública teve para essas mulheres. Que olhar elas lançam para esse programa um ano depois de havê-lo concluído? Como elas veem o período de formação e que significados ele trouxe a elas? Esses questionamentos conduziram essa pesquisa e, por isso, a primeira pergunta que abria o questionário da entrevista realizada com elas era: “o que o Programa Mulheres Mil significou para você?”

Da resposta a essa pergunta, foi possível compreender que o programa teve um significado muito importante na vida delas. Talvez ele não tenha significado a mesma coisa ou na mesma medida para todas, mas não houve nenhuma entrevistada que respondesse que o programa teve pouco ou nenhum significado. As falas de cada uma permite dizer que o programa significou, dentre outras coisas, a oportunidade de conhecer, de se qualificar e melhorar a renda, de interagir com outro e de elevar a autoestima.

#### *5.3.1.1 Conhecimentos*

Para quem vive uma vida dedicada a longas jornadas de trabalho mal remunerado e cansativo, preocupada com o sustento dos filhos e os cuidados da casa, sem tempo e nem oportunidade de dedicar-se a si mesma, ter acesso ao conhecimento, frequentar as aulas, aprender o que nunca se imaginou que existia são fatores muito especiais.

Das sete mulheres entrevistadas, quatro declararam que o programa foi muito importante para elas, porque lhes proporcionou conhecimentos e, por meio dele, puderam aprender ‘muitas coisas’.

**Egressa 1:** A gente aprendeu muitas coisas.

**Egressa 2:** Eu aprendi muito [...] foi muito bom.

**Egressa 3:** A importância que teve foi que eu aprendi muita coisa.

**Egressa 4:** Eu aprendi muitas coisas que eu não sabia.

Essas ‘coisas’ aprendidas durante o curso do Programa Mulheres Mil iam desde conhecimentos gerais de português, matemática, informática, meio ambiente e saúde, gênero e direitos da mulher, até questões mais específicas do curso técnico, como higienizar, conservar e preparar os alimentos.

### *5.3.1.2 Qualificação/renda*

Ao qualificar mulheres em condições de vulnerabilidade social, o Programa Mulheres Mil pretende “dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade.” (BRASIL, 2011, p. 5). Na etapa anterior dessa pesquisa, a qualificação, ou o fato de as egressas não se sentirem qualificadas, foi colocada como um dos fatores responsáveis pelo não ingresso no mercado de trabalho, na área do curso ofertado pelo programa a essa turma.

As entrevistas proporcionaram outro olhar sobre essa questão, uma vez que, das sete entrevistadas, quatro mencionaram a qualificação e/ou aperfeiçoamento como contribuições significativas do programa. Três afirmaram que o programa contribuiu para a melhoria da renda, e uma afirmou que recebeu uma oferta de trabalho graças à certificação.

**Egressa 1:** O significado do Mulheres Mil foi que eu pude aperfeiçoar mais [...] foi algo importante para especializar

**Egressa 2:** Eu estou conseguindo a renda do meu trabalho e tudo.

**Egressa 3:** Através do Programa Mulheres Mil, eu estou trabalhando com algumas coisas.

**Egressa 4:** Eu consegui incluir do Programa Mulheres Mil algumas receitas que hoje são sucesso na minha cidade. E foi lá, e é desse trabalho, que hoje eu estou praticamente sustentando minha família.

**Egressa 5:** Achei que foi por causa do curso que eu fiz, da minha experiência que eu fui chamada.

Das demais entrevistadas, uma afirmou que não estava trabalhando porque estava esperando terminar os estudos, mas que o curso havia lhe capacitado e que ainda pretendia atuar na área. Outras duas afirmaram que o programa não havia contribuído nesse aspecto.

Destarte, percebe-se que, embora possa ter havido deficiências no decorrer do curso, conforme foi mencionado no grupo focal, Mulheres Mil conseguiu qualificar e contribuir para a melhoria da renda de pelo menos parte das alunas.

É importante dizer, no entanto, que as alunas que declararam estar trabalhando, produzindo e comercializando a partir do que aprenderam no curso são, na sua maioria, aquelas que já possuíam alguma formação nessa área e para as quais o curso serviu, principalmente, para aperfeiçoar e atualizar seus conhecimentos. O mesmo fato foi observado durante a realização do grupo focal.

Desta forma, não se pode afirmar que o programa não contribuiu em nada para a melhoria da renda das mulheres atendidas por ele, tampouco que essa tenha sido a contribuição mais importante para a maioria.

### 5.3.1.3 *Autoestima e interação social*

A elevação da autoestima e a oportunidade de interação social são dois aspectos já mencionados como importantes nas etapas anteriores dessa pesquisa e que, mais uma vez, se repetem na fala das entrevistadas.

Ao falar de autoestima, a referência é, sobretudo, o reconhecimento de sua importância como pessoa, mulher e cidadã. O curso proporcionou que mulheres sem perspectiva alguma, muitas sem esperança e descrentes do futuro, redescobrissem seu valor e passassem a acreditar em seu potencial. Isso, em um ambiente acolhedor e diferente, convivendo, compartilhando e interagindo com outras pessoas; outras mulheres iguais a si, mas também diferentes.

**Egressa 1:** Ajudou minha autoestima.

**Egressa 2:** levou o incentivo da gente ter sua própria autoestima.

**Egressa 3:** Nesse curso eu conheci muita gente, fiz muitas amizades.

**Egressa 4:** Acho que foi uma inclusão boa, você conhecer várias pessoas.

Embora esses aspectos não estejam claramente postos como objetivos do Programa Mulheres Mil, sabe-se que são resultados benéficos na vida das pessoas e

que contribuem para que vivam melhor e mais felizes, podendo, portanto, serem considerados aspectos importantes na qualidade de vida.

### 5.3.2 Cidadania

Cidadania, nesse estudo, está relacionada ao reconhecimento e à conquista de direitos, à capacidade de lutar por eles e de ser o sujeito da própria história. Está associada ainda à promoção da igualdade, do bem-estar e da garantia de direitos básicos como saúde, educação, trabalho e segurança. Como afirma Boneti, cidadania está associada à ideia do ser cidadão.

Cidadão é aquele que tem participação na sociedade, participação na produção, o acesso igualitário no atendimento aos serviços sociais básicos, como é o caso da educação, da saúde, da segurança etc. Cidadão é aquele que, mesmo diferente do ponto de vista cultural, físico, religioso ou de habilidades profissionais, tem participação na produção e em todos os serviços básicos já relacionados. (Boneti, 2003, p. 34)

Ao estudar o Programa Mulheres Mil, percebe-se que o que ele propõe é ofertar uma qualificação profissional aliada a uma formação cidadã. Trata-se de uma política pública, que busca “fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho”. (BRASIL, 2011 p. 5).

Portanto, não se trata de ofertar um curso de qualificação profissional apenas, mas de proporcionar a uma parcela da população, historicamente excluída, a oportunidade de reconhecer que tem direitos. É reconhecer-se como cidadã, empoderar-se e lutar por uma sociedade menos desigual, por uma vida sem violência; enfim, para que seus direitos sejam respeitados.

Ao incluir no sistema educacional mulheres pobres, sofridas e maltratadas pelas injustiças sociais, o Programa Mulheres Mil tem a perspectiva de resgatar a cidadania dessas mulheres, proporcionando-lhes e/ou incentivando a elevação da escolaridade, combatendo as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher.

### 5.3.2.1 Direitos

Reconhecer os seus direitos é o primeiro passo para exigir que eles sejam respeitados. É difícil acreditar que ainda hoje existam pessoas que desconheçam os direitos que têm, aqueles básicos, garantidos pela constituição. Porém, essa pesquisa evidenciou que grande parte das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil não tinha consciência dos seus direitos, tampouco se sentiam capazes de exigí-los.

Essa questão aparece em cada fase dessa pesquisa, como sendo uma das principais contribuições do programa na vida delas. Seis das entrevistadas afirmaram que durante o curso aprenderam sobre seus direitos e a importância de se ‘correr atrás’ deles. Algumas relacionaram esse reconhecimento com a percepção de cidadania: “Ajudou a ver que sou cidadã”. Dentre os direitos que elas afirmaram ter reconhecido, estão saúde, educação e trabalho.

**Egressa 1:** Ajudou eu ver que sou cidadã, que eu tenho direitos a procurar médicos, escola para minha filha [...] ter um trabalho digno.

**Egressa 2:** Eu aprendi a reconhecer meus direitos sobre a saúde, sobre a cidadania, direitos da mulher, direitos de ir e vir, exigir do prefeito melhorias para o meu bairro e mudar minha história.

**Egressa 3:** Lutar por uma vida melhor e correr atrás dos nossos direitos, exigir mais, exigir posto de saúde, exigir várias coisas na nossa sociedade, então me ajudou muito a ter esse reconhecimento.

**Egressa 4:** A gente aprendeu muito como cidadão, sobre os nossos direitos, que a gente pode correr atrás dos nossos direitos, que a lei garante, e assim, eram coisas que a gente não sabia e a gente ficou sabendo.

### 5.3.2.2 Violência contra a mulher

Dentre os direitos que as egressas afirmaram reconhecer como seus, por meio do Programa Mulheres Mil, está o de ter uma vida sem violência. Num país onde a cada 24 segundos uma mulher sofre violência, onde só na última década 43,5 mil mulheres foram mortas e que ocupa o 7º lugar no *ranking* mundial<sup>28</sup> de feminicídio, o combate à violência contra a mulher se impõe como uma urgente necessidade.

Combater a violência contra a mulher é um dos princípios do Programa Mulheres Mil e, portanto, trabalhar essa temática, conscientizar as mulheres das leis

<sup>28</sup> Dados retirados do relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher, 2013.

que as protegem, instruí-las e convencê-las a denunciar todo tipo de violência fazem parte das temáticas trabalhadas nos cursos oferecidos pelo programa.

Durante as entrevistas, todas as egressas afirmaram que uma das principais contribuições do programa na vida delas diz respeito aos conhecimentos adquiridos com relação à violência contra a mulher. O curso proporcionou-lhes uma maior consciência sobre a importância de denunciar a violência, encorajando-as a fazê-lo, quando necessário.

Uma delas afirmou que, logo após o encerramento do curso, sofreu agressão e teve coragem de denunciar, porque sabia como proceder; outra declarou que se sofresse agressão saberia onde procurar. Uma terceira entrevistada disse sentir-se mais preparada depois do programa e que, inclusive, já tinha denunciado um caso de violência contra a mulher ocorrido com alguém da sua comunidade.

**Egressa 1:** Que logo depois que eu terminei o curso, eu fui agredida por um homem na rua e eu me senti capaz de denunciá-lo. Eu sabia como correr atrás de meus direitos direitinho. [...] A mulher perguntou onde que eu tinha me informado, e eu citei o nome do Programa.

**Egressa 2:** Combater a violência contra a mulher. Eu acho que foi muito focado isso [...] porque muitas não tinham coragem de denunciar os seus esposos por agressões e, a partir do momento ali, que teve palestras falando, muitas resolveram se libertar, porque muitas se sentiam presas [...] Assim, caso acontecesse alguma coisa, que eu tivesse que procurar, eu aprendi onde procurar, o que fazer. Então foi muito importante.

**Egressa 3:** Mas hoje eu me sinto mais preparada, depois do Programa [...] Sim, eu já fiz isso, eu já fiz.

### 5.3.2.3 *Escolaridade*

A educação continua sendo o principal fator de inclusão social, porque é por meio dela que o ser humano compreende a realidade social e atua sobre ela, tornando-se cidadão. “A educação é um bem coletivo em si mesmo, essencial para a promoção da cidadania, apresentando um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena.” (BRASIL, 2012, p. 112).

Dentro dessa compreensão, a elevação da escolaridade é uma das metas do Programa Mulheres Mil. Os resultados da análise do grupo focal revelaram que o programa despertou em todas as participantes o desejo de voltar a estudar. Nas entrevistas, não foi diferente. Todas as sete entrevistadas afirmaram que, depois do

curso, sentiram-se impulsionadas a voltar à sala de aula. Destas, duas retomaram os estudos e uma decidiu continuar estudando por influência do programa.

**Egressa 1:** eu até decidi voltar a estudar, porque estava com 6 anos que eu tinha terminado o Ensino Médio e eu não tinha feito nada, nem um curso profissionalizante. E eu fiquei pensando se eu não seria capaz de prestar vestibular, de me formar e eu decidi fazer isso, decidi. Eu me matriculei num vestibular lá no IFG [...] E eu passei em 3º lugar, fiquei muito surpresa. [...] E tenho certeza que foram as aulas que eu vivi lá no Curso Mulheres Mil, que fizeram com que eu abrisse minha mente e tentasse fazer isso.

**Egressa 2:** Eu estava parada já há quase dez anos e aí despertou a vontade de voltar a sala de aula e eu voltei. Tô aí tentando, tô tendo dificuldade, mas tô indo. [...] Aqui no Instituto Federal, IFG, no PROEJA.

**Egressa 3:** Bom, eu já tinha voltado um ano antes, mas eu estava meio sem saber se eu continuava ou se eu parava, mas aí, eu resolvi continuar, continuei estudando [...]. Eu quero terminar agora e fazer uma faculdade.

Como se pode observar, duas das entrevistadas passaram a ser alunas regulares do instituto federal, uma no curso superior de Licenciatura em Química, e outra no curso Técnico Integrado em Suporte e Manutenção em Informática (PROEJA)<sup>29</sup>.

As demais participantes, apesar do desejo de retomar os estudos, afirmaram não haver tido ainda a oportunidade de realizá-lo. Entre os motivos estão a falta de escolas próximas e a falta de condições financeiras para estudar.

**Egressa 1:** Eu fiz até o primeiro ano do ensino médio, e isso realmente é o maior problema, porque aqui não tem escola e pra eu estudar, eu teria de me deslocar para outro lugar, por isso que eu ainda não corri atrás.

**Egressa 2:** Das que concluíram só duas que eu sei que tá fazendo faculdade. Mas também tem que chegar tarde, vem de Brasília. Então a maioria queria alcançar esse mesmo objetivo, só que tem muito impecilho, muita dificuldade. Dificulta muito as coisas. Eu acho que todas as alunas que ingressaram nesse curso tinha um sonho, só que nem todo sonho foi concluído devido a isso: capital, o problema aqui foi capital.

### 5.3.3 Da conscientização à ação

Com essa última etapa da pesquisa, foi possível observar que, na percepção das egressas, o Programa Mulheres Mil é uma política pública que possibilita, sobretudo, uma formação cidadã. Como mencionado no referencial

---

<sup>29</sup> (PROEJA) Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

teórico, esse tipo de formação nos remete à concepção de Paulo Freire sobre a educação, e é justamente essa preocupação com a formação humana que diferencia o Mulheres Mil de outros programas de qualificação do governo federal ou de outros sistemas de ensino, como o Pronatec, por exemplo.

A análise da pesquisa de campo, em cada uma de suas etapas, revelou que, para esse grupo de mulheres o programa proporcionou, sobretudo, a elevação da autoestima, o reconhecimento dos direitos e o despertar da cidadania e da consciência crítica. Esses são fatores que somente uma formação humanizada pode proporcionar, porque somente uma educação humanizada pode levar homens e mulheres a “se tornar conscientes da sua presença no mundo.”(FREIRE, 1985 p. 14)

Contudo, ainda segundo o Freire, essa consciência somente seria válida, se acompanhada pela ação transformadora da realidade condicionante:

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se; desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação”. (FREIRE, 1982. p. 66

O fato de as egressas, na sua maioria, afirmarem que as contribuições mais significativas do programa foi o despertar dessa consciência crítica, o perceber-se como sujeitos nesse mundo, demonstra o potencial do programa no empoderamento das mulheres e isso ficou evidenciado na análise apresentada neste estudo.

Dessa forma, a parte empírica dessa pesquisa proporcionou chegar aos objetivos propostos no início desse estudo, mas este não foi o resultado mais importante desse trabalho. O que realmente ficou como o produto significativo dessa experiência foi a oportunidade de contribuir pessoalmente para a consolidação do empoderamento, já despertado pelo Programa Mulheres Mil na vida de grande parte das egressas.

Durante a aplicação do ‘questionário pré-teste’, a um grupo de quatro mulheres, elas demonstraram o desejo de se organizarem enquanto grupo e de mobilizarem as mulheres do Jardim Ingá na conscientização dos seus direitos e na



luta pela melhoria da sua comunidade. A partir do desejo delas e da nossa experiência no movimento feminista, nasceu o Grupo de Mulheres Flores de Ingá<sup>30</sup>.

Esse grupo de mulheres conta com a atuação de mais de 20 mulheres egressas do Programa Mulheres Mil e com a participação cada vez maior das mulheres da região. O propósito é discutir temáticas de interesse da comunidade, fomentar e valorizar a cultura, desconstruir preconceitos, combater a violência, resgatar a autoestima e organizar as mulheres na luta por sua autonomia e emancipação, além de levá-las a conhecer e atuar no controle social.

O Grupo de Mulheres Flores de Ingá foi pensado em dezembro de 2012 e formado quando da primeira reunião no dia 19 de janeiro de 2013. Os dois primeiros encontros aconteceram na casa de uma das mulheres egressas do programa Mulheres Mil, a partir do terceiro, os encontros têm acontecido, uma vez por mês, no Centro Comunitário do Jardim Marília, na região do Jardim Ingá.

Esses encontros têm sido um momento esperado, com expectativas, por muitas mulheres da região. Eles representam para elas uma oportunidade de crescimento, aprendizado, compartilhamento e descontração. Para muitas, essa é a única oportunidade de ter um momento para si mesmas.

Porém, além dos encontros mensais, o grupo tem ganhado representatividade na cidade, sobretudo, pela atuação no enfrentamento à violência contra a mulher e pelas contribuições nas atividades realizadas para esse fim. No dia 20 de setembro desse ano, foi oficializada a criação do Conselho de Direitos da Mulher na cidade de Luziânia e o Grupo de Mulheres Flores de Ingá não somente integra o Conselho, como participou do seu processo de formação. Portanto, há uma prova real do potencial transformador do Programa Mulheres Mil na vida das mulheres atendidas por ele.

---

<sup>30</sup> O Grupo de Mulheres Flores de Ingá tem como objetivos organizar e empoderar as mulheres para que possam conhecer e atuar nas instâncias de controle social e para serem protagonistas no enfrentamento à violência contra a mulher, conscientizá-las de seus direitos, proporcionar-lhes o resgate da autoestima, por meio do acesso à cultura (música, literatura, dança, arte) e fomentar a discussão sobre as relações de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelo tema tratado nesse estudo não surgiu por acaso, mas das experiências como militante no movimento feminista e como delegada nas conferências de políticas para as mulheres. O objeto de estudo dessa pesquisa, o Programa Mulheres Mil, por sua vez, surgiu da experiência como professora no IFG, câmpus de Luziânia, e da oportunidade de ministrar algumas aulas para esse grupo de mulheres.

Foi a partir do convívio com as alunas dessa primeira turma que nasceu o desejo de conhecer os resultados que essa política produziria na vida delas e de verificar se o programa alcançou os objetivos propostos na sua lei de criação. Enfim, de saber se houve uma formação integral (técnica e cidadã) e se esta contribuiu para a melhoria da renda e da qualidade de vida dessas mulheres, em especial.

Partindo do pressuposto de que o Programa Mulheres Mil é uma política inclusiva e diferenciada de outras que visam a profissionalização, este estudo buscou conhecer as contribuições do programa na vida das egressas da primeira turma do curso básico em auxiliar de cozinha do IFG, câmpus de Luziânia. Para isso, primeiramente, fez-se necessário conhecer essas mulheres, ouvi-las, conviver com elas durante a aplicação do questionário, da realização do grupo focal e das entrevistas.

A análise do questionário aplicado na primeira etapa revelou que as egressas da primeira turma do curso básico em auxiliar de cozinha são, em sua maioria, adultas com baixa escolaridade, casadas e possuem filhos. Se se agregar a esses dados os levantados por meio da análise do questionário socioeconômico<sup>31</sup> aplicado a elas antes do ingresso no Programa Mulheres Mil, é possível afirmar ainda que a maioria tem cor parda ou negra e renda familiar de até um salário mínimo.

Os dados evidenciam que o Programa Mulheres Mil foi de grande importância na vida das mulheres que participaram dele, principalmente no que se refere ao reconhecimento dos direitos básicos de todo cidadão e na elevação da autoestima. Mostram, também, que o curso conseguiu ampliar os conhecimentos

---

<sup>31</sup> O questionário socioeconômico é um documento importante dentro do Programa Mulheres Mil, porque é o instrumento principal para a seleção. É a partir de sua análise que são selecionadas as mulheres, cujo perfil mais se adequa ao estabelecido nas diretrizes do programa. O questionário foi analisado durante esse estudo como forma de conhecer melhor as mulheres atendidas pelo programa, uma vez que ele trazia informações que complementavam aquelas apreendidas a partir do questionário semiestruturado elaborado para essa pesquisa.

delas sobre a questão da violência contra a mulher e os mecanismos de combatê-la, encorajando-as a denunciar todo tipo de violência. Esse fato é muito importante, principalmente no contexto da cidade de Luziânia, onde a violência contra a mulher é uma triste realidade.

Essa análise revela também que o programa conseguiu despertar o desejo de as mulheres estudarem, embora o número das que retomaram os estudos não tenha sido expressivo. Pode-se afirmar, ainda, que o curso não contribuiu muito para o ingresso no mercado de trabalho, nem para a melhoria da renda, mas os conhecimentos técnicos adquiridos no curso são bem utilizados na vida doméstica. E, por fim, mostram que o curso correspondeu, em sua maioria, às expectativas que as participantes tinham ao se inscreverem no programa.

A segunda parte dessa pesquisa, o grupo focal, permitiu o aprofundamento de algumas questões, suscitadas a partir da análise do questionário semiestruturado. Esse instrumento permitiu concluir que o Programa Mulheres Mil, com esse grupo, não foi efetivo quanto à qualificação, uma vez que quase a totalidade das componentes do grupo relatou não se sentir capaz de atuar como profissional na área da qualificação. Esse fato ratifica o resultado do questionário, no qual mais de 60% afirmaram que o programa não contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho, nem para a melhoria da renda.

Contudo, ficou evidenciado que o programa contribuiu para despertar o desejo de as mulheres retomarem os estudos e para que algumas, de fato, voltassem a estudar. Além disso, ficou claro o potencial do programa em atuar sobre a autoestima e o empoderamento das mulheres. Para algumas, participar do programa significou um novo recomeço, ou seja, a oportunidade de começar uma nova história, na qual a violência não teria mais espaço.

Foi, sobretudo, na entrevista, que esse fato ficou mais evidente. Esta revelou toda a importância e o significado dessa política na vida de cada uma, mostrando que, se houve falhas na formação técnica, a formação cidadã se deu de forma plena. Essa formação proporcionou o despertar para o conhecimento, o reconhecimento dos direitos de cidadã, a consciência dos deveres e os cuidados com o meio ambiente.

As mulheres egressas dessa turma, em sua maioria, afirmaram que o programa as despertou para a vida, mostrou-lhes o valor que tinham, ensinou-as

sobre os seus direitos, despertando o censo crítico e a capacidade de ler a sua realidade e de querer melhorá-la, fazendo-lhes “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.” (FREIRE, 1996, p. 33).

Evidenciou-se, ainda, que o programa conseguiu instruí-las sobre as questões relacionadas à condição da mulher na sociedade, fomentando a luta pela igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher. Houve uma conscientização de todas sobre o direito de ter uma vida sem violência e o empoderamento da maioria.

Sendo assim, chegou-se à conclusão de que o Programa Mulheres Mil é uma política pública que realmente inclui mulheres em condições de vulnerabilidade, dentro de um contexto educacional capaz de produzir na vida delas uma grande mudança e proporcionar melhoria na sua qualidade de vida. Contudo, concluiu-se também que essa mudança tem que vir acompanhada de uma qualificação que contribua para a inserção no mundo e melhoria da renda, uma vez que esse é o objetivo primeiro do programa.

Para ser um instrumento que contribua para a diminuição da feminização da pobreza por meio da autonomia econômica das mulheres, o Programa Mulheres precisa ser implementado conforme o que propõe o seu guia metodológico. É necessário que haja o cuidado de se observar os arranjos produtivos locais, as demandas e as possibilidades do mercado de trabalho e, sobretudo, que haja uma interlocução entre os gestores do programa e o empresariado, para a inclusão, permanência e o êxito dessas mulheres no mundo do trabalho, bem como mecanismos para dar-lhes condições de se iniciarem no empreendedorismo ou associativismo.

Enfim, ficou comprovado que mesmo não alcançando todos os objetivos a que se propõe, ele contribui para a elevação da autoestima, o empoderamento, o resgate da cidadania e o despertar da consciência crítica de mulheres que passam de seres condicionados à realidade a sujeitos capazes de transformá-la. A prova real dessa transformação é o fato de estarem atuando de forma organizada na sociedade e fazendo a diferença na sua comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. A situação da mulher Latino-americana. In: DELGADO, D.; CAPELLIN, P.; SOARES, V. (Org.). **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALMEIDA, M. A. B. et al. **Qualidade de vida**. São Paulo: Ed. EACH/USP, 2012.

ALVES, J. E. D. **Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho**. Ouro Preto: REM, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER (1994). Paradigmas qualitativos. In: R. Bogdan & S.K.Biklen (org.). **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994. p.130-176.

ANTUNES, D. D. **Relatos significativos de professores e alunos na educação de jovens e adultos e sua auto-imagem e auto-estima**. Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado em Educação – Fac. de Educação, PUCRS. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2007-04-04T063600Z-478/Publico/388444.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/10/TDE-2007-04-04T063600Z-478/Publico/388444.pdf) Acesso em: 25 jul. 2013.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012**. Banco Mundial, 2012.

BANDEIRA, L. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf> Acesso em: 15 mar. 2013.

BANISTER, P. et. al. **Qualitative methods in psychology: a research guide**. Buckingham: Opem University Press, 1994.

BARBOSA E. M.; MACHADO C. J. S. **Gênese do Direito do Voto Feminino no Brasil: Uma Análise Jurídica, Política e Educacional**. In: *Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.45, p. 89-100, mar. 2012 - ISSN: 1676-2584*. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07\\_45.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07_45.pdf) Acesso em: 26 ago. 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSTED, L. L. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundação Ford, CEPIA. Brasília: 2006.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BELTRÃO, K.I.; ALVES, J.E.D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2012.

BÖLTER, S.G. A exclusão social e o Direito no âmbito do projeto neoliberal de sociedade. In: BONETTI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. (Coleção educação) P. 179-181.

BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

BONETTI, L. W. **Educação, exclusão e cidadania**. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. (Coleção educação)

BORGES, C.D.; SANTOS, M.A.; Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. *Rev. SPAGESP* [online]. 2005, vol.6, n.1, pp. 74-80. ISSN 1677-2970 Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702005000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702005000100010)> Acesso em: 08 set. 2012.

BRASIL. **Censo demográfico - 2000: educação – resultados da amostra**. Brasília. IBGE, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default\\_educacao.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_educacao.shtml)> Acesso em: 14 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

\_\_\_\_\_. Organização Internacional do Trabalho. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor**. Brasília: OIT, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional**. / SOUSA. P. R.; VAITSMAN. J. (Org.). - Brasília: MDS; SAGI, 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres**. (Folder Informativo) Brasília: SPM, 2009.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic\\_sociais2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Observatório do mundo do trabalho e da educação profissional e tecnológica. **Relatório de estudo/pesquisa natural, social, econômica e educacional do município de Luziânia e da região de influência.** 2010

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil.** (Folder Informativo) Brasília: SPM, 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento referência do Programa Nacional Mulheres Mil.** Brasília: Setec, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task...%E2%80%8E](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...%E2%80%8E)> Acesso: 09 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito.** Brasília: Setec, 2011a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: SPM, 2011b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: SPM, 2011c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: SPM. 2011d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011.** Brasília: Setec, 2011e.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** IBGE: Rio de Janeiro, 2011f. Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)> Acesso: 07 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** 2011g. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: SPM, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese de Indicadores Sociais 2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)> Acesso: 03 set. 2012.

BRASILIA. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Brasília e sua Região Polarizada: Perfil Sócio-econômico e Demográfico dos moradores da RIDE.** Brasília: SEPLAN/CODEPLAN, 2003. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br>> Acesso em : 25 ago. 2012.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI M. A.; MERCADO M. C. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O. et al. (Orgs). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 15-33.

\_\_\_\_\_. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 289-309.

\_\_\_\_\_. O Trabalho da Mulher no Brasil. In: SAFFIOTI H., VARGAS-MUÑOZ M. (Orgs). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994. p. 63-79.

CAMPOS, C. H. Lei Maria da Penha: um Novo Desafio Jurídico. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. P. 21-35.

CARVALHO, O. F. **Educação e Formação Profissional: Trabalho e tempo livre**. Brasília: PLANO, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, L. R. A necessidade de Intervenção Estatal nos Casos de Violência Doméstica e familiar contra a mulher. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. p. 51-62.

COTTA, T. C. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Ano 49, n. 2 (Abr-Jun/1998). p. 103- 124.

CUNHA, J. V. A. **Doutores em ciências contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano**. 2007. Tese (Doutorado). USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17102007-173046/>>. Acesso em: 09 mai. 13

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Fundação Carlos Chagas, *Cad. Pesqui.*[online]. 2005, vol.35, n.124, pp. 11-32. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>> Acesso em: 28 mar. 2012.

DELGADO, D.; CAPELLIN, P.; SOARES, V. (Org.). **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Editora da UnB, 2009.



DUFFY, M. E. **Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods**. Journal of Nursing Scholarship, 19 (3), 1987. Disponível em: <[www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)> Acesso em : 31 out. 2011 p. 130 - 133.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, E. S. A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho. In: **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Orgs). Goiânia: Ed. da PUC, 2011. p. 35-51.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica. In: **Textos IDESP**, no. 15, 1986.  
FRANCO, M. L. P. B.. **Análise do Conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FRANZESE, C. et al. **Reflexões para Ibero-america: avaliação de programas sociais**. Brasília. ENAP, 2009. Disponível em: <[http://www.enap.gov.br/files/Caderno\\_EIAPP\\_Programas\\_Sociais.pdf](http://www.enap.gov.br/files/Caderno_EIAPP_Programas_Sociais.pdf)> Acesso em: 26 jan. 2012.

FRAQUELLI, Â. A. **Relação entre auto-estima, auto-imagem e qualidade de vida em idosos participantes de uma oficina de inclusão digital**. (Dissertação) – Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3573/1/000400281-exto%2BCompleto-0.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2013.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. 32ª ed. .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência doméstica e violência de gênero**. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica> Acesso em: 23 ago. 2012.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2012.

GODINHO, T. et al. (Orgs). **Trajatória da mulher na educação brasileira: 1996-2003**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GROSSI, M. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil: Sociedade e Estado.** UnB, vol. XII, n.2, jul-dez. 1997.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210

HAHNER, June Edith. **A mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea – Volume 1)

HIRATA, H. **Nova Divisão sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KITZINGER, Jenny. The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants. **Sociology of Health and Illness.** v. 16, n. 1, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber.** Porto Alegre: UFMG, 1999. (Revisão técnica e adaptação da obra de Lana Mara Siman).

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas.** Ano 4, 2º sem. 1996, p.464-479. Disponível em: <[www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/.../12112009-084533lavinas2.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/.../12112009-084533lavinas2.pdf)> Acesso em: 17 nov. 2011.

LIBÂNIO, C.J. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LIBARDONI, A. (Org.). **Direitos Humanos das Mulheres: em outras palavras.** Brasília, AGENDE, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. **Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa família.** In: BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Orgs.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil.** Brasília: Ipea, 2011. p. 61-78.

MEDEIROS, M. e COSTA J. **O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?** One Pager Português, Número 58. Centro Internacional da Pobreza: 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf> Acesso: 16 ago. 2011.

MENEZES, F. Pobreza e desigualdade: avanços e desafios. In: COELHO, M. F. P. TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. (Orgs.) **Políticas Sociais para o Desenvolvimento: Superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: MDS, UNESCO, 2010.

MESQUIDA, Peri. **Paulo Freire e Antonio Gramsci: A Filosofia da práxis na ação pedagógica e na Educação de Educadores**. PUCPR. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.43, p. 32-41, set2011 - ISSN: 1676-2584 <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3225/2857> Acesso: 24 ago. 2013.

MINAYO, C. S. M. **O desafio do conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, C. S. M. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOURA, E. B. B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

MUNDSTOCK, E. et al. **Introdução à análise estatística utilizando o spss 13.0**. Cadernos de Matemática e Estatística Série B: Trabalho de Apoio Didático UFRGS Instituto de Matemática. Série B, nº XX Porto Alegre - maio de 2006.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

OMS. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL)**, 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol1.html>> Acesso em: 03 ago. 2013.

ONU. **Declaração do Milênio. Nova Iorque, 2000**. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2012.

OLIVEIRA, L. **Os excluídos existem? – Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. RBCS, n. 33, ano 12 fev. 1997, p. 50-51. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_04](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04)> Acesso em: 05 fev. 2012.

OSZLAK, O. Políticas públicas e regimes políticos. Reflexões a partir de algumas experiências latino-americanas. In: **RAP** 16 (1): Jan./mar. Rio de Janeiro: 1982. p. 17-60

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. In: **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea – Volume 1).

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PITANGUY, J. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>> Acesso em: out. 2012.

PIZZOL, S. J.S. de. Uma aplicação da técnica de grupos focais na tipificação de sistemas de produção agropecuária. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.3, n.12, 2003. In: GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2012.

POLAINO-LORENTE, A. **Familia y autoestima**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

QUERINO, A. C.; LIMA, C. E.; MADSEN, N. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade. In: BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p. 129-147.

RAMOS, Maria E. C. Violência Intrafamiliar: Desvelando a Face (oculta) das vítimas. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010. p. 147-156.

RAMOS, Daniela P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p.17-42.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres educadas na colônia**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROMERO, V. M.; PAULILO, M. A. S. A avaliação em políticas sociais: dimensão constituinte e constitutiva. In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 2, n. 4, Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 03 out. 2011.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. In: PEREIRA, H. et al. (Orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: MEC. UNESCO, 2009. p.115-146.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. A entrevista na pesquisa qualitativa: **mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M.G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs). **O estudo da política: Tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B.; AMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mulher Brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias**. 2a Ed. Chapecó: Argos, 2012. (Coleção Grandes Temas)

SCHULTZ, T. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma Categoria útil para a análise histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no Brasil: Relatório Final**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/relatorio-final>> Acesso em : 16 ago. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Sergei S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000

SOARES, L.E.; SOARES, B.M; CARNEIRO, L.P. Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L.E. (Org.), **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará/ISER, 1996. p. 65-106

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**. **Caderno CRH** 39: 2003. p.11-24.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. In: **Revista de Sociologia**. Ano 09, nº16, Jul/dez 2006. Porto Alegre, 2006

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

SUBIRATS, J. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006 (Coletânea – Volume 2).

SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 4ª Edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

TANAKA, O. Y.; MELO, C. Avaliação de programas de saúde do adolescente: um modo de fazer. São Paulo: Edusp, 2001. In: GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

UEMA, L.; MORAES E. L. Os Processos De Articulação Institucional na Implementação do Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres: Dificuldades, Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Gênero no Brasil. **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Agosto de 2010 Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278294025\\_ARQUIVO\\_TrabalhoCompletoFazendoGenero2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278294025_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFazendoGenero2010.pdf) Acesso em: 18 de abril de 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Atualização – Homicídios de Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA & FLACSO, 2012.

ZÚÑIGA, E.M. Educação de Adultos: um espaço para o desenvolvimento e fortalecimento das mulheres dos setores populares. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES 1993, Olinda: Anais. Brasília: INEP, 1994. p. 288-303.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Solicitação para acesso às informações do Programa Mulheres Mil



Luziânia, Luziânia, 06 de dezembro de 2012.

**Ao Sr. Professor José Carlos Barros Silva**  
Diretor do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Luziânia

Senhor Diretor,

Eu, Professora Letícia Érica Gonçalves Ribeiro, Mestranda do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade de Brasília, solicito, por meio desta, autorização para ter acesso aos dados referentes às alunas da Primeira turma do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação de Goiás, no Câmpus de Luziânia.

O estudo, orientado pela Profa. Dra. Hέλvia Leite Cruz da UnB, requer a análise de informações contidas no questionário socioeconômico e nos documentos relacionados às alunas do Programa Mulheres Mil deste Câmpus.

Asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos nesse estudo. A pesquisa constitui o cerne da dissertação do Mestrado que tem por título: *A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia.*

As informações e conclusões obtidas somente se darão mediante prévia autorização das participantes da pesquisa, preservando assim seus interesses e o respeito a padrões éticos. Ao término, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta e poderão servir de apoio para futuros estudos sobre o papel do IFG e suas contribuições na cidade de Luziânia.

Atenciosamente,

---

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro

Mestranda (FE/UNB)



## APÊNDICE B - Termo de Consentimento questionário



### FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL

#### Termo de Consentimento Questionário de Pesquisa

Esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil na melhoria da renda e da qualidade de vida das mulheres egressas da primeira turma do Curso Básico em Auxiliar de Cozinha formada pelo Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia. Trata-se de atividade referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de pós-graduação da Universidade de Brasília.

Para a realização desta pesquisa, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio de participação no preenchimento do questionário. Contudo, trata-se de um ato voluntário; você tem total liberdade para abster-se de fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador. Neste sentido, pedimos que responda as perguntas da maneira mais coerente e clara possível. Todas as informações são confidenciais e não existem respostas consideradas certas ou erradas.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todas as participantes. Dessa forma, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados no estudo acima referido. Caso deseje conhecer os resultados deste trabalho, por favor, contatar a responsável abaixo identificada.

Deste já agradecemos sua colaboração.

**Letícia Érica Gonçalves Ribeiro**

Mestranda da Faculdade de Educação - UnB

[leticiaerica@gmail.com](mailto:leticiaerica@gmail.com) 61 92529936

---

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

Luziânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

Assinatura da participante

---

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro – Pesquisadora responsável

**APÊNDICE C - Termo de Consentimento para participação no Grupo Focal****FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL  
Termo de Consentimento para participação no Grupo Focal**

Esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil na melhoria da renda e da qualidade de vida das mulheres egressas da primeira turma do Curso Básico em Auxiliar de Cozinha formada pelo Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia.

Trata-se de atividade referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de pós-graduação em da Universidade de Brasília.

Para a realização desta pesquisa, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio de participação no grupo focal. Trata-se de um ato voluntário; você tem total liberdade para expressar o que pensa sobre o tema em debate. Neste sentido, pedimos que sinta-se à vontade para participar da maneira como achar melhor.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todas as participantes. Dessa forma, solicitamos sua autorização para gravação e filmagem desse momento e para apresentar os resultados no estudo acima referido.

Caso deseje conhecer os resultados desse trabalho, por favor, contatar a responsável abaixo identificada.

Deste já agradecemos sua colaboração.

**Letícia Érica Gonçalves Ribeiro**

Mestranda da Faculdade de Educação - UnB

[leticiaerica@gmail.com](mailto:leticiaerica@gmail.com) / 61 92569936

---

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

Luziânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

Assinatura da participante

---

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro – Pesquisadora responsável

## APÊNDICE D - Termo de Consentimento para a realização da Entrevista



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**  
**Termo de Consentimento para a realização da Entrevista**

Esta pesquisa se propõe a analisar a contribuição do Programa Mulheres Mil na melhoria da renda e da qualidade de vida das mulheres egressas da primeira turma do Curso Básico em Auxiliar de Cozinha formada pelo Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia.

Trata-se de atividade referente ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de pós-graduação em da Universidade de Brasília.

Para a realização desta pesquisa, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio de participação na entrevista. Contudo, trata-se de um ato voluntário; você tem total liberdade para abster-se de fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador ou para encerrar a entrevista a qualquer momento.

Neste sentido, pedimos que expresse o que pensa da maneira mais coerente e clara possível. Todas as informações são confidenciais e não existem respostas consideradas certas ou erradas.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todas as participantes. Dessa forma, solicitamos sua autorização para gravar esta entrevista e para apresentar os resultados no estudo acima referido. Caso deseje conhecer os resultados desse trabalho, por favor, contatar a responsável abaixo identificada.

Deste já agradecemos sua colaboração.

**Letícia Érica Gonçalves Ribeiro**

Mestranda da Faculdade de Educação - UnB

[leticiaerica@gmail.com](mailto:leticiaerica@gmail.com) / 61 92569936

---

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

Luziânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

Assinatura da participante

---

Letícia Érica Gonçalves Ribeiro – Pesquisadora responsável

## APÊNDICE E - Questionário semiestruturado



### FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL

#### Questionário de Pesquisa

#### I- PERFIL

1. Nome Completo: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Situação Civil:

( ) Solteira ( ) Casada ( ) Divorciada ( ) União Estável ( ) Outra

4. Escolaridade:

( ) Até 4ª série ( ) Fundamental Incompleto (5ª a 7ª série)  
 ( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto  
 ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Superior Incompleto  
 ( ) Ensino Superior Completo

5. Número de Filhos:

( ) Não tem filhos ( ) Até 2 filhos ( ) 3 a 6 filhos ( ) Mais de 6 filhos

6. Bairro em que reside: \_\_\_\_\_

#### II. TRABALHO E RENDA

1. Você trabalhava antes de realizar o curso?

Não ( ) Sim ( ) Área de trabalho ou função:  
 \_\_\_\_\_

2. Você está trabalhando atualmente?

Não ( ) Sim ( ) Área de trabalho ou função:  
 \_\_\_\_\_

3. Qual era a sua participação na Renda Familiar antes do curso?

( ) Não participava na renda familiar  
 ( ) Responsável parcialmente pelo sustento da família  
 ( ) Única responsável pelo sustento da família

4. Qual a sua participação atualmente?

( ) Não participa na renda familiar  
 ( ) Responsável parcialmente pelo sustento da família  
 ( ) Única responsável pelo sustento da família

5. A obtenção de um certificado de qualificação profissional contribuiu para o seu ingresso no mercado de trabalho e/ou na melhoria da sua renda familiar?

( ) Não ( ) Diretamente sim – De que forma? \_\_\_\_\_  
 ( ) Indiretamente sim – Como? \_\_\_\_\_

### III. EDUCAÇÃO

#### 1. Você estava estudando quando do ingresso no Programa Mulheres Mil?-

Não  Sim

#### 2. Caso tenha respondido NÃO, você retomou os estudos após ingressar no Programa Mulheres Mil?

Não  Sim

#### 3. Caso você tenha respondido SIM, na questão acima, responda: O Programa Mulheres Mil influenciou, de alguma forma, essa decisão?

Não, pois você já pretendia voltar a estudar.

Sim, porque o Programa despertou o desejo em continuar aprendendo.

Outro motivo \_\_\_\_\_

### IV – SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL

#### 1. Por que você decidiu se inscrever no Programa?

Para se qualificar e conseguir um trabalho  Para se aperfeiçoar como profissional

Para ter um certificado  Para se socializar

Outro motivo

#### 2. O Programa Mulheres Mil contribuiu de forma positiva na sua vida?

Não  Sim

#### 3. Caso tenha respondido SIM, na questão acima, escolha, dentre as opções abaixo, TRÊS contribuições que você considere mais importante.

Elevação da autoestima

Empoderamento

Reconhecer os direitos enquanto cidadã

Conhecimentos sobre Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher

Conhecimentos sobre Saúde da Mulher

Reconhecer a importância de cuidar do Meio ambiente

Conhecimentos técnicos (específicos de cozinha)

Conhecimentos sobre informática e internet

Conhecimentos básicos de português e matemática

Noções de empreendedorismo

Oportunidades de interação social

#### 4. Os conhecimentos adquiridos na parte técnica do Curso Básico de Auxiliar de Cozinha têm sido proveitosos na sua vida diária?

Não  Sim

#### 5. Caso tenha respondido SIM, escolha as opções que melhor retratam a sua realidade:

Os conhecimentos adquiridos têm lhe proporcionado um melhor desempenho no seu emprego formal

Você tem utilizado os conhecimentos para produzir e comercializar alimentos

Você não tem utilizado os conhecimentos profissionalmente, mas eles têm sido proveitosos em sua vida doméstica

**6. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre os Direitos da Mulher?**

- Não, porque o que foi abordado a esse respeito você já conhecia.
- Não, porque você não participou das aulas que trataram dessa temática.
- Sim, porque os Direitos da Mulher não são muito discutidos normalmente, e o Programa proporcionou essa oportunidade.

**7. Em que medida o Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a violência doméstica e os mecanismos de combatê-la?**

- Contribuiu muito                       Contribuiu pouco                       Não contribuiu

**8. Depois de ter participado do Programa Mulheres Mil, você se sente mais consciente dos seus direitos?**

- Muito mais consciente     Um pouco mais consciente     Igualmente consciente

**9. Quanto à violência contra a mulher, você se sente mais capaz de denunciá-la?**

- Muito mais capaz                       Um pouco mais capaz
- Igualmente capaz                       Ainda não se sente capaz

**10. Quais eram as suas expectativas, com relação ao Programa Mulheres Mil, antes de ingressar nele?**

---

---

---

**11. O curso oferecido pelo Programa Mulheres Mil correspondeu as suas expectativas?**

- Totalmente     Parcialmente     Não correspondeu

**12. Você acredita que o Programa Mulheres Mil, como um todo, contribuiu, de alguma forma para a melhoria da sua qualidade de vida? Justifique sua resposta em algumas palavras.**

---

---

---

**Muito obrigada por sua contribuição, sem ela, esta pesquisa não seria possível.**

## APÊNDICE F – Questões Norteadoras do Grupo Focal



### Questões norteadoras / Grupo Focal

#### I - Informações Preliminares às participantes

- ✓ Agradecimento
- ✓ Apresentação
- ✓ Objetivos do Grupo focal
- ✓ Autorização de gravação/filmagem
- ✓ Tratamento e divulgação dos dados
- ✓ Há dúvidas, questões?

#### II – Questões norteadoras

- 1) O que o Programa Mulheres Mil significou pra você?
- 2) Porque o objetivo principal do curso não foi atingido (a profissionalização)?
- 3) O Programa Mulheres Mil está firmado em 5 princípios: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher. (MEC, 2011) No caso específico de Luziânia, vocês acreditam que esses princípios foram alcançados?
- 4) O programa despertou o desejo de estudar?
- 5) Houve o encaminhamento do portfólio (currículo), ao mercado de trabalho e o acompanhamento das egressas.

## APÊNDICE G – Tópico Guia e Roteiro de Entrevista

### Tópico Guia e Roteiro de Entrevista

#### I - Informações Preliminares à Entrevistada

- ✓ Agradecimento
- ✓ Apresentação
- ✓ Objetivos da Entrevista
- ✓ Autorização de gravação
- ✓ Interrupção possível
- ✓ Tratamento e divulgação dos dados
- ✓ Há dúvidas, questões?

#### II –Dados de Identificação da Entrevista e da Entrevistada

<i>Código</i>	<i>Dia</i>	<i>Horas</i>	<i>Duração</i>	<i>Entrevistador(a)</i>	<i>Observação</i>
	___/___/2013				

#### III – Questões orientadoras

- 1) O que o Programa Mulheres Mil significou para você?
- 2) O curso do programa Mulheres Mil a ajudou a reconhecer seus direitos como cidadã? De que maneira?
- 3) Das que responderam questionário, 56,2% afirmaram que se que ingressaram no Programa Mulheres Mil para se qualificar e conseguir trabalho. Esse era o seu objetivo?
- 4) Seu objetivo, ao ingressar no Programa, foi alcançado? Explique.
- 5) Nos questionários aplicados, 62,5% responderam que o certificado do Programa Mulheres Mil não contribuiu para o ingresso no mercado de trabalho nem para a melhoria da renda. Na sua opinião, porque o objetivo principal do Programa, que é justamente qualificar as mulheres e incluí-las no mundo do trabalho, melhorando a renda, não foi atingido?
- 6) O Programa Mulheres Mil está firmado em 5 princípios: I - Possibilitar o acesso à educação; II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher. (MEC, 2011) No caso específico de Luziânia, você acredita que todos esses princípios foram alcançados, foram alcançados em parte ou não foram alcançados?
- 7) O Programa Mulheres Mil também visa, além da formação profissional e tecnológica, a elevação de escolaridade. O programa despertou em você o desejo de voltar a estudar?
- 8) Que medidas você tomou ou pretende tomar para realizar esse desejo?

\*\*\* (pergunta complementar, dependendo da resposta)

#### Fechamento da Entrevista

Antes de encerrar a entrevista, gostaria de saber se você tem alguma dúvida, questão e/ou sugestão? Agradeço a sua disponibilidade e interesse. E estou a sua disposição para outras informações, sugestões e/ou críticas que você queira fazer no transcórre deste trabalho. **Obrigada.**



**APÊNDICE H – Carta solicitando autorização para pesquisa junto ao CRAS –  
Jardim Ingá**



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**Luziânia, 06/09/2013.**

**À Senhora Valdirene Tavares dos Santos**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de Luziânia

Eu, Letícia Érica Gonçalves Ribeiro, aluna do Mestrado em Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, venho, por meio desta, pedir a autorização para ter acesso aos dados referentes à população feminina do Jardim Ingá, por meio do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) da referida região.

A pesquisa que está sendo desenvolvida, sob orientação da Professora Dra. Hélvia Leite Cruz, intitulada: *A Qualificação Profissional e Cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, à partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia*, tem por objetivo estudar os resultados do Programa Mulheres Mil na primeira turma do Curso Básico em Auxiliar de Cozinha. Esse curso teve como público-alvo 70 mulheres do Jardim Ingá, daí a importância de conhecer o perfil dessa população, por meio de dados oficiais.

Gostaria de ressaltar que todos os dados obtidos serão usados exclusivamente para os fins da pesquisa.

Certa de contar com vossa compreensão e autorização, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

---

**Letícia Érica Gonçalves Ribeiro**  
Mestranda da Faculdade de Educação/UnB  
Professora do Instituto Federal de Goiás - Luziânia

## ANEXOS

## ANEXO A – Questionário Socioeconômico Mulheres Mil - Luziânia



### QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Endereço: \_\_\_\_\_

3. Telefone: \_\_\_\_\_ 4. Email: \_\_\_\_\_  
5. Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_

6. Qual seu estado civil: \_\_\_\_\_

7. De que raça você se considera:  Branca  Negra  Parda  Outra \_\_\_\_\_

8. Você tem filhos? Sim  Quantos? \_\_\_\_\_ Não

9. Quantos membros da sua família moram com você?

1  2  3  4  5  mais de 5

10. Você recebe algum tipo de benefício social do Governo Federal ou Estadual (exemplos: bolsa-família ou outros)?

Sim  Qual: \_\_\_\_\_  Não

11. Qual seu grau de escolaridade?

ensino fundamental incompleto/até 4ª série  ensino fundamental completo/até 8ª série

ensino médio incompleto.  ensino médio completo.

ensino superior incompleto.  ensino superior completo.

12. Você trabalha atualmente?

Sim Qual? \_\_\_\_\_  Não

13. Qual renda mensal da sua família?

não tenho renda mensal  até R\$ 415,00

de R\$ 416,00 a R\$ 623,50  de R\$ 623,51 a R\$ 1000,00

de R\$ 1010,00 a R\$ 2000,00  Mais de R\$ 2000,00

14. Qual a sua participação na renda familiar?

Não trabalho e meus gastos são financiados pela família

Trabalho e recebo ajuda da família.

Trabalho e me sustento.

Trabalho e contribuo com o sustento da família.

Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

16. Que curso profissionalizante você gostaria de fazer?

17. Por que você gostaria de fazer esse curso?

18. Qual sua disponibilidade de horário?

Vespertino: todos os dias da semana  
semana

Vespertino: duas vezes por

Somente aos sábados

## ANEXO B – Autorização Diretor do IFG, Câmpus de Luziânia para a realização da pesquisa junto ao Programa Mulheres Mil



Luziânia, 06 de dezembro de 2012.

**Ao Sr. Professor José Carlos Barros Silva**

Diretor do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Luziânia

Senhor Diretor,

Eu, Professora Leticia Érica Gonçalves Ribeiro, Mestranda do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade de Brasília, solicito, por meio desta, autorização para ter acesso aos dados referentes às alunas da Primeira turma do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação de Goiás, no Câmpus de Luziânia.

O estudo, orientado pela Professora Dra. Hέλvia Leite Cruz da UnB, requer a análise de informações contidas no questionário socioeconômico e nos documentos relacionados às alunas do Programa Mulheres Mil deste Câmpus.

Asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos nesse estudo. A pesquisa constitui o cerne da dissertação de Mestrado que tem por título: *A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Luziânia.*

As informações e conclusões obtidas somente se darão mediante prévia autorização das participantes da pesquisa, preservando assim seus interesses e o respeito a padrões éticos. Ao término, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta e poderão servir de apoio para futuros estudos sobre o papel do IFG e suas contribuições na cidade de Luziânia.

Atenciosamente,

Leticia Érica Gonçalves Ribeiro  
Mestranda (FE/UNB)



Autorizado  
R. ES. 15. 1  
12/06/2012

**ANEXO C – Autorização para a realização da pesquisa junto ao CRAS do Jardim Ingá/Luziânia**



**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a professora Leticia Érica Gonçalves Ribeiro, o acesso aos dados referente à população feminina do Jardim Ingá, por meio do CRAS, para pesquisa de mestrado na UNB.

Luziânia, 06 de setembro de 2013

*Keila Soares Ricardo Lima*  
KEILA SOARES RICARDO LIMA  
Gestora da Secretaria Municipal de  
Desenvolvimento Social e Trabalho



## ANEXO D – Memória Fotográfica

### Construção do Mapa da Vida



Fonte : Acervo fotográfico do Programa Mulheres Mil

### Aula de dançaterapia



Fonte : Acervo fotográfico do Programa Mulheres Mil

**Caminhada pelo fim da violência contra a mulher, organizada pelo Programa Mulheres Mil.**



Fonte : Acervo fotográfico do IFG, Câmpus Luziânia.

**Caminhada pelo fim da violência contra a mulher, organizada pelo Programa Mulheres Mil.**



Fonte : Acervo fotográfico do Programa Mulheres Mil

### Certificação das Alunas da Primeira turma do Curso Básico em Auxiliar de Cozinha



Fonte : Acervo fotográfico do IFG, Câmpus Luziânia.

### Primeira reunião do Grupo de Mulheres Flores de Ingá



Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Flores de Ingá



**Reunião do Grupo de Mulheres Flores de Ingá**

Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Flores de Ingá

**Reunião do Grupo de Mulheres Flores de Ingá**

Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Flores de Ingá

### Reunião do Grupo de Mulheres Flores de Ingá



Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Mulheres Flores de Ingá

### Brinquedoteca com monitoras que acolhem as crianças enquanto as mães participam das atividades do Grupo de Mulheres Flores de Ingá.



Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Mulheres Flores de Ingá

Caminhada pelo fim da violência contra a mulher, organizada pelo IFG, com a participação do Grupo de Mulheres Flores de Ingá.



Fonte : Acervo pessoal

Posse do Conselho de Direitos da Mulher – Conselheiras titular e suplente representantes do Grupo Flores de Ingá



Fonte : Acervo fotográfico do Grupo de Mulheres Flores de Ingá